



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Maternidade, ambiente e psicanálise:**

**Um estudo dos atravessamentos culturais na maternidade contemporânea**

Helena Barbosa de Carvalho

Brasília  
2020

Helena Barbosa de Carvalho

**Maternidade, ambiente e psicanálise:**

**Um estudo dos atravessamentos culturais na maternidade contemporânea**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Psicologia Clínica da  
Universidade de Brasília, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestra  
em Psicologia.

Orientadora: Profa Dra. Daniela  
Scheinkman Chatelard

Brasília  
2020

**Maternidade, ambiente e psicanálise:**

**Um estudo dos atravessamentos culturais na maternidade contemporânea**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Psicologia Clínica da  
Universidade de Brasília, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestra  
em Psicologia.

Aprovado pela Banca Examinadora em 27 de novembro de 2020.

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard – Presidenta  
Universidade de Brasília – UnB

---

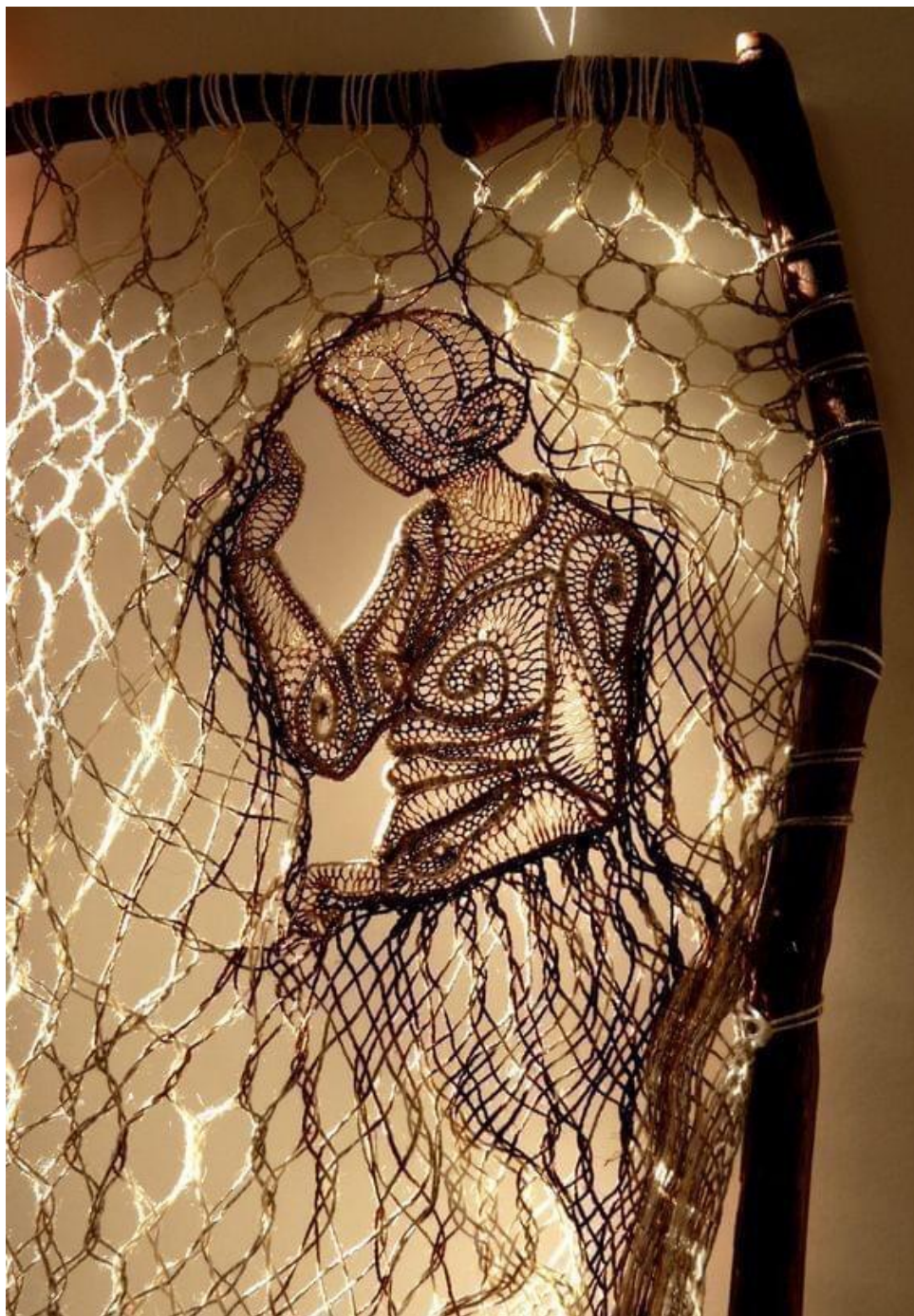
Profa. Dra. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig – Membro efetivo  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Tales Afonso Muxfeldt Ab’Sáber – Membro Efetivo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Monnerat Celes – Membro Suplente  
Universidade de Brasília – UnB



Escultura de renda – Ágnes Herczeg, 2015.

*A todas as mães que cruzaram meu  
caminho e me mostraram que  
ser o que se é, em sua realidade,  
é a melhor maneira possível para ser mãe,  
seja de outro,  
seja de si;*

*À Iva, minha “vovs”, como uma  
contribuição para se pensar, e construir,  
formas mais libertas  
de ser mulher  
no mundo.*

## **Agradecimentos**

Ao meu ambiente, parte componente dessa dissertação, que permitiu a sua existência:

A meus pais, por terem sido meu primeiro berço e por permanecerem, em sua amorosidade e presença no meu caminhar. Pelo respeito amoroso às minhas escolhas e inovações nos caminhos trilhados;

À UnB e sua presença transformadora na minha formação; pelo novo mundo que me apresentou e às possibilidades que fez despertar no enxergar da vida. Com ela aprendi que aprendizado faz sentido a partir de dentro;

Aos professores Francisco Martins, Dione Zavaroni e Regina Pedroza por terem marcado minha graduação e por terem compartilhado de seus conhecimentos e sensibilidade. Agradeço especialmente à professora Maria Izabel Tafuri pelo aprendizado, pelas supervisões, assim como pela confiança e pela oportunidade de aprender com sua genialidade clínica. Agradeço a todos por me apresentarem o universo psicanalítico e por terem me emprestado as lentes com que o enxergam;

Ao espaço Winnicott Brasília, pelas ricas discussões e elaborações em torno do pensamento de nosso querido Winnicott;

À profa. Daniela Chatelard, pela orientação e acolhimento; pelos apontamentos; e pela liberdade que me concedeu na gestação desse trabalho;

À Amanda e Isadora, por se fazerem rede sustentadora no período de construção desse bebê-pesquisa; pelas leituras cuidadosas; pela disponibilidade; e pelas considerações, que estão nas entrelinhas dessa dissertação;

Aos amigos psicanalistas, colegas da pós e ao grupo de pesquisa do laboratório de Psicanálise, subjetivação e cultura, pela escuta e pelas importantes trocas. À professora Márcia Maesso por suas contribuições;

Às alunas e alunos da disciplina psicanálise com crianças, com quem tive a oportunidade de aprender a ensinar; por me permitirem (re) pensar a infância e o infantil;

Às “cats”, “índigos”, “lobas” e demais amigas queridas, que trouxeram ânimo, alegria e auxílio no processo de escrita dessa pesquisa. Vocês sabem quem são;

À Mariah, um presente do mestrado, por sua presença; por sempre me ensinar; pelo olhar sensível e pelas contribuições ao longo de todo o processo de gestação e concepção desse bebê-pesquisa;

À Ana, Paulinha e Alessandra, pela disponibilidade, pelo auxílio e por fazerem parte desse percurso;

À Jane, Paê, Mila e Carol, pelo acolhimento em um momento tão importante para a concepção dessa dissertação. Por me proporcionarem o ar livre e a beleza do cerrado;

À minha analista, pela presença viva; pelo espaço concreto e psíquico que compartilhamos, no qual ressoaram tantas das temáticas dessa pesquisa. Pelo reconhecimento;

Aos meus “pacientões” e “pacientinhos”, por me ensinarem sobre a vida, por me mostrarem do que realmente se trata a psicanálise;

Às mulheres que escutei;

Às mulheres que me escutaram e me mostraram o poder transformador de uma rede de sustentação;

Ao Sagrado, em todas as suas dimensões, a minha mais sincera gratidão.

## Resumo

Esta dissertação se propõe a investigar as dimensões ambientais do fenômeno da maternidade, particularmente as suas concepções culturais. Nesse sentido, uma pesquisa teórica é realizada com base nos eixos temáticos: maternidade, psicanálise e cultura. Efetua-se um breve recorte histórico dos discursos sociais sobre a mãe, a criança e a família, indicando que as construções sociais a respeito da maternidade, assim como dos comportamentos maternos, se relacionam com seu tempo sócio-histórico. Em seguida, apresenta-se uma visão crítica da teoria freudiana da feminilidade, que esboça, nas construções de Freud sobre maternidade e na escuta de suas pacientes, a articulação entre inconsciente, teoria e tempo histórico-cultural. Posteriormente, são abordados conceitos da metapsicologia freudiana que expressam o caráter cultural e social do Eu, assim como os apontamentos de Winnicott sobre o ambiente nos processos de constituição psíquica, na tentativa de ilustrar a articulação entre cultura e subjetivação, bem como apresentar o ambiente da mãe como parte efetiva da experiência materna e do encontro entre mãe e bebê. Por fim, é enfatizada a importância da função de sustentação materna, que é deslocada para o todo social da mãe. Sugere-se que as atuais concepções culturais em torno da maternidade incidem subjetivamente nas expectativas e ideais de Eu maternos, tanto quanto contribuem para a configuração de um cenário social que desampara as mulheres em suas experiências com a maternidade, assim como os bebês em seus colos.

**Palavras-chave:** Maternidade; psicanálise; ambiente; concepções culturais; desamparo social.



## **Abstract**

This dissertation aims to investigate the environmental dimensions of the phenomenon of maternity, and particularly, its cultural conceptions. In this sense, a theoretical research was carried out based on the following thematic axes: motherhood, psychoanalysis and culture. A brief historical overview is made, regarding the social discourses about the mother, the child and the family, indicating that the social constructions about motherhood, as well as maternal behaviors, are related to their socio-historical time. Then, a critical view of the Freudian theory of femininity is presented, which outlines, in Freud's framework on motherhood from the listening of his patients, the articulation between unconscious, theory and historical-cultural time. Subsequently, concepts of Freudian metapsychology that express the cultural and social character of the Self are addressed, as well as Winnicott's notes on the environment regarding the processes of psychic constitution, in an attempt to illustrate the articulation between culture and subjectivity, and also propose the mother's environment as an effective part of the maternal experience and of the encounter between mother and baby. Finally, the importance of the maternal support function is emphasized, which is displaced to the mother's social whole. It is suggested that the current cultural conceptions around motherhood subjectively affect the expectations and ideals of maternal selves, as much as they contribute to the configuration of a social scenario that leaves women in their experiences with motherhood, as well as babies in their laps.

**Keywords:** Motherhood; psychoanalysis; environment; cultural conceptions; social abandonment.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Objetivos</b> .....	21
<b>Descrição dos capítulos</b> .....	21
<b>Caminho Metodológico</b> .....	24
<b>1 Maternidade, família e temporalidade: discursos sobre a família, a mãe e a criança</b> .....	27
<b>1.1 Breve recorte histórico das configurações familiares ocidentais</b> .....	28
<b>1.2 Modernidade e a nova maternidade</b> .....	40
<b>1.3 Pós modernidade: reinvenção e coexistência da mulher e da família moderna</b> .....	44
<b>1.4 Freud, modernidade e maternidade</b> .....	47
<b>2 Ambiente, cultura e subjetivação</b> .....	57
<b>2.1 Psiquismo e cultura em Freud</b> .....	58
<b>2 O ambiente, a mãe e os processos de constituição psíquica em Winnicott</b> .....	68
<b>2.2.1 O estado de dependência absoluta</b> .....	71
<b>2.2.2 A dependência relativa e o (eterno) rumo à independência</b> .....	81
<b>3 A mãe e o ambiente: se não há um bebê sem sua mãe, o que há para que haja uma mãe?</b> .....	90
<b>3.1 O pai em Winnicott e a função de sustentação</b> .....	90
<b>3.2 Do pai ao todo social: e a sustentação cultural e comunitária da maternidade?</b> .....	96
<b>3.3 O que cultura tem oferecido para ser criado pelas mães?</b> .....	102
<b>3.3 Desamparo materno: quando falta o colo da aldeia</b> .....	109
<b>Considerações finais</b> .....	115
<b>Referências</b> .....	122

## Introdução

A pesquisa aqui apresentada deriva de inquietações sobre os possíveis atravessamentos à experiência da maternidade na contemporaneidade. Especialmente questionamentos acerca do entorno que sustenta (ou não) as mães em sua experiência de maternar, e dos discursos e configurações culturais que perpassam a maternidade e o processo de tornar-se mãe.

Desde muito cedo, no percurso da graduação, voltei-me para a psicanálise e estabeleci com ela uma relação ambivalente, de amor, ódio, surpresa, apropriação, gratidão e recusa. No meio do curso, comecei a atender crianças autistas na clínica-escola da Universidade de Brasília. Estendi o atendimento a crianças com outros quadros sintomáticos, a adolescentes e, por fim, a adultos. Meu interesse pela infância não permanecia apenas nos estágios práticos, mas também nas leituras, disciplinas cursadas e projetos de extensão universitária.

Durante esse período, fiz parte de um projeto de extensão que tinha por objetivo *estar com* crianças institucionalizadas em abrigos de acolhimento, por meio do brincar. Me inquietavam os processos subjetivos das crianças, como também os seus contextos de origem, a situação de suas famílias e as legislações que designavam os seus destinos diante das situações de vulnerabilidade (social, cultural e afetiva) em que frequentemente se encontravam seus familiares. Interessei-me pelas políticas públicas voltadas à criança e à adolescência e pela concepção desses fenômenos por parte do Estado. Concomitante a isso, seguia com meu percurso psicanalítico, pela vertente teórica que parte das contribuições de Sandor Ferenczi e vai chegar a Melanie Klein e principalmente a Donald W. Winnicott, com quem me identifiquei profundamente.

Os questionamentos que norteiam este trabalho, assim como as referências teóricas utilizadas, são fruto do meu percurso como estudante de psicologia e profissional atuante na clínica psicanalítica, e brotam da experiência de escuta clínica de mulheres, crianças e adolescentes, mais especificamente, nos atendimentos voltados às mães e familiares. Por vários momentos, as mães que me procuravam mostravam-se ávidas por falar de suas angústias, das relações primeiras com seus bebês e do desenrolar dessas relações. Suas falas procuravam, na maioria das vezes, espaços em que pudessem ser escutadas sem a presença de outros membros da família, muitas vezes imersas em culpa, cansaço e ambivalência quanto à experiência de ser mãe.

Minha escuta clínica, assim como conversas com colegas e professores, apontava frequentemente para a dimensão do sofrimento materno, para as dificuldades vividas nos primeiros meses com o bebê, assim como para a solidão materna. Percebi que as mães das crianças e adolescentes atendidos por mim, em sua maioria, vinham movidas por uma angústia relativa à dúvida: “*Como criar uma criança?*”, partindo da fantasia de que há um jeito certo de fazê-lo e que esse seria encontrado no consultório, diminuindo sua confusão e sofrimento.

De fato, o espaço do consultório descentralizava a responsabilidade da figura materna perante a criança: compartilhávamos a responsabilidade, ainda que de lugares diferentes, porém, diferentemente da expectativa inicial, compartilhávamos também o não saber. O que, a princípio, frustrava as expectativas em relação ao acompanhamento psicológico, em seguida inaugurava um leque de possibilidades de sentimentos, concepções e comportamentos maternos, ao focar as características específicas de cada relação filial e ao abrir espaço para falhas e idiossincrasias dos presentes em cada relação.

O discurso das mães, em geral, apontava para sensações de solidão e receio de serem culpabilizadas pelas questões de seus filhos, de forma que a sensação de culpa se

intensificava, em geral, nos relatos de mães de crianças autistas. Durante o acompanhamento psicanalítico desses pacientes, mães demonstravam medo de serem responsabilizadas pelo quadro autista de seus filhos, de modo que exigiam uma delicadeza maior tanto nas intervenções nas relações, quanto nas sessões voltadas para a história das crianças, incluindo seus períodos gestacionais. O olhar para a história e para as relações da criança era experienciado, eventualmente, como culpabilização parental, ao invés de sentido como potência de possibilidades de elaboração e intervenção. Apesar do abismo presente entre essas proposições, sentidas como sinonímias pelas mães de crianças autistas, as construções sociais sobre maternidade permitem vislumbrar que os sentimentos e ideias tidas pelas mães das crianças autistas não são da ordem do delírio, sendo, por vezes, endossadas pela postura de profissionais que caem no equívoco da culpabilização da mãe.

Ademais, eu percebia que eram as mães que frequentemente compareciam às sessões familiares, buscavam o acompanhamento, faziam os contatos e pagamentos, e levavam os filhos às sessões. Percebi ainda que eu tinha uma tendência maior a contatar as mães, mesmo que fosse para convidar o casal parental para uma sessão. O sintoma estava também em mim.

Esse incômodo em relação à responsabilização unívoca da mãe no cuidado dos filhos se intensificou quando passei a trabalhar com adolescentes em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal. A maioria dos adolescentes com quem tive contato não possuía figura paterna presente, seja afetivamente, seja financeiramente. Muitos dos pais desses adolescentes moravam na mesma região administrativa dos filhos e, ainda assim, não faziam parte de suas vidas. Tal realidade, apesar de incômoda, era relatada com naturalização pelos jovens e suas famílias, e escutada sem surpresa pela equipe de trabalho, dada a recorrência do fato. Passei a reparar então que a realidade desses jovens,

em sua maioria periféricos e em situação de vulnerabilidade social, apontava para uma assimetria quanto às figuras de cuidado e autoridade, concentradas nas mães e avós, com pouca ou nenhuma participação do pai. Isso condizia com a realidade observada no consultório clínico, ainda que em dimensão mais gritante e a partir de outras configurações sociais.

Passei a me inquietar, então, com a centralidade das mães quanto a qualquer questão envolvendo o cuidado de seus filhos, assim como com a ausência de outras figuras de cuidado rotineiro na experiência dessas crianças e adolescentes. A partir da minha escuta, a centralização dos cuidados na figura materna, a culpa e o sentimento de solidão *andavam de mãos dadas* e, frequentemente, eram referidos pelas mesmas mulheres no âmbito de suas experiências maternas. Por que a criação dos filhos se tornou responsabilização unívoca da mulher? Como pensar na maternidade sem centralizar seus cuidados apenas nas mães? Como e por que diferentes mães, de diferentes idades e configurações familiares, passeavam por esses referenciais de maternidade? Como partir do olhar sobre as relações para favorecer a compreensão sobre a criança e seu sintoma, sem, no entanto, contribuir para a culpabilização materna?

As inquietações advindas da experiência profissional, unidas à observação das mães que circundavam meu cotidiano e à observação de minhas próprias construções e expectativas sobre a temática em análise despertaram o interesse nessa pesquisa. A esse interesse incipiente, misturaram-se leituras teóricas sobre maternidade, feminismo, e relação mãe-bebê, além de buscas, no mundo virtual, por relatos pessoais de mães que se propuseram a falar de suas experiências. Tais relatos, muitas vezes, lembravam aqueles escutados em consultório. As reflexões decorrentes desse processo de escutas e aprofundamento teórico desembocaram, enfim, no desejo de investigar o fenômeno da maternidade, especialmente as interferências ambientais e culturais que a perpassam.

A maternidade aparece como um dos temas principais das elaborações psicanalíticas, seja como figura ou como fundo. Aparece ora enfocada pela ótica da vivência da mulher em sua experiência com a maternidade, ora debruçada sob a ótica de sua função na constituição de um psiquismo emergente, tangenciando assim conceitos intrapsíquicos advindos da metapsicologia psicanalítica.

Foram e são diversas as formas de abordar a maternidade na psicanálise, tendo Freud (1923/2018d, 1924/2018c, 1931/2018e, 1933/2018a) inaugurado esse percurso, ao investigar a maternidade enquanto vinculada à feminilidade, isto é, a maternidade foi apresentada como parte integrante do processo edípico da feminilidade normal, tendo o bebê ocupado lugar de objeto fálico de investimento das mães.

O autor também faz alusões à importância dos cuidados infantis, intrínsecos à constituição psíquica e ao desenvolvimento psicosexual. Desde o *Projeto para uma psicologia científica*<sup>1</sup>, no qual Freud (1885/1996) rascunha as bases para o que seria o aparelho psíquico, já há menções ao papel do outro nos processos psíquicos. Freud (1885/1996, p. 241) afirma que a experiência de satisfação só é possibilitada a partir de uma “ajuda alheia”, dada a necessidade de uma “ação específica” capaz de fazer alterações no mundo externo. A partir dessa ação específica advinda de um outro, o organismo humano “fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno” (Freud, 1885/1996, p. 241). Ou seja, é a intervenção do outro que, além de possibilitar a experiência de satisfação, permite ao infante<sup>2</sup> organizar suas percepções e estímulos. Anzieu (1989) afirma que, desde o *Projeto para uma psicologia científica*, o

---

<sup>1</sup> Nessa dissertação, os nomes de textos e de conceitos citados serão apresentados em itálico, na tentativa de facilitar a experiência de leitura.

<sup>2</sup> A palavra infante foi adicionada pela minha leitura da obra freudiana e se refere à criança que ainda não possui a capacidade de falar. Dessa forma, o termo é utilizado para se referir a crianças nos momentos iniciais da primeira infância.

sistema psíquico não é tido como autônomo, mas enquanto um sistema que se destina, no primeiro momento, ao desamparo originário, necessitando da intervenção materna, fonte da vida psíquica.

Nos *Três ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905/2016) enfatiza a importância da sedução materna no desenvolvimento pulsional, isto é, o investimento libidinal e afetivo vinculado aos cuidados corporais maternos que sensibilizam e marcam o corpo infantil. Portanto, a constituição psíquica se dá entrelaçada à dimensão corporal, e a vida psíquica e a pulsionalidade são viabilizadas a partir das sensações de prazer e desprazer vivenciadas pela criança, experiências que estão diretamente vinculadas aos cuidados dispensados à criança. Em *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2010b) acrescenta que o primeiro objeto sexual da criança está relacionado necessariamente com a pessoa que lhe cuida, explicitando o intrincamento entre o desenvolvimento psíquico e sexual com as relações de cuidado e proteção entre infante-cuidador.

Além de referir-se, desde o princípio de seus escritos, a um outro tangenciando os processos psíquicos, Freud (1921/2020b, 1930/2020a, 1933/2010c) também se debruça sobre aspectos da cultura e da sociedade na formação do *Eu*. Há também em Freud *algo* de uma psicanálise intersubjetiva, na relevância da presença do outro e de seus cuidados na constituição psíquica e no desenvolvimento sexual, bem como na articulação da cultura com instâncias psíquicas, e no tangenciamento dos pactos sociais e culturais nos conceitos metapsicológicos fundamentais. O autor inclui em suas reflexões e conceituações sobre cultura os dispositivos e regulamentações sociais das relações humanas em geral, seja no seio familiar, seja em um conceito ampliado, regendo relações a um nível comunitário. Freud (1930/2020a) relaciona a inadequação das relações sociais ao mal-estar e ao sofrimento humano, de modo que isso que pode ser pensado com relação ao ambiente que circunda a maternidade e às concepções culturais relativas a essa função.



Evidentemente, as investigações e construções psicanalíticas sobre maternidade e cultura não se detiveram em Freud. Muitos dos pós-freudianos desenvolveram as temáticas com maior ou menor ênfase. Winnicott é um dos pós-freudianos que mais se debruça sobre a maternidade, teorizando sobre o papel do ambiente na constituição psíquica. Como pediatra, observou desde cedo as interações entre as mães e seus bebês, visto que, à época, tais relações eram praticamente uma premissa materna. A partir dessas observações e de suas influências psicanalíticas, o autor desenhou sua teoria elucidando a importância das relações primárias entre mãe – ou cuidador primordial – e bebê no desenvolvimento psíquico. O enfoque passa para a interlocução dialética entre o bebê e o seu ambiente, isto é, não do interno para o externo, mas do intrapsíquico para a intersubjetividade marcada pela mutualidade constitutiva que incide em ambos os presentes na relação, ainda que assimetricamente, dadas as diferentes posições subjetivas ocupadas por cada membro da relação.

A dialética winnicottiana entre sujeito e ambiente passou a fazer parte da minha visão de mundo, mostrando-se presente também em minha prática profissional e em meus interesses acadêmicos. Nesse trabalho, minha curiosidade incide sobre o ambiente que sustenta a experiência das mulheres com a maternidade. Com a máxima winnicottiana “Não existe algo como um bebê”<sup>3</sup>, o analista enfatiza a dependência absoluta do bebê em relação ao ambiente nesse período primitivo, de modo a ser impossível designar o bebê fora da relação com sua mãe. Inicialmente, há a relação mãe-bebê, e apenas posteriormente e gradualmente, essa cede o primeiro lugar para o tema do bebê como ser “individual”. Por conseguinte, coloco em questão: se tal é o papel do ambiente nos primórdios da vida psíquica (e somática) qual é o papel e a interferência do ambiente no

---

<sup>3</sup> Winnicott utiliza essa máxima em 1940, em uma reunião científica da Sociedade Psicanalítica Britânica (Winnicott, 1960a/1983d).

processo de tornar-se mãe? *Se não existe um bebê sem sua mãe, o que há para que haja uma mãe?*

Essa questão vem sendo tangenciada pela psicanálise desde sua origem, e mais recentemente vem sendo explorada com mais especificidade. Atualmente, a disciplina conta com um arsenal de produções que se debruçam sobre a complexidade da experiência materna e atestam que, longe de fazer parte de uma ordem instintiva, o tornar-se mãe deriva de um processo que envolve inúmeros fatores. Na pesquisa de referências para a realização dessa pesquisa, categorizei, para fins didáticos e de auto-organização, os trabalhos em psicanálise voltados para a maternidade em quatro eixos.

O primeiro diz respeito a pesquisas que enfocam os processos e funções psíquicas envolvidas no fenômeno da maternidade, que embora relacionadas aos fatores ambientais, privilegiam os processos psicológicos. Nesse âmbito, circunscrevo as relações pré-édipicas das meninas com suas mães, apontadas desde Freud (1931/2018e, 1933/2018a), em sua acuidade no desenvolvimento da menina. O assunto foi aprofundado e investigado por pós-freudianos, que expõem que, além de interferir em todas as etapas de vida e nas escolhas objetais, a transmissão psíquica de mãe pra filha se atualiza e marca fortemente o processo de gestação, manifestando-se pela reminiscência (ou retorno) de conteúdos inconscientes relativos às experiências primitivas e infantis da gestante (Winnicott, 1987/2020e, 1979/1983e; Bydowslky, 1997/2008). Autores contemporâneos também se debruçam sobre esse eixo, como por exemplo, os trabalhos de Aragão (2007) sobre a construção do espaço psíquico materno e dos processos que permitem sua existência, e de Zornig (2010) sobre os processos de construção da parentalidade.

O segundo eixo diz respeito a trabalhos voltados para os efeitos das funções exercidas pelo objeto primordial – chamado em psicanálise muitas vezes de “mãe” – no bebê, ou da relação mãe-bebê no devir da constituição psíquica do infante. Exemplificam

tal eixo os trabalhos de Winnicott sobre *Preocupação Materna Primária* (1956/1978b) e de Bion sobre *Rêverie materna* (Bion, 1994).

O terceiro eixo, por sua vez, circunscreve os trabalhos que versam sobre maternidade, fazendo intersecção com um contexto ou situação específicos. Nesse âmbito, há uma diversidade de trabalhos, como os que versam sobre gravidez na adolescência (Rabello et al., 2010), experiência de depressão materna (Schwengber & Piccinini 2005) e experiência de maternidade de usuárias álcool e outras drogas (Rios, 2017).

Por fim, o quarto eixo diz respeito a pesquisas que enfatizam o contexto social da maternidade, seja apresentando-a como fenômeno cultural, seja destacando a influência de fatores sociais nas concepções e experiências de maternidade. Aqui, situo as intersecções entre psicanálise e feminismo, o trabalho da socióloga Elizabeth Badinter (1985) sobre a construção histórica do fenômeno da maternidade, o trabalho de Zanello (2018) sobre o dispositivo materno de subjetivação, a pesquisa de Tepperman (2012) sobre parentalidade contemporânea, e as proposições de Iaconelli (2012) sobre as articulações entre função materna e laço social.

A presente pesquisa se insere nesse último eixo, baseando-se no caminho aberto por Winnicott, quando ele se refere à importância da realidade e concretude do ambiente, assim como à função de sustentação paterna inicial como determinante para propiciar segurança às especificidades físicas e psíquicas de que decorre a relação inicial da mãe com o bebê dependente (Winnicott, 1960a/1983d). Assim, Winnicott deixa claro o quão importante é a mãe ser sustentada para poder sustentar.

A partir do exposto, sugiro que existam dois principais ambientes de sustentação das mães: um arcaico, inscrito no psiquismo da mãe e referente às experiências dessa com o bebê que foi e com os seus cuidadores primordiais; e outro atual, um ambiente que diz

respeito à realidade material, afetiva, social e cultural que circunda a mãe no momento em que está gestando, parindo e cuidando do bebê. Esse último envolve o entorno familiar e comunitário dessa mulher, assim como as configurações sociais que se relacionam com sua vivência. Considero que a cultura da maternidade atravessa a ambos os ambientes, assim como considero que esses ambientes interagem entre si e também com a fantasmática individual e significações de cada mulher.

A categorização realizada se deu por motivos puramente didáticos, como forma de organizar a literatura encontrada sobre a temática, sendo que muitos dos trabalhos pertencem a mais de um eixo. No entanto, essa tentativa de categorização permitiu vislumbrar como a maternidade vem sendo pesquisada no contexto psicanalítico e afirmar que esses estudos, em maior ou menor grau, se voltam para aspectos contextuais e culturais da maternidade.

Por muitas vezes, a psicanálise foi alvo de críticas que a acusam de ser uma teoria universalista, voltando-se prioritariamente para um internalismo psíquico em suas instancias psíquicas, objetos internos e representações da realidade, apresentados em uma configuração psíquica muitas vezes pouco articulada com realidade objetiva em termos de alteridade. Sem deslegitimar a validade das críticas, é preciso enfatizar que não há como as construções psicanalíticas se darem de forma desvinculada das experiências de alteridade, pois, ainda que em algumas vertentes a ênfase se dê em aspectos intrapsíquicos, as teorias psicanalíticas tratam de um psiquismo imerso em um tempo e espaço, e principalmente, em uma cultura, construindo uma metapsicologia que só é possível a partir desses fatores (Mezan, 2005).

A cultura se entrelaça às vivências, experiências e pré-disposições na dança da constituição subjetiva, desde Freud. Dela, fazem parte os valores, ideais, representações coletivas e configurações de uma sociedade, de modo que esses variam, ao longo da

história, e diante de diferentes contextos culturais. As visões de mundo, os valores morais, assim como os comportamentos e configurações sociais decorrentes da herança cultural de uma sociedade, resultam, portanto, de operações de cunho cultural (Laraia, 2001).

Embora cultura seja um termo comumente utilizado na linguagem cotidiana e presente no imaginário comum, há certa dificuldade em delimitar sua conceituação. Para Larraia (2001), o conceito em questão tornou-se um desafio para antropologia moderna, visto que, durante o século XX, seu universo conceitual se expandiu indiscriminadamente. Ao invés de elucidar e delimitar o termo, as tantas formulações lhe trouxeram uma aura de confusão que a antropologia moderna vem tentando desemaranhar desde então. O autor supõe que a dificuldade de especificar o termo advém de sua articulação essencial com a compreensão da natureza humana, que permanecerá eternamente como objeto de reflexões e novas formulações. De fato, a cultura é uma prerrogativa humana e abrange desde a concepção de meras ferramentas até os sistemas sociais e suas instâncias político-culturais.

Diante da inespecificidade de um conceito geral de cultura, recorro, então, à saída encontrada por Rouanet (2015), quando se debruça sobre dimensões pelas quais o termo pode ser compreendido. O autor afirma que a cultura pode ser compreendida como: um conjunto de crenças, símbolos e valores (sob um viés antropológico); um conjunto de esferas de valor (utilizando o termo em um sentido sociológico, em especial marx-weberiano); ou sob um viés que se refere à arte, literatura, música, pintura, entre outras manifestações. Dessa forma, o conceito de cultura seria delimitado por essas três áreas e diria respeito aos símbolos utilizados pelos grupos culturais em sua comunicação, aos sistemas de crenças e valores que norteiam determinadas sociedades, às instituições e esferas de valores criados, e aos produtos artísticos decorrentes da cultura.

Tendo em vista a ampla gama de fenômenos relacionados à cultura, especificamos que, nesse trabalho, a cultura será abordada especialmente em sua dimensão relacionada aos sistemas de crenças e valores sociais em torno da maternidade, isto é, serão enfatizadas as concepções e representações sociais sobre a temática, tendo em vista que delas decorrem comportamentos, pactos e configurações sociais. Ressalto que não possuo a pretensão de debruçar-me sobre os conceitos de cultura, caros à antropologia, mas sim perpassá-los ao atentar-me para a dimensão cultural que existe no fenômeno da maternidade.

O ambiente da mãe, no sentido winnicottiano do termo, perpassa a mulher<sup>4</sup> em sua experiência com a maternidade, de modo que os aspectos culturais aqui investigados são concebidos como parte integrante desse ambiente. A ênfase em tal aspecto ambiental, além de apontar e responsabilizar outras figuras familiares, sociais e até estatais nos cuidados perante a infância (BRASIL, 1990), assinala os diversos processos e o papel do ambiente na construção do tornar-se mãe. Dizer dos aspectos culturais pode interferir no sofrimento materno, de forma a elucidar a complexidade dos processos que compõem a *função materna*, e os múltiplos responsáveis que a integram. Estudos que contemplam a maternidade em sua faceta cultural podem atuar como micro agentes de transformação social, já que, ao abordar a maternidade a partir da perspectiva do ambiente materno, contribuem para a desconstrução das atuais representações sociais da maternidade.

Apresento a hipótese de que a cultura exerce tamanho impacto sobre as experiências maternas que acaba por interferir diretamente na maternagem, como fator

---

<sup>4</sup> O presente trabalho se volta para a maternidade por conceber especificidades na experiência das mulheres quanto aos cuidados infantis, e não como forma da atrelá-las à essas funções. Tendo em vista a configuração social atual, reconhecemos que as mulheres são ainda as principais (quando não as únicas) responsáveis pelos cuidados parentais, tendo um lugar social ainda muito vinculado à maternidade ou às funções de cuidado. Além disso, as concepções sociais sobre maternidade e sobre mães são específicas, se relacionam com o gênero feminino e com a historicidade das organizações familiares e sociais quanto à temática. Portanto, a escolha de abordar o termo específico maternidade, e não parentalidade, se deu pela consonância com os contextos de que partem esse trabalho, assim como com os objetivos propostos.

que igualmente a constitui e transforma, devendo ser levada em consideração nas alusões à maternidade. Proponho então que a maternidade não seja centralizada na figura da mãe, mas sim que abranja todo o ambiente que circunda e sustenta essa figura.

## **Objetivos**

O objetivo geral dessa pesquisa é, a partir de uma investigação teórica, explorar as dimensões ambientais do fenômeno da maternidade. Para tanto, tenho como objetivos específicos: (1) investigar as construções culturais e sociais da maternidade, ao longo do tempo, enfatizando a interferência do tempo histórico nas concepções e comportamentos maternos; (2) investigar como os fatores ambientais – em especial a cultura e suas representações – se entrelaçam à subjetivação de mulheres-mães; e (3) discutir a complexidade do fenômeno da maternidade, descentralizando-o da figura materna para abranger o ambiente materno e suas configurações. Essa dissertação foi escrita de forma que cada capítulo esboce uma justificativa que corrobore as dimensões culturais da maternidade.

## **Descrição dos capítulos**

No capítulo 1, realizo um recorte histórico das relações e papéis dos membros familiares. Ao longo do percurso, enfatizo as mudanças nas concepções de maternidade e infância, na tentativa de demonstrar que as construções sociais sobre a maternidade, assim como os comportamentos maternos, variaram diante do tempo histórico, dos valores culturais adjacentes e das diversas configurações familiares referidas.

Adianto aqui que não intento realizar um percurso histórico minucioso acerca da temática, ou apresentar novidades históricas quanto à temática explorada. No entanto, a historicidade representa, ao contrário de um nostalgismo, um embasamento para a edificação do presente. A partir da historicidade, conhece-se o passado, visando à possibilidade de se romper com ele e, a partir daí, construir um futuro com aspectos de inovação, na medida do possível, não pré-determinado por sua história (Giddens, 1991, p.49). Pretendo marcar a interferência das construções históricas e seus desdobramentos nos discursos atuais que versam sobre maternidade, explicitando o caráter contingente da maternidade e sua dimensão cultural.

Por fim, inscrita nessa história, me volto para a teoria psicanalítica e apresento uma visão da teoria freudiana da feminilidade, articulada ao seu tempo histórico. Atento para o caráter social da própria psicanálise, que constrói (e se constrói por) discursos e realidades sociais. As proposições psicanalíticas, para além de anunciar seu contexto histórico e contribuir com ele, ilustram a articulação intrínseca entre tempo histórico-cultural, inconsciente e constituição subjetiva.

No Capítulo 2, intento demonstrar que a cultura se articula aos processos de subjetivação do indivíduo<sup>5</sup>. Explicitar a articulação entre subjetivação e cultura pode sugerir os caminhos pelos quais os valores culturais sobre maternidade incidem mais diretamente na experiência materna, por meio das construções culturais sobre maternidade tidas na experiência da mulher e de seu entorno social.

---

<sup>5</sup> Optei por utilizar o termo *indivíduo* ao longo do trabalho, visto que Winnicott constitui uma de nossas principais referências teóricas e tal termo é utilizado nas traduções de sua obra no Brasil. Compreendemos que o autor parte do conceito de individuação, por abordar a integração do Ego e do Self como um processo do desenvolvimento emocional humano (Winnicott, 1945/1978a). Assim, utilizamos o termo no sentido de explicitar esse processo que se dá, inclusive, em interrelação constante com o ambiente. Nesse sentido, não nos referimos à acepção individualista, privada e autônoma do termo, cravada pelo indivíduo da modernidade.



Para isso, me estendo sobre algumas construções da metapsicologia freudiana que expressam o caráter cultural e social do *Eu*. São abordados os conceitos de *Identificação*, *Ideal de Eu* e *Supereu*, além de algumas considerações de Freud sobre cultura.

Em seguida, exploro as construções psicanalíticas de Winnicott sobre o papel do ambiente no processo de constituição psíquica, na tentativa de ilustrar que o indivíduo e seu (suposto) entorno estão entrelaçados e se constroem em movimento dialético. Assim, aproveito as contribuições do autor para explorar os aspectos ambientais e culturais que considero implícitos em seu uso da palavra mãe.

Ainda que os caminhos freudianos e winnicottianos nem sempre coincidam, considero profícuo expor ambas as contribuições em relação às intersecções entre cultura e subjetivação, especialmente por considerar que as contribuições dos autores permitem abordar a intersecção do indivíduo com a cultura em momentos distintos da constituição psíquica. Dessa forma, são esboçadas pontes e diferenciações entre as abordagens dos autores referidos.

No capítulo 3, por fim, utilizo o conceito winnicottiano de função paterna para trazer a importância da sustentação da experiência materna, que, embora apresentada por Winnicott na figura do pai, pode se expandir, por exemplo, à rede de amparo materna, às relações familiares e aos discursos que atravessam o ambiente materno.

Relato como a experiência clínica com as mães que escutei em consultório expõe a intersecção entre seus sintomas com os sintomas da cultura e proponho que as concepções culturais sobre maternidade contribuem para o desamparo social vivido por muitas mães na contemporaneidade, devido à desarticulação entre as concepções sociais de maternidade e a atuação comunitária. Nesse terceiro capítulo, me debruço sobre o ambiente que falha ao sustentar a mãe, no complexo e delicado processo de construção da maternidade.

## **Caminho Metodológico**

Explorar e estabelecer articulações entre maternidade e cultura é um desejo que surgiu a partir da escuta clínica e da observação de situações corriqueiras do cotidiano, real ou virtual, em que a temática ocorria. Algo na escuta das mulheres-mães e de suas crianças me inquietou, instigando a tal “pulsão de saber”<sup>6</sup>, dita por Freud (1905/2016, p.103) em seus *Três Ensaios Sobre a Sexualidade*. O caminho escolhido para averiguar a temática foi a via da teoria, de modo que a pesquisa aqui apresentada consiste em uma investigação teórica.

A pesquisa em psicanálise possui peculiaridades em seu fazer científico, visto que a disciplina diverge da (suposta) neutralidade exigida pela ciência positivista, assim como de seu intuito primordial de generalização dos dados de pesquisa. As teorias psicanalíticas são, desde sua origem, consequências da escuta clínica, e Freud (1926/2014) afirmava, já em 1926, sobre a indissociabilidade entre a teoria e a prática analítica, de modo que seu corpo teórico é construído a partir das hipóteses e percepções dos autores diante de suas escutas.

Assim, todo processo psicanalítico, seja a escuta clínica, a psicanálise aplicada, ou propriamente a pesquisa em psicanálise, é balizado pela transferência. A presença viva do autor, tanto no processo de pesquisa quanto no texto em si, é determinante na pesquisa com o método psicanalítico (Figueiredo & Minerbo, 2006), visto que a psicanálise, tendo por objeto primordial o inconsciente, volta suas investigações para além da racionalidade e dos processos secundários. Desse modo, a pesquisa em psicanálise consiste em uma

---

<sup>6</sup> Na referência citada, a editora Companhia das letras optou por traduzir a expressão como *Instinto de saber*.

apropriação do método freudiano, mas singularizada pelas questões de cada pesquisador e seu inconsciente, que atravessam necessariamente o texto (Iribary, 2003).

A transferência, portanto, é um fenômeno que não se restringe à prática psicanalítica, e se estende para a investigação psicanalítica, sendo, enquanto viabilizadora do acontecer inconsciente, a via principal de investigação em psicanálise (Oliveira & Tafuri, 2012). No processo de pesquisa, a implicação do inconsciente e sua criatividade, transformam pesquisador em autor. Sua participação efetiva no processo de pesquisa é expressa pelo seu relacionamento com a temática estudada, com a base teórica escolhida, com a alteridade a que se dirige, assim como pelas associações realizadas e pela sua relação com o processo de escrita. Assim como a fala do analisando dirige-se à alteridade do analista, a pesquisa e a escrita da investigação em psicanálise se dirigem (e são atravessadas) pela presença dos outros com os quais o autor estabelece uma transferência, envolvendo a instituição, o orientador, a banca de defesa, entre outros (Oliveira & Tafuri, 2012).

A pesquisa aqui apresentada tem por dados os textos, artigos, teses e pesquisas precedentes a ela, além de recortes da minha experiência clínica e relatos apresentados em outras pesquisas sobre maternidade. Dessa forma, o trabalho é fruto da minha relação com esses dados-textos a partir da leitura desses, das articulações que emergem das leituras e clamam por outros textos ou conceitos, e das impressões, sensações e produções de sentido decorrentes dessas experiências. Iribary (2003) relembra que o laboratório da pesquisa psicanalítica é a leitura dirigida pela escuta, que, à moda da escuta flutuante, instrumentaliza as impressões transferenciais do autor e mantém-se atenta aos significantes. O entrelaçamento essencial entre a subjetividade do autor e a objetividade da realidade estudada possibilita a emergência de novas produções de sentido, em especial na investigação teórica em psicanálise, em que a necessidade da criatividade do autor

torna-se ainda mais evidente (Tavares & Hashimoto, 2013). A pesquisa em psicanálise implica, portanto, em uma tentativa de produção de novos sentidos, que envolvem necessariamente os sentidos já existentes no campo da disciplina junto à fantasia do autor, para dessa articulação dar à luz algo inédito. Tal é afirmado por Mezan (2014, p. 532) como característica primordial da pesquisa científica, que “refere-se, exclusivamente, à tentativa de obter conhecimento novo e de apresentá-lo de modo que possa se incorporar ao já existente, seja como complemento, seja como nova perspectiva”.

Assim, realizei um levantamento da literatura que perpassa os eixos centrais do meu interesse investigativo: maternidade, psicanálise e cultura. A busca pelo material foi norteada por minhas abordagens teóricas e pelo desejo de articulação com o campo cultural, assim como pelos próprios textos que geravam impressões novas, desejos de visitar outros textos e teciam novos rumos e direcionamentos para o trabalho. A leitura cuidadosa de um texto implica na liberdade de redescobri-lo em novas possibilidades interpretativas, as quais, mesmo estando no texto, necessitam do leitor para criá-las e assim poderem existir, tal como o paradoxo dos fenômenos transicionais de Winnicott (Figueiredo & Minerbo 2006).

Do processo de mobilização, reflexão e constante diálogo com o material teórico estudado, foi possível realizar recortes, vislumbrar hipóteses e, por fim, escolher partes das bases teóricas preexistentes, que, misturadas às minhas visões sobre o tema (adquiridas também na relação com os textos em questão), combinaram-se no texto que apresento. Essa pesquisa constitui uma tentativa de intersecção entre psicanálise, psiquismo e cultura, no campo da maternidade, visto que se volta a um fenômeno que, embora esteja além da psicanálise, tangencia boa parte das suas formulações.

## **1 Maternidade, família e temporalidade: discursos sobre a família, a mãe e a criança**

Não há dúvida de que a atitude geral de nossa sociedade e o ambiente filosófico de nosso momento histórico contribuem para esse ponto de vista. Em outro momento ou lugar, talvez tivéssemos outra visão  
(Winnicott 1971, p. 109)

As construções acerca da maternidade em geral dizem respeito não só ao estado biológico da mulher gestante, mas às relações de cuidado da mulher com seus filhos, e, mais recentemente, às experiências da mulher na posição de mãe. O fenômeno é portanto marcado por ambivalências, como aponta Badinter (1985), ao indicar que o termo maternidade alude ao mesmo tempo a uma condição fisiológica, que se desenvolve a curto prazo na mulher (a gestação) e a um aspecto relacional e cultural, que abrange os cuidados e a educação dispensados pela mulher a seus filhos: a maternagem. Ao contrário do primeiro, esse segundo aspecto persiste por um longo período, sendo que a maternidade abarca concomitantemente esses dois aspectos. Portanto, a maternidade é marcada, em sua definição, por aspectos fisiológicos e relacionais, sendo um tema envolto em complexidades, explorado atualmente por diversos campos do conhecimento, como psicologia, psicanálise, sociologia, antropologia, pediatria, entre outros.

Defendo que a maternidade faz parte de um construto social, ou seja, tanto o aspecto gestacional quanto as relações da mulher com seus filhos variam e são marcadas pelo tempo histórico e cultural em que ambas as partes se veem inseridos. A maternidade tem como pano de fundo, portanto, as dinâmicas sociais de um certo tempo, assim como suas concepções, valores e padrões culturais (Correia, 1998).

Além disso, o conceito diz respeito a relações que se dão em um núcleo familiar, de modo que não se pode compreender a maternidade sem aludir a concepções de família, de infância ou, dependendo do período histórico, de mulher. Assim, para me debruçar sobre as relações entre mães e filho(a)s perpassadas pelo momento histórico cultural contemporâneo, considero ser necessário passear por algumas construções sobre maternidade da história ocidental, com suas dinâmicas e concepções sociais sobre infância e família. Tal percurso intenta marcar a multiplicidade de concepções sobre maternidade, infância e família transcorridos ao longo do período final da era medieval até a consolidação da modernidade e contemporaneidade, e auxilia-nos a verificar o caráter contingencial da maternidade, questionando caracterizações que se apresentam atualmente como naturais e inatas a ela.

Tal passeio histórico permite não só a contextualização do fenômeno da maternidade contemporânea, como também do surgimento da psicanálise. Para falar de psicanálise, é importante evocar seu tempo histórico-cultural e vislumbrar os enlaces da disciplina com o contexto sociocultural do qual emergiu (Mezan, 2005).

Por fim, recorrer ao trajeto histórico se mostra importante por possibilitar-nos identificar a transgeracionalidade das nossas concepções atuais. A historicidade das vivências do mundo e as inovações marcadas pelo tempo atual se entrelaçam na construção do hoje, de forma que voltaremos inicialmente o olhar para as tradições e paradigmas herdados para circunscrever tanto o fenômeno da maternidade quanto a psicanálise.

### **1.1 Breve recorte histórico das configurações familiares ocidentais**

A maternidade é, atualmente, um tema envolto em polêmicas e concepções heterogêneas, em que contrastam, por um lado, uma herança da ideia natural de amor e devoção maternos, e, por outro, novas configurações sócio-políticas e familiares que colocam a mulher em uma posição diferente da ocupada até a segunda metade do século XX. Discursos feministas e novas teorizações sobre a família e seus membros advêm da tentativa de acompanhar as transformações concretas que vêm ocorrendo nas configurações familiares. Dessas modificações nas dinâmicas familiares e das novas possibilidades de concepções de infância, maternidade e família implicam novas perspectivas, configurações e discursos, que coexistem com as heranças dos discursos anteriores em relação à maternidade – que ainda arraigam seus valores morais e imperativos sociais.

Ainda que tenham sido múltiplas as faces da maternidade ao longo da história, os papéis de mulher e de mãe frequentemente foram – e são – confundidos (Iaconelli, 2012). Na história, a fertilidade tem sido muitas vezes vinculada à feminilidade, no entanto, verifica-se que as ideias correntes de maternidade vão além dos aspectos de concepção e gestação, de modo que tal confusão se justifica não por uma “uma pretensa natureza feminina” (Iaconelli, 2012, p. 28), mas pelas ideologias vigentes que acabaram por conjugar maternidade e feminilidade.

Ao fazer um recorte do papel da maternidade nas sociedades estáveis<sup>7</sup>, Iaconelli (2012) relembra que os temas referentes à reprodução e ao controle demográfico se vinculam necessariamente à sobrevivência do grupo e, por isso, foram e continuam sendo centrais para qualquer sociedade, inclusive na contemporaneidade. O controle sobre a fecundidade feminina e, por consequência, sobre o corpo da mulher e seu papel social

---

<sup>7</sup> Quando utiliza o termo estáveis, a autora relata se referir às sociedades anteriormente denominadas como primitivas ou arcaicas (Iaconelli, 2012, p. 27).

têm sido uma forma pela qual as questões reprodutivas puderam ser monitoradas: “a fertilidade da mulher foi sendo valorizada ou preterida ao longo da história, mas acima de tudo vigiada e administrada” (Iaconelli, 2012, p. 28). Portanto, falar em maternidade implica necessariamente olhar para as relações sociais a elas subjacentes.

Ao longo dos séculos, foi possível visualizar as transformações ocorridas nas relações familiares e conjugais, assim como nos papéis sociais designados aos membros desses grupos. Tais configurações familiares acabaram ainda por interferir diretamente nas visões de cada época sobre masculinidade e feminilidade, assim como os ideais de masculinidade e feminilidade contribuíam para a designação de configurações familiares específicas. Dada a importância e centralidade do grupo familiar nas formações e relações sociais, verificaremos a seguir, as mudanças ocorridas nas relações familiares e suas implicações nos papéis sociais de cada membro, assim como nas concepções de paternidade, maternidade e infância. Portanto, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, dada a realidade da qual partiram as autoras e autores em que nos baseamos nesse trabalho, e dada sua influência na realidade brasileira, analisaremos um breve período histórico e marcaremos o percurso das transformações que desembocarão nas concepções modernas de família e, por consequência, da maternidade moderna. Desse modo, esse trabalho se baseia nas visões histórica de Philippe Ariès (1975/2006) e Elizabeth Badinter (1985).

No período final da Idade Média, as relações familiares eram marcadas por reverberações do pensamento eclesiástico e pela permanência das ideias aristotélicas sobre a autoridade marital e parental. Enquanto as teorizações Aristotélicas justificavam e legitimavam a superioridade social dos homens a partir do essencialismo da natureza humana, os pensamentos de Santo Agostinho e São Paulo, representantes da moral eclesiástica, salientavam a figura do homem como imagem e semelhança de Deus,



justificando assim a centralidade e o poder do homem na família e conseqüentemente a subordinação da mulher e demais membros familiares. Tais concepções balizaram as relações familiares e sociais predominantes entre os séculos XIV e XVII, conferindo a essa dinâmica social e relacional características e relações específicas (Ariès, 1975/2006; Badinter, 1985).

Badinter (1985) aponta que o pensamento aristotélico tinha por base a desigualdade natural existente entre todos os seres e seu papel na posição social ocupada por cada um. O poder ou submissão eram justificados pela natureza humana, o que legitimava as posições sociais de cada grupo:

A condição do Pai-Marido-Senhor todo-poderoso não pode ser explicada senão pela sua essência. Criatura que mais ativamente participa do divino, seus privilégios devem-se apenas à sua qualidade ontológica. É “natural” que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como “deus comanda suas criaturas”, e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um “Rei comanda seus súditos” (Badinter, 1985, p 33).

As conseqüências dessas representações trazem características específicas para as relações familiares. O homem ocupa lugar central no grupo familiar, sendo imanente seu poder político e de decisão, enquanto a mulher, naturalmente silenciosa e obediente, ocupa um papel periférico na dinâmica familiar. A autora frisa a condição marginal da feminilidade até mesmo nas ideias de concepção e nascimento, de modo que cabia ao homem maior responsabilidade e atividade na procriação. Observamos, então, que tal momento histórico preteria a fertilidade feminina e seu posicionamento na dinâmica familiar, contrastando com as concepções atuais de maternidade, em que a figura da mulher é tratada com prioridade no tocante ao seu papel na concepção.

É perceptível no pensamento eclesiástico convergências com o discurso aristotélico. À época da teologia cristã, a concepção de homem era marcada pela semelhança à figura divina, de modo que ele era considerado um ser acabado, inteligente e dotado de capacidade de pensamento e deliberação superior, o que delegava aos homens poder semelhante ao de Deus (Badinter, 1985). Essa faceta do discurso eclesiástico foi ativada pelo absolutismo político, que tentava legitimar a autoridade total do monarca, e ambas corroboraram para reforçar o poder marital e paternal, de modo que, assim como ao rei, às figuras do homem, do pai e do marido eram atribuídos poder, importância e centralidades semelhantes ao divino (Ariès, 2006).

As discrepâncias entre marido e mulher ou pai e mãe foram ainda intensificadas pelas concepções eclesiásticas sobre o feminino, marcadas pela imagem de Eva, ou seja, a representante do pecado. Badinter (1980) relata que a mulher era apresentada como mais próxima aos pecados, ocupando um papel de perigo e ameaça à divindade “característica” do masculino, sendo também mais apta a sucumbir às tentações. A mulher, portanto, foi correlacionada tanto ao pecado quanto às fraquezas humanas, oscilando entre as imagens de maldade e invalidez. Tais imagens se articulam com a dinâmica do relacionamento conjugal da época, em que o semblante de invalidez reforça a ideia de o poder de decisão estar centrado na figura do homem, assim como a ameaça da maldade, tida como imanente ao feminino, reforçava a necessidade do controle marital e a consequente subordinação da mulher dentro da família.

No entanto, as alegações da moral eclesiástica sobre o pecado, o corpo e as tentações se estenderam para além da imagem social feminina, interferindo também nos moldes de parentalidade vigentes. A disciplina e o rigor eram indicados no tratamento aos filhos, dada a essência pecaminosa e inacabada das crianças, de modo que o rigor dos pais deveria moldar a criança, sendo os contatos físicos e de amizade considerados

voluptuosos e ameaçadores para a relação filial (Badinter, 1985). A violência marcava, em especial, as relações parentais, sendo as atitudes maternas incluídas nesse padrão: “Violência e severidade eram o quinhão da esposa e do filho. A mãe não escapava a esses costumes” (Badinter, 1985, p. 51).

Portanto, nas famílias do final da Idade Média predominavam relações familiares altamente hierarquizadas, marcadas pela centralidade e autoridade da figura do marido-pai. Ademais, as relações parentais exercidas por homens e mulheres eram direcionadas por ideais de disciplina, rigor e severidade, dada a disseminação do pensamento religioso no âmbito social. Tal discurso religioso implicava, inclusive, em relações familiares pouco visitadas pela ternura, uma vez que os contatos corporais e afetivos eram mal vistos nas relações parentais e conjugais, por serem considerados dissidentes do prazer e, portanto, do pecado (Badinter, 1985).

A partir do cenário histórico descrito, Badinter (1985) afirma a ausência do amor como valor fundamental para a sociedade anterior ao século XVIII. Importante enfatizar que a autora não afirma a *inexistência* do amor e dos contatos corporais em tais relações, mostrando apenas que os costumes e configurações sociais não se predispunham ao amor e à ternura, valores incentivados na contemporaneidade. A autora sugere, inclusive, que a insistência do discurso religioso em reprimir as relações de cunho afetivo e corporal indica a própria existência desses comportamentos. Eles, porém, não eram predominantes nem incentivados, indo em direção oposta aos valores hegemônicos desse período.

Philippe Ariès (1975/2006) corrobora tal posicionamento quando demonstra as mudanças transcorridas nas relações familiares e na própria ideia de família desde a Idade Média até a Modernidade, visto que o sentimento de família, marcado pelas características da família moderna, tal qual observamos nos moldes atuais, surge mais explicitamente no século XVIII, ainda que mesclado com as características sociais

anteriores. O autor confere ao sentimento de família a companhia indissociável do sentimento incipiente de infância advindo dos séculos XIV e XV, que junto a diversos outros fatores, acarretaram drásticas transformações nas dinâmicas familiares e, conseqüentemente, nas relações sociais ocidentais. Essas transformações desembocaram paulatinamente nas configurações e dinâmicas da família moderna.

Fruto de um processo de transição que se inicia no século XV e vai até o século XVIII, as configurações familiares acompanharam o estabelecimento da noção de infância, inicialmente não reconhecida pela sociedade. As famílias passaram, paulatinamente, a orbitar em torno dos cuidados e educação que as crianças passaram a exigir, em conformidade com as teorizações e sensibilizações sociais em torno do assunto.

Ariès (1975/2006) propõe que, anteriormente ao século XII, não havia um sentimento de infância. A iconografia da época revela que às crianças não eram conferidas especificidades ou particularidades, sendo vistas como adultos em escala menor. Elas eram jogadas à comunidade assim que obtivessem o mínimo de independência dos cuidados de suas mães ou amas, compartilhando das atividades, rotinas e vivências dos adultos. Diante da inespecificidade da infância, as relações parentais eram marcadas, em geral, por um sentimento de indiferença e as crianças eram, assim que possível, introduzidas na vida comunitária, que consta como característica social marcante dos períodos anteriores ao século XVIII.

A partir dos séculos XIV e XV, principiaram os indícios de particularidades à condição infantil: surge o primeiro sentimento de infância, designado por Ariès (1975/2006) como *Paparicação*. Nesse contexto, as famílias passaram a notar a graça e a ingenuidade das crianças, voltando suas atenções ao seu aspecto pitoresco.

Longe de conferir à criança um valor subjetivo, os adultos se distraíam diante das peripécias infantis, que incitavam o início de um movimento afetivo. A primeira distinção

da infância se dá, portanto, apenas pelo divertimento e encanto advindos dos comportamentos infantis. No entanto, o novo sentimento da *Paparicação*, apesar ser um reconhecimento incipiente das especificidades infantis, se mistura à velha mentalidade da indiferença, que vai persistir como característica social até meados do século XVII (Ariès, 1975/2006).

O autor assinala que esse primeiro sentimento de infância e sua ligeira interferência nas posturas familiares é um movimento proveniente do interior das próprias famílias, sendo criticado e repugnado pelos educadores e moralistas da época, os quais, inclinados aos ideais eclesiásticos e valores sociais tradicionais, inicialmente rejeitaram esse novo jeito de se relacionar com as crianças, permeado por práticas infantilizadas, carícias corporais e tratamento carinhoso dos adultos para com as crianças.

A partir da influência da revolução advinda do pensamento cartesiano, no desenrolar do século XVI, a infância começou a ser vista como representante das ilusões, a causa dos erros de julgamento dos homens. A infância então, passou a ser concebida por características opostas à razão e, portanto, ao “homem formado”, o que contribuiu para o início da distinção entre a infância e a vida adulta (Ariès, 1975/2006).

Opera-se então, segundo Ariès (1975/2006) o segundo sentimento de infância, dado que esse mal, a infância, agora origem das fraquezas humanas e armadilha à razão, passa a ser investigada e conhecida, para daí ser sanada e corrigida. Funda-se, portanto, a necessidade de voltar-se ao conhecimento das crianças, e a sociedade passa a se interessar pela natureza infantil.

Foi a necessidade de educação das crianças que fundou a cultura escolar, que ao longo dos séculos ganhou espaço diante da aprendizagem comunitária característica da Idade Média, em que as crianças eram separadas de suas famílias e inseridas na comunidade enquanto adultos, aprendendo pela convivência direta com a comunidade

(Ariès, 1975/2006). Assim, o reconhecimento das particularidades infantis, junto à cultura escolar, possibilitou a aproximação entre as famílias e suas crianças. A consolidação do sentimento de infância, aponta Ariès, inaugura um novo posicionamento subjetivo nas relações familiares: “Não é que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la, mas ela não existia como sentimento ou como valor” (Ariès, 1975/2006, p. 191).

É importante frisar que o surgimento dos sentimentos de família e infância decorrem de um longo processo, em que se inscreveram múltiplos fatores e transformações sociais. Os estudiosos sobre o assunto enfatizam, no entanto, que tais mudanças familiares decorreram de um movimento prioritariamente externo à família, por meio dos discursos de literatos, médicos e pedagogos que apontavam a necessidade de mudança de mentalidade em relação à infância e incentivavam, em especial, os cuidados maternos.

[...] o tema da influência feminina e materna estava em moda, pois este fim de século (XVII) vê surgirem toda espécie de brochuras sobre o mesmo assunto. Todos se imiscuem: médicos, moralistas, filantropos, administradores e pedagogos, sem esquecer os chefes de polícia de Paris e de Lyon. Cada qual repete, incansavelmente, os mesmos argumentos para convencer as mulheres a se ocuparem pessoalmente de seus filhos [...] Seriam necessárias várias décadas, e muitas argumentações, sermões e requisitórios para que as mulheres se resolvessem, por fim, ‘a cumprir seus deveres de mãe’ (Badinter, 1985, p.182, grifo meu).

A prática de contratar amas de leite, por exemplo, é datada do século XIII e consiste no envio dos bebês recém-nascidos para serem amamentados e cuidados por uma mulher contratada, externa à família. Assim, a criança só retornaria à sua família após

toda a época conhecida hoje por primeira infância, de modo que grande parte das famílias não possuía contato frequente com a prole até o seu retorno ao lar. Apenas as classes mais ricas como a nobreza e a alta-burguesia mantinham essa proximidade, pois podiam contratar suas amas em domicílio (Badinter, 1985).

Ariès (1975/2006) relembra que, mesmo a despeito das denúncias, dos moralistas e filósofos da época, como Rousseau, tal prática prevaleceu como costume e se estendeu até o fim do século XIX, disseminando-se no século XVII, quando se estendeu para além das classes mais abastadas e atingiu também a burguesia. No século XVIII, o costume atingiu seu auge, invadindo praticamente todas as classes sociais francesas (Badinter, 1985).

Foi trilhado, portanto, um longo caminho até que se transformassem os comportamentos sociais diante da infância e ela pudesse ser enfatizada e centralizada pelos cuidados familiares. Badinter (1985) sublinha as mentalidades de indiferença e desinteresse características às relações parentais, inclusive no tocante às relações das mães com seus filhos, o que, diante das concepções vigentes sobre a mãe e a maternidade, nos soaria como um choque. Como consistiam em relações naturalizadas socialmente, os sentimentos de desinteresse, insensibilidade e certa indiferença por parte do casal parental coexistiram com a emergência dos novos valores familiares e permearam a relação mãe-criança, ainda nos séculos XVII e XVIII (Badinter, 1985).

A autora questiona o porquê da incidência da prática das amas de leite e do desinvestimento materno no bebê, em especial por seu contraste e divergência com os discursos modernos e contemporâneos sobre maternidade e infância. A autora leva em consideração a questão econômica, porém enfatiza que tal justificativa é insuficiente, dado que a insensibilidade e a indiferença quanto às crianças pequenas marcavam também as classes abastadas, em que as mães possuíam recursos e tempo para dispensar aos filhos.

Por fim, as explicações mais convincentes apontam para o fato de que a ideologia da época não era marcada por um sentimento materno tal qual conhecemos hoje. Os interesses do marido prevaleciam aos da criança, que eram frequentemente sentidas como fardos pelas famílias, e muitas mulheres se recusavam a amamentar e cuidar dos filhos, sob justificativas diversas, entre elas preocupações estéticas, concepções pejorativas em torno da amamentação, assim como pelos sacrifícios da vida social que implicavam os primeiros cuidados infantis (Badinter, 1985). Ainda que tenha *se iniciado* uma transformação nas mentalidades referentes à infância e ao papel materno, os índices de abandono infantil, junto aos índices de mortalidade de crianças menores de um ano, permaneciam consideráveis ainda no século XIX (Badinter, 1985).

Foram necessárias várias décadas de discursos e teorizações para que o lugar da mulher como cuidadora do lar e, principalmente, cuidadora primordial dos filhos, fosse efetivamente instituído. Diante desse longo processo de mudança social, os sentimentos de família e infância se consolidaram, balizados pelos ideais iluministas de felicidade e liberdade individual, a pela crescente centralidade dos discursos científicos.

Ariès (1975/2006) ressalva que a família, que por muito tempo se sustentou na funcionalidade de suas relações, passa a ser valorizada em termos de experiência afetiva, intimidade, preocupação e cuidado entre seus membros. Desse modo, a ênfase das relações sociais passa do ‘extra’ para o intrafamiliar e a vida familiar, antes vivida em discrição, em posição secundária à vida comunitária, se torna a base dos relacionamentos interpessoais, célula social da vida em sociedade (Ariès, 1975/2006). Consolida-se, portanto, o sentimento de família.

Com o surgimento da modernidade, a convivência comunitária minguou paulatinamente em detrimento do fortalecimento dos laços da família nuclear. Desse modo, “os progressos do sentimento de família seguem os progressos da vida privada, na



intimidade doméstica. O sentimento de família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior” (Ariès, 1975/2006, p. 164). A família moderna, portanto, se caracteriza: pela privatização da vida familiar, que além de se voltar para si, se estrutura em torno dos cuidados dos filhos; pela centralidade das relações filiais de proximidade e ternura; pela presença do apelo à “especialistas”, em especial ao discurso médico; e pela sobreposição da noção de intimidade e de identidade à vida coletiva (Zornig, 2000).

Figueiredo & Santi (2008) chamam atenção para o impacto dessas transformações sociais, em especial a perda das referências de coletividade na reorientação das subjetividades. O indivíduo moderno foi obrigado a modificar suas experiências subjetivas, construindo referências internas e privadas, o que desembocou no desenvolvimento de um processo reflexivo individual e de um senso de autonomia (Figueiredo & Santi, 2008).

As transformações e configurações político-sociais também tiveram, portanto, consequências nos processos de subjetivação humanos, inaugurando uma “nova ordem subjetiva, baseada na individualidade” (Abrão, 2001, p. 31). Segundo o autor, os “atributos e características que definem o indivíduo e o tornam um ser autônomo e independente, são forjadas com base em uma realidade íntima e subjetiva, consolidada em círculos bastante restritos, como a família nuclear” (Abrão, 2001, p. 31).

Assim, a nova configuração familiar, junto às transformações políticas e sociais decorrentes de seu tempo histórico marcam o advento de uma nova concepção de subjetividade humana assinalada pela privatização das experiências subjetivas, constituídas especialmente pelas noções de identidade e individualidade. É esse contexto social – e subjetivo – marcado pela intimidade, individualidade e pela vida privada que serve de plano de fundo para a consolidação da construção moderna da maternidade.

## 1.2 Modernidade e a nova maternidade

Como já referido anteriormente, as modificações nas relações familiares e concepções de família acarretam mudanças nos papéis de seus membros, assim como nas visões sociais relacionadas a eles. É nesse contexto de família moderna, nascida dos séculos XV e XVI, desenvolvida no século XVII e consolidada nos séculos XVIII e XIX que se insere a “nova mãe” junto às novas concepções de maternidade.

Se, no século XV, o homem simbolizava o poder do monarca nas relações familiares, nas novas configurações familiares, a mãe se torna a “rainha do lar”, *inaugurando*, com esse papel, tanto uma posição de centralidade na família quanto de importância na sociedade. A mulher torna-se pivô dessa nova configuração familiar, sendo responsabilizada – e consumida – pela saúde e bem-estar dos seus membros, além da gestão do lar e dos cuidados domésticos. Melhor dizendo, a mulher não é apenas responsabilizada, mas idealizada e enaltecida por (e para) exercer essa função. A mulher, então, sai da sombra e da depreciação antes características a sua figura, para a sacralização (Lipovetsky, 2000).

Embora a mulher tenha “subido alguns degraus” na valorização social a partir da sacralização de seu papel de cuidadora, estava longe de conquistar a autonomia e poder correlato aos homens:

As decisões importantes continuam a ser assunto dos homens, a mulher não desempenha nenhum papel na vida política, deve obediência ao marido, nega-se a ela a independência econômica e intelectual. O poder do feminino permanece confinado apenas aos campos do imaginário, dos discursos e da vida doméstica (Lipovetsky 2000, p. 235).

Observamos, portanto, que as transformações decorrentes da sacralização materna inicialmente não abrangiam os muros dos papéis familiares. Ou seja, a transformação principal diz respeito à centralidade do homem perante a microssociedade familiar e à valorização social da mulher em sua figura materna. O pai não foi retirado da cena familiar, porém, embora exercesse poder sobre a prole, o poder parental sofreu uma série de modificações, não mais ocupando uma posição hegemônica na família. O escanteio do pai na família moderna, junto à perda das referências estáveis das instituições coletivas, compõe uma nova ordem simbólica em que o poder paterno entra em declínio, porém mantém-se estruturalmente presente de forma mais abstrata (Roudinesco, 2003).

Nesse momento, os holofotes se debruçam sobre a mãe e a criança, sendo a figura paterna obscurecida na nova configuração familiar instituída pela modernidade. A crescente priorização das mães retira progressivamente a importância e a autoridade concreta da imagem paterna, que existe como lei e ordem simbólica, mas não como presença concreta na criação dos filhos: “É preciso admitir, com toda justiça, que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo-lhe (e a ele, exclusivamente) tão-somente uma função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e figurado, de seu filho” (Badinter, 1985, p. 294).

O homem, nesse momento, encarna o típico indivíduo da modernidade: autônomo, com direitos políticos e independência intelectual e econômica, enquanto a mulher, apesar da instituição da nova subjetividade individual inaugurada pela modernidade, permanece, até então, debruçada aos outros, destinando-se àqueles que pertencem a seu núcleo familiar (Lipovetsky, 2000). Portanto, nos tempos modernos, a maternidade se expande como função e se multiplicam os cuidados instituídos: cuidados com a saúde, higiene, formação moral e educação dos filhos. Essa ampliação das funções maternas, enfatizada

pela nova ordem subjetiva individual, deu às mulheres mães um papel de importância social jamais antes obtido:

Dos princípios de higiene depende a saúde dos filhos; das virtudes de economia depende a segurança material da família; da ordem e da limpeza do ‘ninho’ dependem o bem estar da família, a moralidade dos futuros cidadãos, o futuro da nação. O trabalho doméstico ganha um reconhecimento social inédito como agente da moralização da família e da nação (Lipovetsky, 2000, p. 215).

De fato, as novas mães passaram a ocupar um lugar de valorização social fora do comum. No entanto, a ascensão da imagem social da mulher, advinda dessa nova condição, trazia consigo consequências outras. A valorização do papel materno feminino revela, em seu negativo, a responsabilização total e unívoca pelo destino dos filhos. Ademais, ao mesmo tempo em que a importância social possibilitava que muitas mulheres desfrutassem do reconhecimento e importância do papel a elas atribuído, e enquanto essa nova configuração social possibilitava a essas mulheres expressar e gozar de seu lado materno, advinha também uma pretensa universalização da maternidade que estava longe de abranger todas as experiências:

Por outro lado, os discursos tão peremptórios e autoritários pronunciados sobre a condição materna criaram em outras mulheres uma espécie de mal-estar inconsciente. A pressão ideológica foi tal que elas se sentiram obrigadas a ser mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração (Badinter, 1895, p. 255).

A ênfase nos papéis domésticos e cuidados infantis passaram da exaltação à idealização. Tais funções foram acopladas à imagem de ideal feminino a ser seguido e, posteriormente, à imagem do feminino em si. A maternidade tornou-se natural e característica ao universo feminino, o que implica em duas consequências sociais: a

maternidade passa a pertencer à ordem do instintivo, do inato, da natureza feminina; e torna-se um imperativo à condição feminina, passando a exercer um caráter normatizador da experiência:

Mulheres virtuosas zelam por sua família, e, nesse âmbito, o desejo de ter filho vai equivalendo à natureza benevolente da mulher. Saímos da obrigação, da imposição e do desejo de pertencimento social, querendo-se ou não ser mãe, para o registro do desejo inerente a toda mulher, associado a seu caráter benigno. A mulher não é impelida a gerar, ela assim o deseja. Ser mãe lhe é tão natural que não sê-lo é uma ofensa à natureza feminina. [...] Fora disso teríamos o desvio moral, a patologia (Iaconelli, 2012, p. 41).

Paralelamente às vicissitudes, abandonos e práticas negligentes relacionadas ao trato das crianças pela família (inclusive pela mãe) ao longo da história, bem como ao esforço social e tempo para a sua consolidação, a maternidade moderna se construiu sobre o alicerce da naturalização. Desse modo, além de um papel social, o cuidado, a disposição e a abnegação da mulher passaram não só a caracterizar, como a encerrar em si boa parte da natureza feminina. Isso se mostra problemático não apenas pela inverdade em si, mas por inculcar no imaginário social que o desejo e a disponibilidade maternas são inatos à mulher, configurando uma norma à feminilidade, que, além de excludente àquelas que direcionam seus desejos e potenciais criativos a outros projetos alheios à maternidade, restringe as inúmeras possibilidades de vivência e afetos que advêm com a maternidade.

Além disso, o amor materno, ao mesmo tempo que instintivo, adquire qualidades sagradas, de forma a naturalizar a abnegação e a devoção, sacralizando-as junto ao amor materno dito incondicional. Instinto e sacralidade contraditoriamente coexistem no mesmo ideal de boa mãe. Por mais potente que uma relação amorosa possa ser, ela é, assim como qualquer relação humana, essencialmente marcada pela ambivalência, e pelas

inúmeras nuances de experiências e (des)afetos: “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina” (Badinter, 1985, p. 22).

Elevar o amor materno a um sentimento totalizante, ininterrupto e perfeito é impor um padrão inatingível à experiência materna e impossibilitar que as mães possam olhar, admitir e viver de fato a realidade de sua experiência, com as humanidades e falhas que ela implica.

### **1.3 Pós modernidade: reinvenção e coexistência da mulher e da família moderna**

Ao longo do século XX, os valores e configurações familiares instituídos pela modernidade sofreram inúmeras alterações que vão desembocar nas vivências pós-modernas ou contemporâneas. O sociólogo Anthony Giddens (1991) considera a pós-modernidade não como a superação da modernidade, mas, ao contrário, como uma radicalização e universalização dessa. Nessa visão, o pós-moderno se caracteriza pela intensificação das consequências da modernidade, ainda que seja reconhecida a emergência de novas formas de vida e de organização social (Giddens, 1991).

No período final da era moderna, assim como no início da pós-modernidade, os ideais modernos de individualidade e autonomia se ampliaram e, paulatinamente, atingiram as mulheres. O crescimento industrial e os bens de consumo miraram o novo público, exigindo e incentivando a independência econômica do grupo. Se, anteriormente, os produtos eram voltados ao cuidado do lar, a indústria de consumo passa a investir em itens próprios da estética e cuidados individuais femininos, incentivando as mulheres aos

ideais liberais e contribuindo para a decadência dos valores da mulher do lar (Lipovetsky, 2000).

Assim, uma sucessão de transformações históricas e culturais modificou os valores sociais, instituindo uma cultura liberal voltada para a liberdade, independência e bem-estar individuais. Lipovetsky (2000) propõe que uma confluência entre o investimento na escolaridade feminina, a sociedade de consumo e seus valores e a liberação sexual – que marcava o valor do prazer desatrelado à procriação e desvinculava o sexo do moralismo vitoriano – consolidaram um novo ciclo histórico, no qual a mulher passou a ocupar uma posição social inédita, chamada por ele de *a pós-mulher do lar*.

A tal *pós-mulher do lar* agora estava aberta à vida social, e nascia como sujeito de si e dona de sua existência. A atividade profissional feminina passou a ser legitimada socialmente e foi atrelada à identidade feminina como exigência individual e fonte de realização pessoal, de modo que o antigo ideal de mulher do lar tornou-se sinônimo de pesadelo para muitas mulheres (Lipovetsky, 2000).

O autor confere ao desenvolvimento dos métodos anticoncepcionais, à regulação da natalidade pelas famílias e à maior apropriação da mulher em relação à sua sexualidade a responsabilidade pela revolução do universo feminino. Além disso, as consequências das transformações instituídas pela modernidade, junto às implicações das duas grandes guerras mundiais e da incidência e crescimento dos movimentos feministas, causaram uma série de modificações na sociedade e nas relações familiares. Roudinesco (2003) propõe que a dissociação entre sexo e procriação e a transformação social no âmbito da sexualidade feminina contribuíram para a individualização da mulher para além de seu papel de mãe ou esposa, o que ocasionou em um reposicionamento matrimonial marcado pela valorização igualitária de cada um dos parceiros. Houve uma flexibilização nas definições de família e nas configurações familiares, fragmentando assim tanto o modelo

edípico de autoridade verticalizada quanto o delineamento rígido das atuações maternas e paternas. As famílias passaram a ser caracterizadas por pluralidades e relações horizontalizadas (Roudinesco, 2003).

É importante frisar que, apesar das metamorfoses advindas com a pós-modernidade, verifica-se ainda uma evidente distinção social nos papéis de gênero, nos limites e valorações distintos a cada gênero. Apesar de flexibilizadas, as relações familiares e parentais continuam carregando cargas instituídas pela modernidade, que têm por consequência novas configurações e desigualdades diante do papel parental.

Maria Rita Khel (2001) sugere que os ideais da modernidade seguem constantemente incentivados pela “indústria do imaginário pós-moderno” (Kehl, 2001, p. 36), permanecendo arraigados no imaginário social como uma forma nostálgica de lidar com as desconstruções e mudanças perpetuadas pela pós-modernidade e seus desamparos e inseguranças decorrentes. Zanello (2016), por sua vez, atenta para a persistência atual dos valores idealizados e romantizados da maternidade moderna e defende que eles permanecem como um dos principais caminhos de subjetivação feminina, incentivados pelos veículos midiáticos e pelo imaginário social:

Se no início do século 20 a representação da imagem da mulher era diretamente relacionada à felicidade da família e como responsável por seu bem estar (e por servir ao homem), no final desse século, pode-se observar mudanças, mas com a persistência do valor da maternidade, vendida como a realização da mulher, sem rachaduras em que se possa perscrutar qualquer rasgo de insatisfação, sofrimento, frustração ou não-desejo de ser mãe. [...] A diferença é que agora, além do filho e da família, ela precisa cuidar de si mesma (sobretudo fisicamente) e de sua carreira profissional (Zanello, 2016, p. 108).



A contemporaneidade se vê marcada, portanto, pelo tensionamento entre as heranças dos valores antigos e Modernos – que *permanecem arraigados no imaginário e nas práticas sociais* -, e as transformações revolucionárias, inclusive aquelas relativas aos cenários familiares, agora marcados pela diversidade de seus membros, configurações, rotinas e exercícios de parentalidade. Ao que parece, não apenas a constituição psíquica, mas também a evolução histórica da humanidade se faz pela coexistência entre a transgeracionalidade e a alteridade, e entre a tradição e a inovação (Winnicott, 1971/2019b), em um movimento de repetição que atrela ao arcaico à novidade.

#### **1.4 Freud, modernidade e maternidade**

A disciplina proveniente da inauguração freudiana está mais para uma prole múltipla e diversa do que para uma herdeira única e sinônima. Desde Freud até a contemporaneidade, a psicanálise, difícil de ser abrangida pelo uso do singular, se tornou um campo vasto de conhecimento, marcado por revoluções internas, ramificações e por múltiplos sentidos e referências (Ab´Sáber,1997).

No entanto, a meu ver, a maternidade pode ser generalizada como um interesse psicanalítico comum. Entre ênfases maiores ou menores, a depender da vertente psicanalítica em questão, a psicanálise trouxe o olhar para as relações primárias da criança como um fator determinante no processo de subjetivação. Em especial, o olhar para o materno, sendo a mulher-mãe a representante principal, à época – e ainda hoje, devemos admitir –, pelas relações primeiras de cuidado e de investimento afetivo nas crianças.

A partir da noção de pulsão, “conceito-limite entre o somático e o psíquico” (Freud, 1915/2010d p. 57), e da noção de sexualidade infantil (Freud 1905/2016), Freud introduz as bases do funcionamento psíquico. Ou seja, o psiquismo é substancialmente

vinculado ao corpo, porém não se reduz a ele, organizando-se em torno da satisfação pulsional ligada ao prazer/desprazer e a representações e cargas afetivas desencadeadas por essas experiências. Ao caracterizar a pulsão como perverso-polimorfa, Freud enfatiza que não há apenas um objeto capaz de satisfazer a pulsão, assim como nenhuma pulsão é, por fim, satisfeita em sua totalidade. A pulsão, por essência, não se reduz ao instinto de preservação, voltando-se à obtenção de satisfação *de várias formas e por diversos objetos*.

Dessa forma, o corpo erógeno, introduzido pela teoria freudiana, rompe com os fisiologismos característicos à época de Freud, inclusive pelo darwinismo, e faz declinar o império do instintivo e da pura materialidade das funções corpóreas. O pensamento freudiano revela, então, que, quando se trata do humano, não existe natureza crua, sendo que o sexual, agora deslocado da reprodução e do instinto de procriação, se amplia a uma dimensão maior: é realocado como base do funcionamento psíquico.

No entanto, apesar de as contribuições de Freud irem na contramão da noção de instinto como base da motivação humana, algumas de suas visões sobre a feminilidade e sobre a maternidade explicitam uma conceituação que expõe as configurações sociais de sua época e acabam por naturalizar, ainda que pela via do psíquico, a vinculação entre maternidade e feminilidade:

Se, por um lado, coube à psicologia e à psicanálise o mérito de definir os cuidados imprescindíveis para mínima garantia de saúde mental das crianças, por outro lhes cabe a crítica por reiterar a escolha da mulher como sujeito privilegiado dessa operação, sem questionar o quão contingencial pode ser tal escolha (Iaconelli, 2012, p. 44).

Ao mesmo tempo em que a psicanálise introduz a importância do sexual (e, portanto, do relacional) para o psiquismo, e rompe, a partir do conceito de pulsão, com a

hegemonia dos discursos que se voltam para o instinto, a psicanálise freudiana – e de alguns pós-freudianos – contribui para uma confluência entre feminilidade e maternidade e, portanto, para a naturalização da maternidade, ao vinculá-la aos caminhos de constituição da feminilidade. Em Freud, a feminilidade abarcaria os caminhos de subjetivação percorridos pela mulher em seus percursos edípicos e organizações pulsionais decorrentes, tendo por consequência, como afirma Khel (2018, p. 361), a forma como a mulher vai habitar seu corpo, simbolizar sua castração e “fazer da falta (de pênis) condição de desejo pelo homem”.

Em textos como *Organização genital infantil* (1923/2018d), *O declínio do complexo de Édipo* (1924/2018c), *Sobre a sexualidade feminina* (1931/2018e) e *A feminilidade* (1933/2018a), Freud está às voltas com as temáticas da organização pulsional feminina e investiga aí as experiências eróticas, pulsionais e relacionais que desembocam (ou não) na feminilidade. Para Freud (1924/2018c, 1933/2018a), há uma ligação entre o complexo de castração feminino, o complexo de Édipo feminino e o desejo de ter bebês.

Voltando-se para a relação mãe-filha, Freud (1933/2018a) afirma a importância, antes não vista com clareza, das relações pré-edípicas da menina com sua mãe. O autor frisa a riqueza dessa relação primeira e ressalta as marcas que ela deixa em forma de fixações, predisposições e, para além disso, implicações nas relações de objeto posteriores da criança, marcadas essencialmente por essa relação primordial. A mãe é colocada, portanto, como primeiro objeto de amor, imerso em ambivalências e na voracidade do amor infantil. Tal relação é exaltada, de forma a ser aferida como base para as futuras relações da criança e desenvolvimentos sexuais, incluindo o próprio Édipo. No caso da menina, afirma-se que o estágio preliminar de relação com a mãe marcará a relação da menina com o pai, com os futuros objetos e *com a própria maternidade*. Por essas

passagens, observamos em Freud uma afirmação sobre o papel da maternagem na constituição psíquica, visto que dela dependem os desdobramentos edípicos e as relações de objeto subsequentes das crianças.

A entrada da menina no complexo de Édipo decorre da sua passagem pelo complexo de castração, que, no caso da menina, é uma castração constatada e não uma ameaça, como no caso do menino. E tal constatação sobre a distinção anatômica entre homens e mulheres será significada pela menina, segundo Freud, por sentimentos de inferioridade, injustiça e desvantagem: “A mulher reconhece o fato de sua castração e, com isso, a superioridade do homem e sua própria inferioridade, mas também se revolta contra essa situação desagradável” (Freud, 1931/2018e, p. 291). Inicialmente, a menina concebe essa falta enquanto castração individual, mas posteriormente estende-a para as outras mulheres, incluindo a própria mãe, antes representante fálico para a menina.

Diante dos ressentimentos pela castração materna e dos percalços anteriores da relação mãe-filha, realiza-se então uma substituição do objeto de investimento amoroso, da mãe para o pai, que posteriormente também será renunciado diante da consolidação das interdições advindas das vivências edípicas. Daí, os investimentos de objeto nas relações parentais são substituídos por processos de identificação e emergência do *Superego*.

A entrada no complexo de Édipo é, portanto, movida pelo “dar-se conta” da menina sobre a própria falta, marcada em Freud (1924/2018c) pelo destino da anatomia. Esse duro reconhecimento não ocorre senão em meio a uma compensação: o desejo impossível pelo pênis desliza para o desejo de ter bebês.

O desejo com o qual a menina se volta para o pai é, sem dúvida, originariamente, o desejo do pênis que a mãe lhe negou, e que ela agora espera do pai. No entanto,

a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo do filho (Freud, 1933/2018a, p. 333).

O desejo pelo pênis e o desejo por ter filhos, deslocamento do anterior, permanecem preservados no inconsciente feminino, com um considerável investimento de energia, sendo tais desejos considerados por Freud (1933/2018a, p. 333) como “a meta do desejo feminino mais intenso”. Assim, o caminho do Édipo feminino se torna muito mais longo, sendo resolvido apenas na ocasião da maternidade e podendo nem sempre ser totalmente superado pela mulher.

O deslizamento simbólico entre o desejo pelo pênis e o desejo de ter um filho é algo que se dá no registro da feminilidade normal, sendo que Freud (1933/2018a) propõe também dois outros possíveis desdobramentos à castração feminina, sendo eles a inibição sexual e a masculinização. Porém, é apenas na feminilidade normal que as andanças femininas pelos complexos de castração e de Édipo desembocam na interlocução entre reconhecimento da castração e desejo de maternidade.

Embora os caminhos pulsionais da feminilidade normal em Freud se arranjam em torno da maternidade e, portanto, vinculem a maternidade ao desfecho da feminilidade normal, é preciso afirmar que concepções de Freud não são lineares e unívocas. Elas explicitam as vinculações características da feminilidade normal, mas atestam também a flexibilidade das triangulações edípicas e seus inúmeros percursos e trajetos possíveis, inclusive apontando a frequência com que os percursos edípicos se deslocam da concepção comum em termos de escolhas objetais e de figuras identificatórias, sem que esses percursos sejam considerados patológicos (Freud, 1920/2011b; 1933/2018a; Kehl, 2008). Freud (1933/2018a, p. 338) afirma ainda a influência da imposição das normas culturais sobre as mulheres e reconhece ser difícil distinguir entre “o que deve ser

atribuído à função sexual e o que deve ser atribuído à educação social”, enfatizando a incompletude das conclusões, bem como os enigmas e nebulosidades que a psicanálise enfrenta ao se deparar com o assunto.

Argumento que a psicanálise é uma das teorias mais profícuas para explorarmos a subjetividade humana, reconhecendo as contribuições de Freud no campo psíquico e da feminilidade. A abertura de espaços de escuta das históricas e seus desejos desemboca em uma teoria que introduz uma sexualidade feminina que se desenvolve para além da função reprodutiva, a despeito da moral vitoriana e da intensa repressão sexual característica à época.

A psicanálise surge justamente no contexto sociofamiliar instituído pela modernidade. A escuta freudiana habita esse tempo e além, deriva dos ecos de subjetivações que se deram nesse contexto sócio-histórico que constituíram a referência prática e clínica de que partiu a teoria psicanalítica.

Os destinos e percursos da feminilidade em Freud envolvem um posicionamento distinto perante a menina e o menino diante da castração: inveja do pênis, sentimentos de inferioridade, defeito e revolta coexistem com o processo de entrada no Édipo. Além disso, o autor aloca na composição do processo de subjetivação feminina um *Supereu* que tende a não se desenvolver tão implacavelmente, de modo a mostrar um nível ético divergente, assim como um senso de justiça menor em relação ao masculino (Freud, 1925/2018b, p.270), além de interesses sociais mais fracos e menor capacidade e aptidão para realizar processos sublimatórios (Freud, 1933/2018a). Nesse contexto, Freud chega a afirmar a diferença gritante entre homens e mulheres jovens no aproveitamento da atividade analítica:

Um homem em seus 30 anos parece um indivíduo jovem, e até mesmo imaturo, de quem esperamos que aproveite firmemente as possibilidades de

desenvolvimento que a análise lhe fornece. Mas uma mulher da mesma idade muitas vezes nos assusta por sua rigidez psíquica e imutabilidade. Sua libido assumiu posições definitivas e parece incapaz de abandoná-las por outras. Não há caminhos disponíveis para continuar o desenvolvimento; é como se o processo todo já estivesse concluído e permanecesse, a partir de agora, ininfluenciável; é como se o difícil desenvolvimento para a feminilidade houvesse esgotado as possibilidades da pessoa (Freud, 1933/2018a, p. 341).

Tais afirmações não deixam de causar em suas leitoras sensações de aborrecimento e revolta. No entanto, assim como proposto por Khel (2001), não restringimos tais proposições acerca do feminino ao machismo de Freud. De fato, a escuta do autor se inscreve no contexto da Modernidade e se mostra entrelaçada à perspectiva de um homem acompanhado pela bagagem cultural de seu tempo, no entanto, apontamos também que a psicanálise, desde e principalmente em sua origem, partiu da escuta, da prática clínica. Logo, os valores de Freud e as características de seu tempo sociocultural compareciam, junto, também, ao que era escutado no consultório. Freud apoia seus escritos na escuta e observação *de algumas* fantasias infantis em torno da sexualidade (Freud, 1908/2018f) e, principalmente, na escuta das mulheres que buscavam a psicanálise. As mulheres escutadas por Freud viviam na primeira metade do século XX, época em que vigoravam as configurações modernas de família, com a mulher “rainha do lar”, deslocada da cena pública e da participação civil efetiva. O imaginário social tanto colocava o feminino nesse lugar de valorização e reconhecimento social quanto circunscrevia efetivamente as mulheres a seus lares:

Esse trabalho de tempo integral a monopoliza totalmente. Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença efetiva no lar. Totalmente entregue às suas novas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de frequentar os salões e fazer

vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro ainda do que o seu. A nova mãe é essa mulher que conhecemos bem, que investe todos os seus desejos de poder na pessoa de seus filhos (Badinter, 1985, p. 212).

A autora enfatiza que a consequência das mudanças de mentalidade quanto à infância e à maternidade calavam as mulheres quanto a outras possibilidades de demandas e desejos, sendo que a responsabilização e exigência decorrentes desse novo e importante lugar em que o feminino havia sido colocado restringiam suas possibilidades existenciais. Os caminhos destinados às mulheres despontavam no lar, sendo a maternidade a liga que possibilitava a articulação feminina ao seu novo lugar social e representava o auge da experiência feminina.

Khel (2008), refletindo sobre os posicionamentos freudianos, em especial sobre as afirmações sobre a rigidez psíquica e a baixa capacidade sublimatória nas mulheres, sugere que o que pareceu a Freud como consequência do processo de subjetivação feminina, era, na verdade, “a inexistência de opções para uma ‘evolução posterior’ das mulheres no campo social” (Khel, 2008, p. 209).

Ou seja, o casamento, as atividades domésticas e, principalmente, a maternidade encerravam em si as possibilidades existenciais da mulher, dada a obstrução da cultura vigente quanto a outros caminhos possíveis às vivências das mulheres. Portanto, a carência de outras possibilidades identificatórias interferia diretamente nas capacidades sublimatórias possíveis. Especificadamente no tocante à maternidade, além centralizar a castração feminina (e, por consequência, também a maternidade) no percurso edípico feminino, Freud (1933/2018a) enfatiza ainda:

Só a relação com um filho traz à mãe uma satisfação ilimitada; de todas as relações humanas, ela é absolutamente *a mais perfeita e a mais isenta de ambivalência*.



Para o filho, a mãe pode transferir a ambição que teve que reprimir em si mesma, e esperar dele a satisfação de tudo aquilo que lhe restou do seu complexo de masculinidade' (Freud, 1933/2018a, p. 340, grifo meu).

Nessa passagem, Freud marca o importante aspecto narcísico dos pais, que encontram nos filhos, uma via de satisfação para seus desejos interditos ou impossibilitados<sup>8</sup> no caso da mulher, pela sua própria cultura. Por outro lado, considero que o trecho exemplifica o atravessamento dos valores modernos de maternidade no pensamento freudiano, explicitado pela suposta perfeição da relação e ausência de ambivalência. Freud, apesar de ter identificado a ambivalência da criança em relação à mãe, realocou-o apenas no lado infantil.

Intento mostrar, portanto, que vários pontos da teoria freudiana do feminino expõem um emaranhamento entre os valores culturais e os processos de subjetivação sugeridos pelo autor. O desenvolvimento sexual feminino, exposto pelos trajetos dos complexos de Édipo e de castração, se vê entrelaçado às experiências culturais vividas à época, desembocando na centralidade da maternidade para o desenvolvimento psíquico feminino em Freud.

Não parece aleatório que toda construção social em torno da nova maternidade, que ofertou pela primeira vez um lugar social para mulher, tenha sido trazido por (e em) Freud e por suas analisandas. Ao invés de sugerir que tal entrelaçamento consista em um deslize, aproveito as contribuições do autor como argumento de que o tempo histórico-cultural habita cada sujeito, consciente e inconscientemente, de modo a constituí-lo psiquicamente, e ocupar, inevitavelmente, os espaços analíticos. Sugiro que, entre os valores culturais da maternidade e os processos constitutivos, não haja uma demarcação

---

<sup>8</sup> Freud alude mais explicitamente ao narcisismo parental ao qual que me refiro no texto *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2010b)

entre interno e externo, mas sim uma co-construção que implica na presença da história e a da cultura *nos* processos de subjetivação humana<sup>9</sup>. Desse modo, no próximo capítulo, abordaremos conceitos e concepções que permitem vislumbrar entrelaçamentos entre cultura e psiquismo, nas perspectivas de Freud e Winnicott.

---

<sup>9</sup> Os desdobramentos dos conceitos de complexo de Édipo, complexo de castração e feminilidade não se encerraram na psicanálise de Freud. Pós-freudianos em seus desenvolvimentos teóricos também abarcaram essas temáticas e trouxeram contribuições a elas. Uma nota de edição do volume da editora Autêntica que reúne textos de Freud sobre amor, sexualidade e feminilidade, explica que Melanie Klein, Ernest Jones e Karen Horney, representantes da vertente inglesa, desenfativavam ou rejeitavam total ou parcialmente as proposições de Freud sobre a centralidade do complexo de castração no desenvolvimento sexual feminino, assim como a primariedade da inveja do pênis.

Lacan também propõe novas considerações sobre o assunto, ao deslocar a falta anatômica à falta constitutiva a todos os seres falantes (Lacan, 1998). E Melanie Klein, por sua vez, expõe uma visão mais metafórica do Édipo e introduz a falta como consequência da fundação da alteridade, permitindo deslocarmos a ênfase na falta anatômica, proposta por Freud. Ver em Klein, (1928); e Cintra e Uchoa (2010). Infelizmente, o aprofundamento dessas noções não cabem aos objetivos principais desse trabalho.

## 2 Ambiente, cultura e subjetivação

*Não sei o que me oprime o coração – se é minha  
alma querendo sair, ou a alma do mundo batendo em meu  
coração para entrar.*  
(Rabindranath Tagore, 1991)

Por meio do recorte histórico apresentado no capítulo anterior, foi possível perceber os caminhos sociais constituintes das representações maternas que repercutem atualmente no imaginário social. O lugar social dado pela maternidade às mulheres se desdobrou em concepções sacralizadas e naturalizadas de maternidade, em que a experiência da maternidade foi, e de certa forma permanece, intrincada ao desejo feminino<sup>10</sup>. Disso incorre também o fenômeno de romantização e, conseqüentemente, de normatização da maternidade, tida como experiência plena, imersa apenas em realizações e amor incondicional, o que remete a uma experiência cindida, em que não se integram as diversas dimensões e afetos que decorrem da experiência real de maternidade. Rachaduras e experiências divergentes a esses ideais são tidos como desviantes e, portanto, problemáticos.

Tais concepções e ideais referentes à maternidade, especialmente às figuras maternas, passeiam pela cultura e incidem em suas configurações, inclusive no que tange aos processos de subjetivação individual. O caráter social de alguns conceitos freudianos e a noção de ambiente em Winnicott permitem instrumentalizar a compreensão da maternidade enquanto fenômeno atravessado pela cultura, como objetiva esse trabalho.

Desde o primeiro capítulo, esboço o emaranhamento essencial entre os processos de subjetivação do indivíduo e seu entorno. Tais processos de subjetivação são

---

<sup>10</sup> Aqui o uso da palavra feminino se dá em sua acepção comum, não dizendo respeito à conceitos ou visões psicanalíticas.

especialmente caracterizados pelo pertencimento do indivíduo a uma coletividade e grupo civilizatório, imersos em um berço de linguagem, com sistemas de crenças, valores e comportamentos, instituídos anteriormente a esse. O ser humano, ao nascer, já está potencialmente enlaçado a uma história coletiva que o antecede e aponto que, desde Freud, a ideia de psiquismo contém em si a cultura circundante. Portanto, nesse capítulo, apresentarei conceitos e noções que permitem pensar os enlaces dos ideais de maternidade à subjetivação das mulheres-mães e de seu entorno, e a relevância do ambiente, nas palavras de Winnicott (1979/1983e), na experiência de maternidade.

## 2.1 Psiquismo e cultura em Freud

Ao contrário de propor uma vida anímica destacada do ambiente, pré-determinada em si, Freud (1885/1996), já no início de suas formulações alude à presença essencial de um ‘outro’ no devir dos processos psíquicos. Mezan (2017) considera que, dentre os aspectos humanos observados e descritos nas teorias psicanalíticas, há duas categorias. A primeira diz respeito a aspectos universais dos seres humanos, como as pulsões originárias (de vida e de morte), as angústias fundamentais (de despedaçamento, invasão, castração, entre outras) e as defesas frente a tais angústias e pulsões. À segunda categoria pertencem os aspectos dependentes às circunstâncias culturais e históricas, dentre eles, os tópicos ligados ao *Eu*, ao *Supereu* e às identificações aos modelos disponíveis ao indivíduo. O psiquismo seria, portanto, originário e contingente, visto que o complexo estatuto do sujeito freudiano, ao contrário de transcendente – um “*homo psicologicus*” (Iannini & Tavares, 2020, p.11) – não prescinde de seu contexto vigente, ao mesmo tempo que não se reduz passivamente à determinação histórica, social ou cultural (Iannini & Tavares, 2020).

Os textos ditos culturais ou sociais da obra freudiana, longe de se encerrarem em seu caráter sociológico e antropológico e se estabelecerem como marginais à teoria, são textos que explicitam que não há relação de oposição entre indivíduo e coletividade e, portanto, entre as ciências que as estudam (Iannini & Tavares, 2020). Freud (1921/2020b) parte do enquadramento do ser humano enquanto membro de uma linhagem, e das suas relações de objeto e amor, focos da teoria psicanalítica, enquanto relações sociais, e aponta que a alteridade é predominantemente necessária para possibilitar a satisfação pulsional. Os processos e mecanismos adjacentes à psicologia das massas estão presentes na constituição psíquica e formação do *Eu*, de modo que esses mecanismos estão na base do vir a ser do *Eu* e de suas instâncias provenientes.

Segundo Freud (1921/2020b), a psicologia das massas está presente nos processos grupais das formações sociais, de modo que a sociedade é, portanto, constituída por diversas formações de massa. Embora variantes no seu caráter de estabilidade, artificialidade e nos graus de dependência que exigem de seus membros, as formações de massa se caracterizam pela união de indivíduos, vinculados por processos identificatórios entre si e em relação a um líder, ideal ou interesse comum:

Cada indivíduo é uma parte constitutiva de muitas massas, é ligado de maneira multilateral por identificação e construiu seu *Ideal do Eu* segundo diversos modelos. Assim, cada indivíduo é parte integrante da alma de muitas massas, a de sua raça, a de sua classe, a da comunidade de fé, a de seu Estado, etc., e pode, além disso, aceder a uma pequena parcela de autonomia e de originalidade (Freud, 1921/2020b, p. 207).

A identificação é, portanto, a base da psicologia das massas, que age de modo a incorrer sobre os desejos, opiniões e manifestações individuais de seus membros, de forma que a individualidade desses se encontra, de certa forma, alienada sob os valores

identitários do grupo e a seu funcionamento. Desse modo, os processos identificatórios atravessam não apenas as massas, mas também seus membros, agindo sobre aspectos da psicologia individual, como formação do *Eu* e *Supereu*, e, portanto, sobre o próprio recalçamento e conteúdos inconscientes. Embora com um teor de originalidade e autonomia, o indivíduo é transpassado por diversas massas, que o introduzem à diversidade de aspectos identitários sobre ele e sobre o mundo que o cerca, fundamentando os processos psíquicos individuais: “Na vida do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo” (Freud, 1921/2020b, p. 137).

A relação com o outro (sentida ou não como alteridade), seja como objeto, como ideal ou como identificação, funda e configura o psiquismo individual, caracterizando a base da psicologia social. Tamanha interferência da psicologia social no psiquismo incide, ainda, sobre uma noção de individualidade e, portanto, de originalidade afunilada. A originalidade do indivíduo é reduzida em sua dimensão, ao mesmo tempo em que é permitida por essa base social formativa do *Eu* e que interfere nos processos psíquicos. Em Freud, os processos identificatórios, inicialmente aliados à introjeção, compõem os fundamentos do *Eu* e evidenciam sua porosidade, assim como a alienação natural dos indivíduos em seus processos de massa, essencialmente formativos, indica que o meio está englobado na própria noção de psiquismo.

Freud (1921/2020b, p. 178) descreve a identificação como “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva com uma outra pessoa”, indicando os primórdios desse processo psíquico, que é anterior ao conflito edípico e à escolha objetal. Inicialmente atrelada a introjeção, a identificação incorpora as características do outro e de sua experiência com esse, tornando-as *Eu*. Freud (1933/2010c, p. 200) chega a

comparar tal processo identificatório à “incorporação oral, canibalesca, da outra pessoa”, dado que o *Eu* se configura e reconfigura a partir das relações e figuras de cuidado e convivência da criança. As identificações persistem por toda a vida do indivíduo, de modo que determinadas figuras são tomadas por modelo e ideal. Tanto no primitivo relacional quanto no desenrolar da vida, o indivíduo se identifica e, conseqüentemente, se forma a partir dos vários grupos sociais de que faz parte, de maneira que crenças, ideais e comportamentos sociais, para além de exteriores, funcionam como constitutivos aos indivíduos, seja introjetado como *Eu*, seja na posição de *Ideal do Eu*.

O *Ideal do Eu* é uma instância derivada do próprio *Eu*, que possui as funções de consciência moral e auto-observação, sendo a influência principal do recalçamento (Freud, 1921/2020b). Ele assume uma postura crítica em relação ao *Eu*, pois se desenvolve a partir dos modelos de identificação disponíveis à história do indivíduo, especialmente os modelos parentais: “Pouco a pouco, ela [a instância do *Ideal do Eu*] retiraria das influências provenientes do ambiente as exigências que este [*Ideal do Eu*] faz ao *Eu* e à altura das quais o *Eu* nem sempre pode estar” (Freud, 1921/2020b, p. 184, grifo meu). Essa instância institui a relação do sujeito com ele mesmo e funciona como regulador moral, apontando ideais a serem perseguidos pelo *Eu*.

Se em 1921, o *Ideal do Eu* era percebido enquanto instância, posteriormente, Freud (1923/2011a) transpõe as funções de auto-observação e consciência moral ao *Supereu*, e reduz o *Ideal do Eu* a uma função dessa nova instância (Roudinesco, 1998). Em 1933, o autor consolida o *Supereu* enquanto instância distinta do *Eu* e portadora do *Ideal do Eu*, que como já o diz o nome, compõe a função de ideal, ao qual o *Eu* se referencia (Freud, 1933/2010c). Dessa forma, o *Ideal do Eu* permanece reunindo ideais e modelos, os quais advêm principalmente das relações parentais idealizadas (aos olhos da criança pequena), assim como das relações com as demais figuras sociais significativas

para o indivíduo (Freud, 1933/2010c). O Ideal de Eu, portanto, permanece como função vinculada à cultura e aos ideais de seus membros.

As elucubrações de Freud sobre a cultura passam pelo *Mal-estar na cultura*, texto em que Freud (1930/2020a) está às voltas com a felicidade e o sofrimento humano, relacionando-os com a vida cultural e suas instituições sociais. O autor se debruça sobre a diversidade da vida anímica e do mundo, percorrendo seus históricos e conferindo ao passado valor de presença no indivíduo e na sociedade. Felicidade e sofrimento, portanto, tangenciam a obra do início ao fim, sob a vertente da economia pulsional, de forma que a felicidade é considerada como satisfação pulsional e o sofrimento como impedimento total ou parcial de satisfação.

Freud (1930/2020a, p. 332) descreve o sofrimento humano como decorrente de três fontes: a fragilidade de nossos corpos, a superioridade das forças da natureza, e a “inadequação dos dispositivos que regulam as relações dos seres humanos entre si na família, no Estado e na sociedade”, se inquietando sobre o nosso fracasso – e aqui tomo a liberdade para estender o valor dessas inquietações aos dias atuais – em instituir dispositivos adequados, que beneficiem e protejam o todo social. Diante da cultura e de inquietações perante suas relações com a vida anímica, Freud explicita suas concepções sobre a temática:

Basta-nos, portanto, repetir que a palavra “cultura” [Kultur] caracteriza a soma total das realizações e dos dispositivos através dos quais a nossa vida se distancia da de nossos antepassados animais e que servem a duas finalidades: a proteção do ser humano contra a natureza e a regulamentação das relações dos seres humanos entre si (Freud 1930/2020a, p. 337).

Freud ainda descreve os diversos traços da cultura, considerados como: o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas úteis ao ser humano no domínio e



proteção contra a natureza, as atividades de cunho estético, e atividades psíquicas e intelectuais elevadas, que fazem parte tanto do caráter de utilidade da cultura, pela via da ciência, quanto na obtenção de prazer, pelas vias artísticas (Freud, 1930/2020a). No entanto, o que o psicanalista enfatiza com mais especificidade ao se debruçar sobre a cultura é a regulamentação das relações sociais, necessária para o campo social e para o desenvolvimento de todos os demais traços culturais destacados, que necessariamente envolvem um nível maior ou menor de organização social para ocorrerem. De fato, na concepção freudiana, a regulamentação das relações dos seres humanos entre si é traço cultural e fato essencial ao surgimento da cultura, visto que possibilita o estabelecimento da vida social: “Essa substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo (...) o elemento cultural passaria a existir com a primeira tentativa de regular essas relações sociais” (Freud, 1930/2020a, p. 344).

Embora a definição de cultura apresentada englobe todos os aspectos anteriormente citados como inerentes ao sofrimento humano, o que mostra um caráter cultural de busca de prazer e evitação de sofrimento, a cultura é prioritariamente abordada por Freud em sua área de mal-estar, justificada por meio da renúncia pulsional sobre a qual a cultura se constrói. Para Freud, o desenvolvimento cultural e a vida social decorrente impõem restrições e limites às liberdades individuais e, portanto, à satisfação das pulsões originárias.

No percurso da construção da teoria psicanalítica, em especial na escuta das históricas e seus sofrimentos, foi elucidado que a etiologia das neuroses está vinculada à repressão de pulsões sexuais, ligada, à época, a uma cultura moralista em relação às manifestações do sexual. No entanto, na análise do mal-estar que acomete a humanidade, seu desenvolvimento cultural e suas falhas fundamentais, são enfocados outros sacrifícios pulsionais, além da sexualidade. A suspeita é a de que a insistência cultural em estimular

identificações e ligações amorosas, além da manifestação cultural de Eros, encobre uma tendência humana inata à agressão, à hostilidade e à destruição. Freud (1930/2020a) se pergunta então: quais são os mecanismos utilizados pela cultura para obstaculizar esse componente agressivo derivado de pulsão originária de morte? De que meios se serve o desenvolvimento cultural para inibir a agressão humana e impedir que ela destrua as ligações comunitárias e sociais instituídas?

No âmago da resposta a essa pergunta, está o *Supereu* e sua origem: “A cultura lida, portanto, com o perigoso prazer de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e vigiando-o, por meio de uma instância em seu interior” (Freud, 1930/2020a, p. 377). Em Freud, o *Supereu* é proveniente do *Eu* e se forma por aspectos inatos, vinculados a história filogenética do indivíduo, assim como à sua experiência ontogenética, incluindo a influência da educação e da cultura, que perpassam a relação de seus pais e seus avós com as normas culturais (Freud, 1923/2011b).

Isso significa que, na formação do *Supereu* e no surgimento da consciência moral, *atuam conjuntamente fatores constitucionais inatos e influências do meio*, do ambiente real, e que isso de forma alguma é estranho, *mas a condição etiológica geral de todos os processos da espécie* (Freud, 1930/2020a, p. 386, grifos meus).

A relação entre aspectos constitucionais e ambientais já é esboçada por Freud enquanto etiologia de todos os processos humanos, de forma que, independentemente das especificidades quanto à origem do *Supereu* e suas posteriores modificações conceituais por outros autores da psicanálise, essa é uma instância que geralmente explicita a articulação arraigada do psiquismo com a cultura e a influência do meio.

Segundo Freud (1921/2020b), nos cuidados iniciais com a criança pequena, seus ímpetos agressivos são necessariamente impedidos, ou seja, o cuidador primordial tanto cuida quanto proíbe, se apresentando como figura de amor e de autoridade. A criança,

receosa diante de seus ímpetos, teme a perda do amor de seu cuidador e o desamparo decorrente dessa perda, de modo que há, inicialmente, temor e submissão a uma autoridade externa da qual ela depende e por quem sente amor e hostilidade, devido aos interditos pulsionais. No primeiro momento, a renúncia pulsional ocorre por medo da autoridade, que porta uma lei ainda externa ao indivíduo. A criança, diante de sua ambivalência pulsional e da experiência de impedimento pulsional e de amor, provenientes de seu outro cuidador, se identifica com ele, incorporando em si seus aspectos, o que inclui a lei e a autoridade. Do ponto de vista da economia pulsional, a energia proveniente da renúncia ou inviabilização da satisfação da pulsão agressiva, se desloca para o interior do psiquismo e age sobre o Eu. O Supereu, como resultante da interiorização das imagos parentais<sup>11</sup> e seus substitutos sociais, se cria a partir do Eu, e se torna responsável pela sua consciência moral.

O autor prevê ainda a existência de um *Supereu* em escala comunitária, uma instância desenvolvida pela comunidade, sob a qual se molda o desenvolvimento cultural. O *Supereu* comunitário se identifica com a herança deixada por seres humanos significativos que passaram pela sua história, à semelhança do *Supereu* individual, e com a cultura, que estabelece uma série de modelos que impõem “severas exigências ideais, cuja falta de observância é castigada com a ‘angústia da consciência moral’” (Freud, 1930/2020a, p. 400). Nesse sentido, Freud sinaliza Jesus Cristo como um ser humano significativo enquanto componente do *Supereu* comunitário. Acrescento, pelos objetivos desse trabalho, também a figura construída em torno de Maria, mãe de Jesus, enquanto

---

<sup>11</sup> Para fins didáticos e de compreensão do texto, consideramos que as imagos parentais dizem respeito à forma como as figuras parentais são percebidas e experienciadas subjetivamente pelo sujeito. Dessa forma, as imagos parentais são marcadas pela fantasmática do sujeito e pelas imagens e representações inconscientes relacionadas a essas figuras.

componente desses ideais comunitários difundidos, especialmente no que tange à maternidade.

Ao explorar as noções de cultura em Freud, passeamos entre as instâncias psíquicas e processos psicológicos mais contingentes, que se inter-relacionam com a cultura e trazem uma parte dela para o psiquismo: o *Eu* enquanto um conjunto de identificações e experiências; o *Supereu*, em sua gênese cultural e articulação com os ideais e exigências da cultura; os modelos identificatórios das figuras parentais ou substitutivos sociais; o indivíduo e suas relações primordiais, ambos inseridos em uma cultura e em uma linhagem e história familiar. Além disso, o processo cultural articulado à noção freudiana de *Supereu* permite explicitar a cultura – enquanto história e enquanto meio ambiente real – como habitante do indivíduo, agindo em seu “interior” nas instâncias egóicas e superegóicas. Freud (1930/2020a, p. 400) afirma: “Nesse ponto, o processo de desenvolvimento cultural da massa e o próprio processo do indivíduo, são, por assim dizer, regularmente colados um ao outro”. Sendo assim, o autor aponta que os processos anímicos das massas (em especial nas exigências do *Supereu* comunitário) podem auxiliar na identificação das exigências inconscientes do psiquismo individual.

Nesse sentido, considerando as representações sociais da maternidade como ideais culturais contemporâneos norteadores da sociedade e de seus membros, podemos sugerir que, ao invés de regras externas às mães, tais ideais se configuram como componentes do *Ideal de Eu* comunitário e individual das mulheres mães. A romantização e a idealização da experiência de maternidade, colocada como ideal e referência a ser seguida, potencializa o sofrimento materno, visto que incorre no tensionamento abismal entre o *Eu* e o *Ideal do Eu*. Não surpreende que a culpa seja um dos sentimentos mais presentes nos consultórios e relatos de mulheres em geral sobre maternidade (Zanello, 2018),

quando justamente a culpa é entendida por Freud (1933/2010c) como a expressão da tensão entre *Eu* e *Supereu*.

Guimarães (2010) apresenta uma visão interessante do papel da cultura em Freud, ao explicitar o recalçamento e a renúncia pulsional como vinculados à cultura, tida como fundante das movimentações pulsionais que possibilitam e edificam a vida em sociedade. A frustração externa e a exigência de renúncia pulsional possibilitam que o ser humano se movimente na relação com o mundo exterior, podendo adaptá-lo e ajustá-lo às suas necessidades, de modo a permitir a consolidação do princípio da realidade, e o investimento objetal. Desse modo, a interdição cultural seria a possibilitadora da constituição psíquica, sendo o recalque, os processos identificatórios e formativos do *Eu* e *Supereu* conceitos que interligam pulsionalidade e cultura. Nesse sentido, a cultura proporciona novas vias de desenvolvimento pulsional, que desembocam na constituição psíquica, indo além da via coercitiva e ainda possibilitando a construção de espaços possíveis para a subjetivação e para a satisfação pulsional, ainda que de forma não completada (Guimarães, 2010).

Outra questão abordada pela autora é o entrelaçamento entre a renúncia pulsional e a fantasia, explicitando que a civilização abre as portas para a fantasia e para o simbólico quando institui as regulamentações sociais e os interditos à satisfação. A partir da frustração pulsional e da instauração do recalçamento, instalam-se a fantasia e a realização onírica e simbólica, apresentadas como mediadores entre interdito e satisfação pulsional (Guimarães, 2010).

Apesar de presentes e importantes no pensamento freudiano, tais noções não serão abordadas em profundidade neste trabalho. No entanto, do percurso realizado dentro das interlocuções entre cultura e Freud, já é possível perceber que o campo cultural e civilizatório se articula com diversas noções da metapsicologia freudiana. As noções de

identificação, de *Ideal do Eu* e de *Supereu* permitem conceber como os ideais culturais de maternidade, assim como seus representantes, podem articular-se aos processos de subjetivação das mulheres-mães, inserindo-se em seu “interior” como possíveis partes constitutivas delas mesmas, ainda que de maneira singular e relacionada à história, às experiências e às suas primitivas. Enquanto as contribuições de Freud nos permitiram vislumbrar um caminho pelo qual os ideais de maternidade se internalizam e compõem o Eu, partiremos, a seguir, das contribuições de Winnicott e seu conceito de ambiente para pensarmos as articulações do ambiente com a mulher em sua experiência de maternidade.

## **2.2 O ambiente, a mãe e os processos de constituição psíquica em Winnicott**

Como já diria Ogden (2017, p.174), “Winnicott era um dialeticista”, se referindo à perspectiva winnicottiana de interrelação e coconstrução contínua entre sujeito e ambiente, assim como à utilização do paradoxo como instrumento para caracterizar o processo de constituição subjetiva e desenvolvimento maturacional. Ogden descreve a dialética como “um processo no qual cada um de dois conceitos opostos criam, informam, preservam e negam o outro, em um relacionamento dinâmico (sempre em mudança) com o outro” (Ogden, 2017, p. 212,). A teoria winnicottiana se mostra dialética na concepção de que o indivíduo só *existe* na e a partir da relação com seu ambiente, assim como o ambiente se modifica na relação específica com o indivíduo, afetando-se por essa relação. O *Ego*<sup>12</sup>, o sentimento de si, assim como o espaço psíquico pessoal, são possibilitados

---

<sup>12</sup> O uso dos termos Eu ou Ego varia conforme os autores e traduções, mas em geral remetem ao mesmo conceito de Eu freudiano, assim como utilizado no início do segundo capítulo no item referente à Cultura e Psiquismo em Freud. Aqui, o termo Ego é utilizado para fazer consonância com a linguagem utilizada por Winnicott, visto que esse autor utiliza esse termo. Importante frisar que apesar de se remeterem ao mesmo conceito, há ênfases distintas pelos autores quanto aos processos constitutivos do Eu. Freud se debruça sobre a constituição do Eu pela via primordial da pulsionalidade, enquanto Winnicott se volta para momentos mais arcaicos da experiência do bebê com o ambiente, com ênfase nos processos de integração do Ego e do Self, de personalização e de realização. Winnicott, portanto, utiliza preferencialmente o termo

pelo espaço intersubjetivo composto ao mesmo tempo pela mãe e pelo bebê – que a princípio não se distinguem no ponto de vista do bebê. Os conceitos de mãe e bebê só existem um em relação ao outro, criando-se mutuamente: o bebê se vê no olhar materno e se constitui a partir desse olhar que é paradoxalmente e ao mesmo tempo o olhar da mãe e o bebê visto (Winnicott 1967c/2019d; Ogden, 2017).

O ambiente é um aspecto central na teoria winnicottiana e, no entanto, não há uma conceituação definida e fechada do termo, que pode ser pensado abrangendo pessoas vivas em sua corporalidade e seus comportamentos, assim como em configurações familiares e étnico-culturais. Em sua complexidade, o ambiente é mencionado em diversos níveis, sendo que, na teoria winnicottiana, alguns desses níveis são abarcados de forma mais tímida e outros descritos mais explicitamente. Podemos afirmar, de maneira mais generalista e para melhor compreensão do desenvolvimento teórico a seguir, que, ainda que venha a fazer parte do bebê, o ambiente é tudo o que não é efetivamente o bebê: “O ambiente provedor é tudo o que circunda o bebê: sua mãe, sua família, seu país, seu mundo” (Safra, 2005, p. 95).

Portanto, considero o ambiente como todo o meio em relação constante com o ser<sup>13</sup>. Determinados aspectos ambientais irão se sobressair a depender do momento, porém, todo o conjunto ambiental se encontra presente em todos os momentos, como uma rede integrada e interligada. Um ponto da rede pode ser explicitado, mas sua ênfase não anula sua interlocução com os demais pontos enredados.

Embora o papel do outro e de tudo que configura o ‘não-eu’ esteja presente na teoria psicanalítica desde suas origens, como apontado anteriormente, o foco de sua

---

Ego e utiliza-o tanto para dizer de um Eu mais consolidado e integrado, como na experiência da criança em estágio edípico (assim como Freud), quanto ao Eu incipiente e em formação do bebê em suas primeiras experiências e tentativas de integração.

<sup>13</sup> A palavra *ser* aqui refere-se ao indivíduo em sua relação com o meio, e faz referência à continuidade de ser (mencionada por Winnicott), que é possibilitada pela provisão ambiental.

compreensão residia prioritariamente sobre o campo intrapsíquico, isto é, contemplava o psiquismo enfatizando a via das pulsões, fantasias, sonhos e conteúdos psíquicos internos. Conforme Winnicott (1969/1994a) afirma, por vezes os psicanalistas se recusavam a considerar o fator ambiental em toda sua importância e potência junto ao psiquismo, porém, com a percepção da dependência e da importância do ambiente em relação aos processos psíquicos, o comportamento dos componentes ambientais não pôde mais ser ignorado.

Donald Woods Winnicott foi um dos principais psicanalistas a se voltar para a intersubjetividade, tendo desenvolvido uma teoria baseada nas implicações da interrelação entre indivíduo e ambiente na constituição psíquica e desenvolvimento maturacional<sup>14</sup> do indivíduo. Embora Winnicott reconheça a importância da realidade interna e enfatize que a compreensão dessa é decisiva para o entendimento do psiquismo, o autor aponta que as fantasias e conteúdo internos ganharam tamanha dimensão nas discussões psicanalíticas que passaram a suplantar a realidade externa em sua efetividade (Rosa, 2009). A perspectiva do autor sobre a constituição subjetiva se apresenta como uma possibilidade de vislumbrar a relação entre sujeito e ambiente e, por consequência, permite conceber o sujeito em sua articulação com a cultura. Por essa razão, as contribuições de Winnicott no que tange ao ambiente se relacionando com o psiquismo serão exploradas neste trabalho.

Não é possível escrever sobre a teoria winnicottiana da relação indivíduo-ambiente sem conceber os diferentes graus de dependência do indivíduo com o meio. Tais

---

<sup>14</sup> Winnicott utiliza frequentemente os termos *desenvolvimento* ou *maturação*. No entanto, é importante frisar que o autor se debruça sobre diferentes estágios de dependência do bebê em relação ao seu ambiente para se referir a um *continuum* de experiências que podem levar ao processo de integração do indivíduo. Cintra e Figueiredo (2004) relatam que muitas vezes o autor é proposto enquanto teórico de uma certa “psicologia do desenvolvimento” e enfatizam a falsidade dessa proposição e a complexidade das noções de história e temporalidade utilizados pelo autor, expoentes de sua circunscrição no campo psicanalítico.



se relacionam com a posição ocupada pelo indivíduo em termos de desenvolvimento psíquico e com a forma como esse é capaz de se relacionar com a realidade “objetiva”. Dessa forma, um dos parâmetros utilizados por Winnicott para descrever as conquistas no processo de subjetivação do bebê é considerar o tipo de relação com esse meio ambiente em termos de dependência.

Apesar de estabelecer o enredamento entre indivíduo e ambiente como constante e permanente ao longo da vida, a autor se debruça, principalmente, sobre os períodos iniciais, em que os graus de dependência são maiores. Esses momentos que designam as experiências primárias são fundamentais, visto que a partir deles se desenvolve todo o caminho posterior. A ênfase ambiental é, então, frequentemente posta nos cuidados parentais, dado que não se pode conceber o bebê sem levar em conta a provisão ambiental presentificada por seus cuidadores, com os quais o bebê se encontra, inicialmente, em absoluta dependência.

### ***2.2.1 O estado de dependência absoluta***

Neste tópico, é trazido o enfoque sobre a dependência absoluta do bebê com relação ao ambiente nas primeiras semanas de vida quando, diante da imaturidade psíquica do bebê, não há ainda diferenciação entre interno e externo e, conseqüentemente, entre *Eu* e outro. Winnicott (1956/1978b) indica que nesse período são os cuidados maternos que possibilitam o seu *vir a ser*, sendo que o trabalho é facilitado se o cuidado *inicial* for contínuo, coerente e não dividido, por exemplo, entre várias babás, tendo em vista que a relação e manejo com o bebê envolvem características estéticas como cheiro, timbre de voz, textura da pele, modo de sustentar o bebê, entre outros. A repetição de experiências parecidas comunica um referencial ao bebê e facilita sua confiabilidade no

meio, por meio da rotina e do estabelecimento do vínculo afetivo que permite o efetivo encontro entre o bebê e seu cuidador de referência.

A mãe a que Winnicott se refere em boa parte de sua obra é a figura de cuidados do bebê em estágio de dependência absoluta. É, portanto, quem encarna as diversas provisões ambientais de que um bebê necessita para se desenvolver no momento primeiro de dependência extremada. Nesse sentido, o autor utiliza com frequência as palavras mãe, figura materna ou cuidados maternos, caracterizando o que denomino nesse trabalho de ambiente-mãe: o cuidador primordial da criança (geralmente a mãe à época de Winnicott) que, diante da precária capacidade inicial do bebê em se relacionar, torna-se representante do ambiente para o bebê.

Inicialmente, não há o sujeito mãe e o sujeito bebê, visto que não há uma díade, mas uma entidade constituída para além da soma das partes mãe e bebê, compondo-se por elas e pelo *entre* de suas interações mútuas (Ogden, 2017). Porquanto, a relação primitiva entre mãe e bebê torna-se extremamente importante, por essa ser, inicialmente, o próprio bebê: “Neste caso, o objeto ou o meio ambiente, é parte do *self* (...) o indivíduo vive nesse meio ambiente que é ele mesmo” (Winnicott, 1945/1982c, p. 282, grifo no original).

Para que seja possível estabelecer tal relação com o bebê e para que esse sinta o ambiente enquanto parte de si, é necessário que a mãe alcance um estado de profunda identificação com seu bebê, de modo a se conectar com suas necessidades e, assim, poder respondê-las. Winnicott (1956/1978b) nomeia esse fenômeno como *preocupação materna primária* e o descreve como uma “doença normal”, um estado que se inicia no período final da gestação e do qual a mãe se retira após as semanas ou meses iniciais de vida da criança.

Na *preocupação materna primária*, as mulheres atingem um estado de retraimento quase dissociativo, que seria considerado patológico caso não fosse a gestação ou o contexto de cuidado com um recém-nascido. Na condição psicológica descrita por Winnicott (1956/1978b), as mães tornam-se capazes de desenvolver uma sensibilidade aumentada, junto a uma identificação profunda com o lactente, o que permite uma adaptação suficientemente boa da mãe ao bebê, ou seja, a efetivação de uma organização “fusional” entre mãe e bebê<sup>15</sup>. A adaptação suficientemente boa permite que necessidades do lactente sejam atendidas, de modo a possibilitar o desenvolvimento inicial do *self* do bebê. A *preocupação materna primária* é, portanto, um estado psicológico de introversão em que a mãe diminui o investimento libidinal no mundo e o realoca em si, em suas vivências e no bebê em seu ventre, que, ao mesmo tempo, é e não é uma parte de si (Winnicott, 1963/1983c).

Apesar de também perpassar aspectos corporais do desenvolvimento gestacional, o estado descrito por Winnicott não é da ordem do instintivo e do biológico. Winnicott adverte que nem toda mulher consegue atingir esse estado de forma normal e passageira, assim como mulheres podem adentrá-la em uma gestação e não em outra. Inúmeros fatores interferem nesse processo, tais como preocupações alternativas intensas que incidem sobre a mulher durante o período gestacional, impossibilidade de adentrar esse estado de “adoecimento”, e dificuldades de se voltar para o bebê, de modo a retirar o interesse em outros objetos de investimento (Winnicott, 1956/1978b). Segundo o autor, portanto, a *preocupação materna primária* não é um fenômeno dado, e exige um aspecto de saúde para que possa ocorrer, tanto na mulher em questão quanto em sua relação com

---

<sup>15</sup> É importante frisar que a mãe se identifica profundamente com o bebê a ponto de permitir que o bebê se fusione a ela, porém sem que ela, de fato, se fusione ao bebê. Por mais que os limites entre mãe e bebê estejam esfumados e pouco delimitados, a relação entre mãe e bebê, nesse momento, possui uma marcada assimetria, dada a diferente posição subjetiva da mãe. Winnicott (1968/2020a) esboça essa diferença fundamental entre mãe e bebê no texto *A comunicação do bebê com a mãe e da mãe com o bebê*.

o próprio ambiente, uma vez que é preciso que haja confiança e um ambiente sustentador para que seja possível permitir-se adoecer (Winnicott 1960a/1983d).

Dadas as especificidades do estado de *preocupação materna primária*, a mãe está envolta na delicadeza e complexidade do primitivo relacional, identificada ao bebê de seu ventre e ao bebê da sua própria experiência, o que denota um estado de vulnerabilidade e extrema dependência, assim como é a condição do bebê recém-nascido: “Quase podemos afirmar que aqueles que estão sob a condição de cuidadores de um bebê estão tão desamparados em relação ao desamparo do bebê quanto o próprio bebê. Talvez haja uma batalha de desamparos” (Winnicott, 1968/2020a, p. 120).

Em efetiva identificação com o lactente, a mãe – semelhante ao bebê que está em dependência absoluta – encontra-se também em um estado de dependência que subentende a necessidade de um ambiente sustentador que possibilite sua permanência nesse estado. O estado em questão envolve a confiança nos aspectos ambientais dessa mãe, tanto no período gestacional e puerpério quanto nos primórdios de sua própria constituição psíquica, também investidos e focalizados pelo auto investimento decorrente do estado de *preocupação materna primária*. Winnicott (1963/1983c) aponta a complexidade envolvida no estado em questão, de forma a considerar uma obviedade se referir à importância da sustentação das mães pelo próprio ambiente:

Acontece que adaptar-se dos processos de maturação da criança é algo extremamente complexo, que traz tremendas exigências aos *pais*, sendo que inicialmente a mãe sozinha é o ambiente favorável. Ela necessita de apoio por esta época, que é melhor dado pelo pai da criança (digamos seu esposo), por sua mãe, pela família e pelo *ambiente social* imediato. Isso é terrivelmente óbvio, mas apesar disso precisa ser dito (Winnicott, 1963/1983c, p. 81, grifos meus).

Nessa passagem, o autor descreve o que denomino aqui como ambiente sustentador materno, uma das dimensões ambientais que, apesar de presente ao longo da obra, é muitas vezes referida de forma implícita. Winnicott aborda os níveis de sustentação materna referindo-se tanto ao ambiente doméstico e familiar (como esposo, mãe e família), quanto ao ambiente social imediato dessa mulher.

Citações como essa, apesar de espaçadas e discretas ao longo da obra de Winnicott, denotam seu posicionamento quanto à interferência do ambiente circundante na maternagem exercida pela mãe. Embora o autor não desenvolva tais temas em profundidade, ele explicita a necessidade de se dizer sobre esse entorno materno, ainda que isso pareça óbvio. Tal é, de fato, a questão principal dessa pesquisa: elaborar, enfatizar e dizer sobre a dimensão ambiental no que tange à maternidade e à maternagem.

Suponho que a timidez de Winnicott em abordar mais frequentemente e explicitamente a mãe em sua relação com o próprio meio ambiente sustentador aconteça por considerar tal aspecto um detalhe óbvio a ser abordado, tendo em vista o desamparo materno implícito diante da identificação da mãe ao bebê, bem como da qualidade “ambiental” de sua teoria quanto à interdependência permanente do indivíduo ao ambiente. As múltiplas organizações subjetivas das mulheres e suas histórias, assim como suas articulações com aspectos ambientais e situacionais possibilitam ou não o acontecer da *preocupação materna primária*, de modo que o ambiente doméstico da mulher, assim como seu ambiente social imediato estão *necessariamente* envolvidos nesse estado, assim como na maternagem exercida inicialmente pela mãe.

Dessa forma, retomando a proposição desse trabalho segundo a qual a noção winnicottiana de ambiente pode ser compreendida como uma rede com inúmeros pontos articulados, a mãe seria o ponto dessa rede em relação direta com o bebê nesse momento inicial de dependência absoluta, e assim o ponto enfatizado pelo autor. No entanto, os

aspectos ambientais dessa mulher mãe – sua história e suas figuras primitivas de cuidado, a família imediata e amigos próximos, assim como seu ambiente social imediato, incluindo aqui configurações culturais, aspectos políticos e econômicos – apesar de não necessariamente se relacionarem diretamente com o bebê, *estão efetivamente presentes*, em articulação com essa mulher e sua história, contribuindo e afetando tanto a mulher-mãe em si, quanto a relação com o bebê de que cuida.

Com o conceito de *preocupação materna primária*, Winnicott introduz a ideia de que o desenvolvimento do *Ego* e do *Self*<sup>16</sup> do bebê se mostram à medida que há um ambiente adaptado às suas necessidades. O desenvolvimento emocional primitivo é, portanto, um fenômeno complexo que se dá pela presença necessária de outro ser humano e envolve um processo profundo de identificação com o infante, a concretude das interações nos cuidados corporais, assim como a apresentação do mundo ao ser em constituição. O ambiente possibilita o vir a ser do lactente com a sustentação física, afetiva e psicológica do bebê (*holding*), o manejo e os cuidados corporais (*handling*), assim como pela introdução dos elementos da realidade e apresentação de objetos (*realising*) (Winnicott, 1964/1994b). Assim, a tendência inata do bebê à integração psicossomática e à maturação, isto é, seu potencial herdado, é favorecida pelo ambiente.

A premissa winnicottiana é a de que o bebê parte de uma não-integração primária (Winnicott, 1945/1978a), de forma que, por meio das ações ambientais descritas, que se dão em processo na experiência entre mãe e bebê, acontecem paulatinamente: a integração do bebê em um reconhecimento de si e dos outros por consequência; o sentimento de pertencer ao próprio corpo e de ter os limites corporais *mais ou menos* bem

---

<sup>16</sup> Em Winnicott, o conceito de *Self* difere do *Ego*, dizendo respeito ao potencial herdado do bebê que, quando em contato com uma provisão ambiental suficientemente boa, experimenta a continuidade de ser, “adquirindo à sua maneira e em seu passo uma realidade psíquica pessoal” (Winnicott 1960b/1983f, p.46).

delimitados; e o desenvolvimento de uma relação incipiente com a realidade objetiva. Tais processos são denominados por Winnicott como integração, personalização e realização, respectivamente (Winnicott, 1956/1978b).

O *holding* materno atua como uma espécie de filtro que permite que o bebê só tenha acesso às experiências que é capaz de suportar, de maneira que o *Ego* da mãe atue como um *Ego* auxiliar ao *Ego* incipiente do bebê. A partir do encontro às necessidades do bebê, a mãe permite à criança uma breve experiência de ilusão de onipotência (Winnicott, 1962/1983b), visto que o mundo que chega ao bebê é um mundo passível de ser criado por ele:

Estes dois fenômenos [o par bebê e seio da mãe] não entram em relação um com o outro até que a mãe e a criança *vivam uma experiência juntos*. A mãe, por ser madura e fisicamente capaz, tem que ter tolerância e compreensão, de forma que é ela que produz a situação que, com sorte, pode resultar no primeiro laço feito pelo bebê com um objeto externo, um objeto que é externo ao *self* do ponto de vista do bebê' (Winnicott, 1945/1978a, p. 279).

O autor explica que é como se houvesse uma sobreposição de duas linhas que se encontram em direção oposta, sendo que tal sobreposição esboça o fato do objeto real (seio) estar concretamente presente no momento da excitação do bebê, que o alucina e o concebe como criação. O contato inicial com a realidade compartilhada se faz pela alucinação do bebê junto ao mundo a ele apresentado, "com momentos de ilusão nos quais o bebê toma a alucinação e a apresentação como idênticos, o que na verdade nunca o são" (Winnicott, 1945/1978a, p. 281). O bebê tem, portanto, a sensação de criar o mundo, e essa sensação junto ao papel de *Ego* auxiliar desempenhado pela mãe permite ao bebê se relacionar com seus objetos subjetivos e chegar, de vez em quando e aos poucos, ao princípio da realidade. Nesse sentido, na perspectiva winnicottiana, é a *concepção* da

realidade, primeiramente dentro do espaço de criação subjetivo do indivíduo que possibilita o estabelecimento da realidade enquanto “objetivamente” percebida.

A experiência da ilusão de onipotência é etapa determinante na constituição da subjetividade, dado que é a partir dela que se faz possível o contato da criança com a realidade compartilhada: “Para que esta ilusão se produza na mente do bebê, é necessário que um ser humano se dê ao trabalho de trazer o tempo todo o mundo até o bebê de forma compreensiva e de maneira limitada, adequada às necessidades do bebê” (Winnicott, 1945/1978a, p. 281). E ainda: “a mãe tem como tarefa proteger seu bebê de complicações que ele não pode entender ainda e continuar a fornecer, de maneira uniforme, o pedacinho simplificado de mundo que a criança, *através dela*, passa a conhecer” (Winnicott, 1945/1978a, p. 280, grifo meu).

É possível compreender que as relações do bebê com o mundo ocorrem desde muito cedo, *através* da figura materna. O mundo é trazido ao bebê a todo tempo pela mãe, e possivelmente os pedaços de mundo são também pedaços de mãe, dado que a figura viva da mãe se encontra presente nesse processo. Assim, a apresentação do mundo à criança é feita por meio das relações domésticas, visto que a mãe não ocupa lugar de pura transportadora, que simplesmente passa ‘os pedacinhos de mundo’ ao bebê. Sugiro que no mundo transpassado pela mãe estejam implícitas a cultura e a linguagem que a habitam, assim como a rede de apoio que a possibilita (ou não) sustentar e experienciar as imensas transformações que decorrem do ato de segurar um bebê.

Gilberto Safra (2009), na obra *A face estética do self*, se debruça sobre o encontro mãe-bebê em sua dimensão estética, fundamentando a importância da experiência estética na constituição do *Self* e a sua permanência durante toda a vida do indivíduo. A partir de relatos de uma extensa experiência clínica articulada à teoria, Safra enfatiza o viés dialético do acontecer humano, fundamentando-o nas sensações e sentidos do corpo



advindos das relações. O posicionamento do autor vai ao encontro da proposição ambiental winnicottiana, em especial no que tange à articulação entre estética e psiquismo, de forma a debilitar qualquer concepção separatista e primazista entre corpo e psiquismo.

Assim como apontado por Figueiredo (1999/2005, p. 11), a investigação de Safra sobre a experiência estética mostra que a corporeidade e a sensorialidade, ao invés de qualidades puramente biológicas, estão embebidas nas organizações étnico-culturais e históricas do sujeito da qual fazem parte: “A cultura e sua historicidade está presente tanto como o que atravessa, sustenta e modula os processos do *self*, como o que é gerado a partir dos encontros estéticos”. Dessa forma, a concretude e a materialidade dos cuidados maternos não se encerram em ações e comportamentos, estando circunscritas e transpassadas necessariamente pela historicidade e pela cultura.

Portanto, o processo subjetivação humana, marcado pela experiência estética constitutiva, se constrói por sensações em relação: texturas, cheiros, experiências tempo-espaciais, timbres de voz, cores, ritmos, entre outros – sob um pano de fundo histórico-cultural:

Quando a mãe se aproxima de seu bebê, ela o faz por meio de seu corpo, que é corpo transfigurado. Não é simplesmente um organismo biológico, é um corpo banhado por inúmeros encontros, desencontros, signos socioculturais, pela vida dos ancestrais. O corpo materno traz a presença de uma história e se faz doação para ser criado pelo bebê (Safra, 2005, p. 49).

Nesse sentido, a palavra mãe torna-se maior que a figura que encarna essa função, representando um conceito que remete tanto à figura viva do cuidador primordial quanto à complexidade de fatores que possibilitam o estabelecimento do encontro cuidador primordial-bebê. Frisamos aqui que, apesar do uso constante da palavra-conceito mãe e

de toda a sua problemática diante de uma cultura que centraliza os cuidados maternos na figura expressa da mulher, dessa palavra fazem parte todos os aspectos ambientais, ancestrais e culturais necessários à transmissão e ao encontro humano. Embora Winnicott prioritariamente faça alusão à figura materna, o autor frisa que o termo pode aludir a qualquer pessoa, desde que ela, em sua materialidade e história viva, se disponha ao devotamento e identificação de que decorre essa função de cuidados iniciais ao bebê (Winnicott, 1963/1983c). Ademais, quando se aponta o comportamento materno, refere-se à articulação consciente e inconsciente de todos esses fatores que a mãe presentifica.

Portanto, nessa perspectiva psicanalítica, referir-se à mãe vai além da mulher que pariu o bebê, englobando sua história, sua cultura, sua relação com o mundo que habita, assim como as pessoas e contextos que figuram seu ambiente sustentador. Tudo o que a atravessa e sustenta é presentificado em seu corpo e em seus cuidados. Toda a cultura e história que a ambientaram e a ambientam, através dela, ambientam também seu bebê.

Desde cedo, a mãe, em encontro com o bebê, veicula, transfigura e transpassa o mundo e suas construções ao bebê, incluindo aí as construções culturais. Assim sendo, é possível sugerir que o mundo, incluindo sua história e transmissão cultural, está presente no encontro do bebê com sua mãe desde os primórdios de sua experiência. Portanto, anteriormente ao desenvolvimento da capacidade de simbolizar e de encontrar o campo dos sentidos compartilhados socialmente, os aspectos étnico-culturais são transmitidos na materialidade do corpo da mãe, suas expressões e entonações, na relação com o bebê. Antes de ser veiculada por discursos, aprendizagem e experiências da criança total com seu mundo, a cultura é, portanto, transmitida e está presente nas experiências fundantes da subjetividade humana, tanto da mãe quanto do bebê. Apesar do uso constante do termo mãe, Winnicott também utiliza outras formas de se referir ao ambiente, mesmo no momento inicial de dependência absoluta do bebê. Termos como provisão ambiental,

ambiente facilitador, ambiente possibilitador, cuidados maternos e técnica dos cuidados infantis também são frequentemente utilizados.

### **2.2.2 A dependência relativa e o (eterno) rumo à independência**

A dependência absoluta do bebê dura pouco tempo e logo se torna relativa. Gradualmente, o bebê desenvolve a capacidade de esperar que suas necessidades sejam atendidas, e a adaptação quase absoluta às suas necessidades não é mais necessária (ou bem-vinda): “A adaptação vai diminuindo de acordo com a crescente necessidade que o bebê tem de experimentar reações à frustração” (Winnicott, 1967/1999c, p. 4).

A mãe introduz pequenas desadaptações e o bebê passa a reconhecer o mundo “não-eu”, instaurando-se, assim, aos poucos, a experiência da diferença. A partir da adaptação ambiental suficientemente boa, o bebê inicialmente sente que cria o seu derredor para, posteriormente, pela desadaptação gradativa e não traumática, passar efetivamente a perceber o mundo de forma objetiva.

Contudo, se há suficiente integração, a relação do bebê com o mundo objetivo continua permeada por um olhar criativo, que é quando o *Self* participa da percepção do mundo. Nesse processo, o bebê começa a se relacionar com a realidade de forma que “Todas as coisas físicas são elaboradas pela imaginação” (Winnicott, 1967b/2019c, p. 163). Trata-se do que Winnicott caracteriza como *criatividade primária*, que consiste na possibilidade de o bebê se relacionar com a realidade a partir de si mesmo, podendo existir e viver no mundo, a partir de suas próprias ações e criações.

A desadaptação gradual, ou seja, o desfazimento da unicidade mãe-bebê, inaugura o que Winnicott (1967a/2019a) chama de *espaço potencial*. Se houver uma experiência suficientemente boa de união com a mãe, o bebê pode então integrar aspectos do cuidado

da mãe dentro de si e sentir a ausência da mãe como presença. Assim sendo, o espaço em potencial entre mãe e bebê pode alargar-se, de modo que o bebê adquira gradual independência. Esse “espaço” precisa ser preenchido criativamente, e o bebê, na saúde, passa então a investi-lo e vivenciá-lo em materialidades, que são sentidas como a experiência de união com a mãe. Desse modo, inaugura-se o que Winnicott chama de *terceira área de experiência* do ser humano, que não é sentida pelo bebê nem como *Eu* nem como “não-eu”. Dessa forma, o *espaço potencial* “existe, mas não pode existir” (Winnicott, 1967b/2019c p. 172), dado seu caráter de separação e união, por ser uma área que possibilita a separação bebê-mãe – e posteriormente do bebê-mundo –, mas que também a nega, em seu preenchimento por símbolos que expressam os fenômenos internos do indivíduo e os fenômenos do mundo exterior (Winnicott, 1967b/2019c).

As falhas maternas são, portanto, fontes de crescimento e desenvolvimento psíquico, desde que ocorram à medida em que o bebê tenha capacidade de recebê-las (Winnicott, 1963/1983c). Aos poucos, a partir da adaptação sensível que possibilitou a experiência de ilusão, junto às falhas maternas que promovem uma desadaptação gradativa, o bebê torna-se capaz de reconhecer-se ‘separado’ do outro, sua mãe (Winnicott, 1971/2019b).

O bebê vai expandindo sua capacidade de relação com o mundo, ou seja, após o breve período de dependência absoluta, o bebê vai adquirindo pouco a pouco capacidade de se separar do cuidador primordial, ampliando suas relações para o seu ambiente doméstico e também para o seu ambiente social imediato. Permanecem as funções de *holding*, *handling* e apresentação do mundo à criança, ampliadas a outras figuras de cuidado e de modo a que o processo se desintensifique em termos de dependência, já que,

tendo dado tudo certo<sup>17</sup>, as novas aquisições psíquicas do bebê permitem que esse se relacione cada vez mais diretamente com a realidade, a partir de seu próprio psiquismo:

Junto com esses desenvolvimentos da personalidade da criança há fatores ambientais importantes embora variáveis a serem considerados. Por exemplo, pode haver uma equipe mãe-ama-seca [...] pode haver tias e avós adequadas ou amigos especiais dos pais que pela sua presença *constante* se qualificam como substitutos da mãe. O esposo da mãe também pode ser uma pessoa importante na casa, ajudando a criar um lar, e *pode ser um bom substituto para a mãe, ou pode ser importante de um modo mais masculino ao dar a esposa o apoio e o sentimento de segurança que ela pode transmitir à criança*. Não será necessário considerar completamente esses detalhes um tanto óbvios, ainda que muito significativos. Verificar-se-á, contudo, que esses detalhes variam muito, e que o processo de crescimento do próprio lactente é impelido nesse sentido e de acordo com o que ele contém (Winnicott, 1963/1983c, p. 84, grifos meus).

Mãe e pai, assim como a família extensa, são as fontes principais de interação da criança, assim como o ambiente social imediato. Esse fator ambiental ampliado é exposto pelo autor no fragmento, apontando a sua importância no processo de desenvolvimento da personalidade da criança. Winnicott mostra como figuras que se fazem presentes na vida da criança ou bebê podem exercer a função de substitutos da mãe, ou seja, do cuidador primordial de referência do infante, e mostra que essa rede de apoio, seus detalhes e composições também influem no processo de crescimento do lactente.

---

<sup>17</sup> Em diversos momentos de sua obra, Winnicott utiliza as expressões “se tudo der certo”, “com sorte” ou “se tudo correr bem”. É possível que o autor se refira à complexidade dos fatores envolvidos no processo de constituição subjetiva. As experiências descritas não são garantidas, e dado que não podem ser abarcadas com exatidão ou previstas, há sempre uma brecha do indeterminável. “Quanto tudo corre bem” quer dizer que a experiência do indivíduo com seu ambiente se deu de forma suficientemente boa, de modo a ser possível sua integração psicossomática.

O uso explícito das palavras pai e família torna-se mais frequente à medida que Winnicott descreve momentos mais maduros e menos dependentes do bebê, assim como veremos mais adiante. Na teoria winnicottiana, as figuras de relação vão se ampliando ao longo da maturação do infante. No momento inicial de dependência absoluta, a relação do bebê se dá essencialmente com um cuidador – do ponto de vista do bebê –, já que esse ainda não é capaz de diferenciar as pessoas entre si. Os cuidados iniciais, realizados em identificação profunda com o bebê, são sentidos como parte dele e apenas posteriormente, a relação do bebê se amplia para o casal, a família, a família extensa, a sociedade imediata. Isso ocorre tendo em vista a *perspectiva do bebê* e suas relações diretas, já que, por exemplo, a família extensa ou a sociedade imediata estão presentes durante todo o processo, permeando as relações parentais com o bebê. Ou seja, à medida que o bebê cresce e se subjetiva, tecem-se novos nódulos a se ligarem diretamente como o ‘nódulo bebê’, na sua teia de interações. Se tudo der certo, esse vai tornando-se capaz de enriquecer sua tessitura, ampliando o seu leque de relações e podendo reconhecer tais relações em sua alteridade e diferença.

O autor descreve didaticamente o desenvolvimento e constituição psíquicas do indivíduo em três períodos: dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência (Winnicott, 1963/1983c). Pela expressão ‘rumo à’, verificamos que o caminho à independência é constante, não sendo de fato atingido em sua plenitude: “O indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes” (Winnicott, 1963/1983c, p. 80).

O termo independência, em Winnicott, está, portanto, estritamente ligado ao fator social, de maneira que o autor alude ao termo, considerando em si a interrelação constante entre indivíduo e ambiente, inclusive no que tange aos aspectos de saúde do indivíduo:

“muitos (...) chegam a uma independência com o sentido social intrínseco” (Winnicott, 1963/1983c, p.80), e ainda:

O valor dessa abordagem é que ela nos permite estudar e discutir ao mesmo tempo os fatores pessoais e ambientais. Nessa linguagem normalidade significa tanto saúde do indivíduo como da sociedade, e a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente (Winnicott, 1963/1983c, p. 80).

Como vimos anteriormente, o papel do ambiente se dá em dimensões e intensidades diferentes ao longo das posições psíquicas ocupadas pelo bebê, criança e adulto. No entanto, o que Winnicott está afirmando é que o ambiente permanece presente, talvez mais sutilmente e de forma menos determinante, porém ainda compondo o quadro de saúde do indivíduo, mesmo no adulto integrado, que atingiu um estado de maturação saudável. A constituição psíquica, ou subjetivação, constantemente relacionada ao ambiente social, depende dele e se entrelaça a ele, sendo maturação a possibilidade das realidades interna e externa estabelecerem uma interrelação constante e se enriquecem mutuamente (Winnicott, 1963/1983c). A relação entre saúde do indivíduo e saúde da sociedade, evidente no fragmento, encontra-se por toda a obra do autor, porém sendo um daqueles pontos nodais que não são centralizados e desenvolvidos em detalhes, mas que, no entanto, uma leitura criativa e atenciosa pode apreender e escutar seus sussurros.

Nesse sentido, a lógica se aplica também ao fator doença. Nessa perspectiva, os aspectos de doença e sofrimento do indivíduo estão necessariamente articulados ao ambiente social e às qualidades desse ambiente, não podendo ser considerados de maneira individual e destacada. Winnicott afirma a veemência com que o fator social doente interfere sobre o indivíduo, o que referencia a necessidade de também enfatizar o ambiente de sustentação materno ao discutirmos maternidade. Indivíduo e ambiente compõem interrelação constante e permanente e, ao direcionar o foco das elaborações

sobre maternidade para a figura materna, oculta-se parte integrante do tema, que é a vivacidade e realidade de seu entorno.

O percurso realizado pelas concepções do autor permite-nos, portanto, deslocar o olhar para o ambiente materno, considerando-o como contexto e parte da experiência materna. Além de afirmar e enfatizar a permanência e constância da relação entre indivíduo e ambiente, Winnicott mostra que a mãe, identificada ao bebê, encontra-se em uma posição vulnerável na qual sua dependência ao ambiente se intensifica dado que ela se encontra em um estado psíquico regredido e primitivo. O autor indica a maior ênfase do papel ambiental da própria mãe nesse momento, posto que sua sustentação e amparo (no momento atual e na sua vivência enquanto bebê) estão entre os fatores que possibilitam o estabelecimento da *preocupação materna primária* e, portanto, podemos sugerir, se encontram diretamente vinculados à função materna exercida.

O percurso realizado nesse capítulo, permitiu ainda vislumbrar a complexidade de fatores que se encontram enredados no uso da palavra-conceito *mãe* dentro dessa teoria. Além do ambiente sustentador materno, o corpo materno e a estética de seus cuidados contêm em si sua etnia, sua história e, portanto, os elementos de cultura que habitam a mulher-mãe. A cultura interfere nos cuidados maternos, assim como nos objetos que serão apresentados e encontrados pelo bebê no seu próprio processo de constituição. Dessa forma, as proposições winnicottianas apontam também para um processo de constituição psíquica em que a cultura está presente, a partir do ambiente, desde os primeiros momentos, de modo que pode ser vista como compondo subjetivamente o bebê em momentos mais primitivos do que os percorridos por Freud.

As proposições de Freud sobre *identificação*, *Ideal de Eu* e *Supereu* partem da concepção de que o *Eu* se fortalece e se estrutura a partir de suas vivências pulsionais, em especial na passagem pelo complexo de Édipo. Dessa forma, embora faça alusão ao



desamparo originário e ao papel do outro na organização pulsional emergente, Freud enfoca o desenvolvimento psicosexual, enfatiza a dinâmica pulsional e centraliza a triangulação edípica como processo determinante à estruturação do psiquismo, o que descreve um momento posterior ao momento destacado nas construções winnicottianas. Freud se debruça principalmente sobre casos em que a integração egóica estava concluída, partindo dessa integração como pressuposto (Winnicott, 1960b/1983f).

Winnicott, no entanto, introduziu uma nova lógica dentro da psicanálise. Sua experiência enquanto pediatra levou-o a observar momentos mais primitivos da personalidade, em que o vínculo entre bebê e sua mãe está bastante evidente. Ao debruçar-se sobre esses estágios iniciais, Winnicott desloca o foco da teoria psicosexual freudiana e introduz a teoria do amadurecimento pessoal, na qual o eixo central é a continuidade de ser do indivíduo. A teoria do amadurecimento pessoal diz respeito, portanto, à constituição do si-mesmo (*Self*) enquanto identidade unitária, pertencente ao próprio corpo e capaz de relacionar-se com a realidade, e enfatiza as *necessidades* básicas fundamentais do indivíduo, a serem atendidas pelo ambiente ao possibilitar ao indivíduo o processo de integração (Dias, 2003). A relação bebê-ambiente, possibilitadora da integração, não diz respeito apenas à capacidade de satisfazer os impulsos orais da criança, mas às funções de *holding*, *handling* e *realising*, que incluem a satisfação pulsional, desde que de forma ego-sintônica, ao ritmo da capacidade egóica do bebê (Mota, 2013).

Godoy (2007) relembra que Winnicott jamais nega a atuação dos instintos<sup>18</sup> na vida do bebê, mas aponta para um novo conjunto de fenômenos que ocorre

---

<sup>18</sup> Friso que, embora a autora utilize o termo instinto, ele é compreendido como referente ao conceito de pulsão da teoria freudiana, e não ao conceito de instinto da biologia. Essa diferenciação precisa ser marcada. Sugiro que o uso desse termo ocorre, em parte, pela tradução das obras de Winnicott, que muitas vezes utiliza o termo instinto. Considero que essa utilização se dá por Winnicott se referir prioritariamente a

concomitantemente às experiências instintuais, que não se reduzem à dinâmica de excitação e satisfação. Na teoria do amadurecimento, portanto, a sexualidade não é tida por eixo central da constituição psíquica, mas passa a ser “uma das formas pelas quais a instintualidade, uma vez amadurecida, compõe a vida humana” (Rosa 2009, p. 56).

Dessa forma, não proponho que Winnicott substitua o modelo freudiano, nem que sua psicanálise rompa paradigmas com a psicanálise freudiana. Ab’Sáber (1997) aponta que, pela maneira como o campo psicanalítico vem crescendo e se reconfigurando, sem se desconfigurar, as novidades radicais introduzidas por Winnicott, embora introduzam uma nova perspectiva no campo, mantêm-se em tensão e diálogo com a teoria de Freud. Ab’Sáber (1997) considera que a produção em psicanálise, incluindo aí Winnicott, se dá por revoluções internas que inauguram novos sentidos e significações, sem que anulem a tradição da qual emergiram ou a engessem em uma via unicamente legítima de prosseguimento da disciplina. Dessa forma, considero Winnicott um “freudiano criativo”, demonstrando como a teoria fundante da psicanálise inaugura também novas compreensões quando vislumbradas em um campo deslocado para os primórdios da vida psíquica, bem como para o ambiente que faz borda a esses primórdios.

Nessa perspectiva, podemos apontar nesse trabalho que o uso das teorias de Freud e Winnicott permitiram conceber articulações entre cultura e subjetivação, a partir de ênfases em momentos psíquicos diferentes. Dessa forma, os dois autores fornecem proposições que se aplicam em diferentes estados da constituição subjetiva. Winnicott fala da mãe em um estado psíquico mais regredido, na vulnerabilidade dos primeiros cuidados em sua identificação profunda com o bebê, enquanto, ao utilizar *o Ideal de Eu* de Freud, estamos nos referindo a momentos mais integrados da constituição subjetiva

---

momentos muito primitivos da experiência psíquica, em que, de início, ainda não há a integração psicossomática necessária para se falar efetivamente em experiência pulsional.

materna. No entanto, já em Freud, o caráter constitutivo das relações sociais é afirmado anteriormente à organização edípica, quando o autor se refere à identificação.

Assim, podemos pensar, juntamente com Winnicott e Freud, em estados e dimensões psíquicas mais regredidas ou mais integradas da mãe, respectivamente. É importante dizer, entretanto, que na experiência concreta e complexa das mães com seus bebês, tais coisas podem se misturar, coexistir, apresentar-se concomitantemente e, talvez, até mesmo uma dimensão tenha efeito sobre a outra. Dessa forma, podemos afirmar que, desde as dimensões mais primitivas até as mais complexas da experiência humana, o indivíduo tem relação constante com o social e é atravessado pela cultura, de modo que tal atravessamento comparece de forma marcante e importante em um fenômeno tão humano como a maternidade.

### **3 A mãe e o ambiente: se não há um bebê sem sua mãe, o que há para que haja uma mãe?**

Um trabalho que se dedique a estudar as nuances culturais da experiência de maternidade de mulheres mães, assim como a interferência do ambiente dessas mulheres no estado subjetivo materno e no campo intersubjetivo mãe-bebê, terá que se voltar em algum momento para o “pai”. O que Winnicott tem a dizer sobre o pai? Abarco aqui a ideia de pai principalmente a partir das considerações do autor sobre sua função de sustentação da dupla mãe-bebê, que expõe a necessidade da articulação materna ao seu ambiente e a composição desse ambiente no encontro entre mãe e bebê. Ao admitirmos que é sempre necessário alguém para sustentar o bebê, falamos também em quem – e o que – sustenta quem sustenta o bebê.

#### **3.1 O pai em Winnicott e a função de sustentação**

Em se tratando dos cuidados dispensados ao bebê ou à criança, as funções da mãe e do pai variam, para Winnicott, a depender do estágio ocupado pelo bebê em termos de seu desenvolvimento maturacional. Dessa forma, o pai está presente na vida da criança de diferentes formas, em diferentes momentos. Winnicott (1960b/1983f), ao desenvolver a teoria do relacionamento paterno-infantil, descreve que os cuidados paternos, quando satisfatórios, dizem respeito a três estágios: o estágio de *holding*; o estágio em que mãe e bebê vivem juntos (aqui a função paterna consiste em lidar com o ambiente para a mãe); e por último, o estágio em que pai, mãe e bebê vivem todos juntos e se relacionam entre si.

Compreendo que tais estágios se relacionem ao processo de amadurecimento do bebê, que vai ampliando sua capacidade de relação com o meio. O bebê em estágio precoce estabelece apenas relações unipessoais, para em seguida estabelecer relações entre duas pessoas e, só depois, ser capaz de estabelecer relações triádicas, ou seja, ser capaz de reconhecer que existem mais objetos além de si e seu cuidador primordial, podendo relacionar-se com eles, reconhecendo-os enquanto distintos e separados (Winnicott, 1958/1983a).

Rosa (2009), ao fazer um apanhado das designações de Winnicott sobre o pai, verifica que no período de dependência absoluta, duas funções são atribuídas ao pai: ele atua como mãe substituta, exercendo cuidados diretamente ao bebê, mas, assim como a mãe, na posição de objeto subjetivo; e atua como o principal cuidador da dupla mãe-bebê. O pai, portanto, desempenha a função de *holding* para o bebê e a função de *holding* para a mãe em relação com o bebê, para apenas posteriormente se relacionar com o bebê como terceira pessoa, exercendo as funções inerentes a esse tipo de relação. Essa última relação diz respeito a um bebê integrado em uma unidade identitária, que reconhece o “não-Eu” e pode estabelecer relações objetivas, isto é, *viver com* e se relacionar com os objetos de forma objetivamente percebida e estabelecendo com eles um relacionamento de pessoa total (Winnicott 1960b/1983f).

Além da importante função designada ao pai como sustentador e cuidador do elo mãe-bebê que será abordada mais adiante, é necessário frisar que a função do pai em Winnicott, mesmo no estágio inicial de dependência absoluta do bebê, não se resume ao amparo materno. Em alguns momentos de sua obra, Winnicott afirma que o pai não se relaciona diretamente com o bebê nesse primeiro momento, o que pode gerar o entendimento de que as funções de cuidado essenciais e diretamente relacionadas ao bebê seriam responsabilidade apenas das mães, de modo a pôr o pai à margem, restringindo-o

a uma função específica de *auxílio*, não diretamente relacionada com o bebê. De fato, há uma problemática diante do uso dos termos pai e mãe pelo autor. Sua ênfase na relação mãe-bebê, atrelada à romantização e centralização materna diante dos filhos, pode contribuir para a marginalização do pai na cena familiar e sua consequente desresponsabilização. Porém, é importante especificar a que o autor está se referindo quando usa o termo pai. Algumas passagens podem nos ajudar a ter mais clareza sobre o que a palavra pai pode significar em Winnicott.

No livro *Bebês e suas mães*, o psicanalista aborda o já referido estado de *preocupação materna primária*, afirmando-o como característico da *mãe*<sup>19</sup> no final da gestação. No entanto, em nota explicativa ligada à palavra mãe, Winnicott afirma: “Quando me refiro à mãe, não estou excluindo o pai. Porém, nesse estágio, é o *aspecto materno do pai* que nos interessa” (Winnicott, 1968/2020a, p. 109, grifo meu). Em outra passagem, o autor justifica o uso da expressão *relacionamento mãe-lactente*:

Deixo relacionamento mãe-lactente neste contexto porque estou me referindo a fenômenos precoces, àqueles relativos ao relacionamento do lactente com a mãe, ou com o pai *como se fosse uma outra mãe*. O pai neste estágio tão precoce ainda não se tornou significativo como uma pessoa do sexo masculino (Winnicott, 1960a/1983d, p. 130, grifo meu).

Ao tratar da identificação materna diante do bebê totalmente dependente, o autor refere-se ao pai, nos fenômenos precoces, como outra mãe, e afirma que utiliza o termo mãe não para excluir os pais, mas para aludir ao seu aspecto materno. Assim, Winnicott

---

<sup>19</sup> O estado de Preocupação Materna Primária não é prerrogativa das mães, embora possa ser facilitado pelo processo gestacional. Pesquisas têm mostrado que os homens também são capazes de atingir esse estado, assim como mães e pais adotivos (Campana et. Al., 2019; Sampaio et al., 2019)

concebe tal aspecto como parte efetiva da personalidade dos pais e indica que esses, em sua parte materna, estão abrangidos pelo seu uso da palavra mãe.

Podemos supor, então, que em alguns momentos, as palavras materno e paterno não dizem respeito a ações ou relações estabelecidas pela mãe ou pai, mas sim referem-se a funções ou tipos específicos de cuidados físicos e psíquicos. Dessa forma, Winnicott também permite conceber o pai como identificado ao bebê e exercendo diretamente os seus cuidados. Porém, exercendo tais funções, o pai manifesta seu lado materno, sendo incluído na palavra mãe. Nesse sentido, Winnicott (1964/2020d, p.48) reconhece: “Falo sobre ‘a mãe’ com muito mais frequência do que sobre ‘o pai’; espero que os pais compreendam”.

Entendo, portanto, que os cuidados adaptativos primários, preponderantemente ligados ao acolhimento e à identificação com o bebê, são qualificados como maternos, exercidos por homens ou mulheres, mães ou pais. Por sua vez, as funções que introduzem noções de diferenciação, limites, alteridade e lei são qualificadas como paternas, condizendo com a concepção de pai comum à psicanálise precedente a Winnicott:

Uma palavra mais acerca do ‘não’ de uma mãe. Não é esse o primeiro sinal do pai? Em parte, os pais são como mães e podem ficar tomando conta do bebê e fazer todo gênero de coisas como uma mulher. Mas *como pais* parece-me que *elas aparecem pela primeira vez no horizonte do bebê como aquele aspecto inflexível na mãe que a habilita a dizer ‘não’ e a sustentar a negativa com firmeza* (Winnicott 1960/1999b, p. 47, grifos meus).

Referir-se à pessoa do pai em seu aspecto materno, isto é, como sentido pela criança como uma segunda mãe, alude à função dos cuidados adaptativos exercida pelo pai, de modo a permitir ser concebido subjetivamente pelo bebê. Assim como afirmar que os limites estabelecidos com firmeza pela mãe constituem o primeiro sinal do pai remete

a um tipo de função específica que, mesmo quando exercida pela mãe, é relacionada a um aspecto masculino, e portanto, paterno, da personalidade da mãe.

Podemos pensar que Winnicott também estava atravessado por seu tempo histórico e pela cultura que o circundava, o que parece ter se refletido nas formas como utiliza os termos mãe, pai, função materna e paterna. Isto pode se ligar às concepções culturais sobre o feminino e o masculino, o que é um tema que exige desenvolvimentos que estão para além do alcance deste trabalho. Por outro lado, o autor também apresenta diversas relativizações que dão espaço para repensar alguns determinantes culturais, como suas considerações sobre os elementos femininos e masculinos que existem em todas as pessoas, homens e mulheres. Winnicott considera que a constituição do *Self* e o sentimento de si-mesmo vincula-se à articulação de ambos os elementos na personalidade do indivíduo (Winnicott, 1971/2019b; Mota, 2013). O elemento feminino puro diz respeito ao “fusionamento” do bebê à mãe e à experiência simples de ser, isto é, a uma noção primitiva de identidade baseada em um objeto subjetivamente concebido. Por sua vez, os aspectos masculinos se relacionam a um maior desenvolvimento mental do bebê e se vinculam à pulsionalidade, à diferenciação e à atividade do fazer (Winnicott, 1971/2019b). Essas articulações, realizadas por Winnicott, constituem um assunto delicado que necessita maior espaço e abrangência para ser discutido com o devido cuidado e sensibilidade, tanto no que tange à complexidade das concepções de Winnicott sobre o assunto, quanto no que tange à problemática social do uso de sua linguagem e às compreensões controversas sobre o seu pensamento. Prossigamos então, com a temática do trabalho.

Como já esboçado anteriormente, outra função do pai designada por Winnicott diz respeito ao suporte oferecido à mãe, enquanto essa está devotada aos cuidados iniciais do bebê. Refletindo sobre a realidade das pessoas e situações na constituição do mundo



interno do bebê, Winnicott (1954/1982b) afirma que o pai é incluído duplamente: diretamente, como mãe substituta, e de forma indireta, como marido. Essa última, indicada pelo uso da palavra marido<sup>20</sup>, se refere mais diretamente à mãe, de modo que a sustentação e o cuidado dessa acaba por reverberar indiretamente no bebê.

Nesse sentido, Winnicott (1957/1982a, p. 27) afirma que o pai atua nos cuidados iniciais fornecidos ao bebê, ao criar um espaço de livre circulação para mãe, fazendo-a se sentir protegida e poupando-lhe o trabalho de ter de se ocupar das coisas externas “numa época em que ela tanto precisa de concentrar-se, quando tanto anseia por preocupar-se pelo interior do círculo formado pelos seus próprios braços e no centro do qual está o bebê”. O autor alude ainda à importância do pai como figura que apoia a mãe e a oferece um sentimento de segurança para que ela possa transmitir esse sentimento ao bebê e, posteriormente, à criança (Winnicott, 1963/1983c).

Assim, o pai permite à mãe sentir confiabilidade em seu próprio ambiente, de modo a participar “do colo que a mãe dá ao bebê a partir da experiência efetiva que a mãe tem da presença do pai” (Rosa, 2009, p. 66). Sugiro que seja a isso que Winnicott (1960a/1983d) se refira ao afirmar que a presunção do cuidado materno satisfatório implica necessariamente em considerar o cuidado paterno.

Considero ser a função de sustentação da mãe uma grande contribuição de Winnicott, que aponta para a necessidade de um amparo sustentador para a árdua tarefa de se fazer ambiente a um ser em constituição. A teoria paterno-filial, ao conceber, dentre as demais funções do pai, a função de amparo e sustentação à mãe enfatiza a importância

---

<sup>20</sup> Relembramos que Winnicott escreve tendo por referência as configurações familiares usuais ao seu tempo histórico. Dessa forma, é importante frisar que embora o autor use um termo que exprima um configuração conjugal específica e heteronormativa, compreendemos que o termo “marido” pode ser ampliado para referir-se quaisquer pessoas que possuam intimidade com a mãe e façam parte de sua rotina, acompanhando-a em sua experiência de maternidade. Utilizamos, nesse trabalho, as palavras utilizadas pelo autor para poder tecer elaborações sobre suas contribuições. O deslocamento da palavra pai ao entorno social será trabalhado mais adiante nessa dissertação.

do ambiente materno e sua composição no quadro mãe-bebê, abrindo margem para pensarmos esse ambiente como algo relevante no campo intersubjetivo entre mãe e bebê. Dessa forma, a teoria winnicottiana permite conceber a sustentação ambiental dos cuidadores como algo também operante nos processos de subjetivação do bebê e da criança.

### **3.2 Do pai ao todo social: e a sustentação cultural e comunitária da maternidade?**

Conforme já estabelecemos até aqui, o colo do pai, ao sustentar a mãe em sua experiência com a maternidade, compõe o colo materno, e o termo mãe envolve uma multiplicidade de fatores, pessoais e ambientais, que, articulados, permitem o encontro entre o bebê e o mundo humano. Além disso, a interrelação constante entre o indivíduo e o seu ambiente está intrinsecamente envolvida no fator saúde (e no fator doença). O ambiente é aludido por Winnicott tanto em sua importância para o bebê quanto para a mãe, o pai e os outros objetos do mundo.

Assim como esboçado no segundo capítulo dessa pesquisa, Winnicott não se detém apenas na figura paterna, quando se volta para o tema do *holding* materno, ou do *holding* mãe-bebê. Embora pontualmente, o autor assinala a interferência do ambiente social imediato na experiência da mulher-mãe, incluindo as figuras comunitárias em sua sustentação (médicos, professores, amigos da família), além dos costumes locais em que o casal parental se insere (Winnicott, 1963/1983c; 1957/2020b; 1966/2020c e 1968/2020a). O autor refere-se ainda ao amparo do Estado de bem-estar social na situação materna, mostrando que as ações sociais e estatais das políticas públicas também podem compor esse ambiente: “Penso que, quando o bebê está pronto para o nascimento, a mãe

– se amparada de forma adequada por seu companheiro, pelo Estado de bem-estar social ou por ambos – está preparada para essa experiência” (Winnicott 1966/2020c, p. 21).

Sugiro, portanto, que desloquemos a ênfase do *pai* para a *função de sustentação* exercida, estendendo-a para o ambiente materno comunitário como um todo, incluindo seus aspectos sociais e culturais. Desse modo, tal deslocamento nos permite vislumbrar os outros pontos nodais da rede ambiental do bebê, relativos ao todo social que compõe o amparo à mãe que “cria” um bebê.

Em minha experiência clínica, a escuta às mulheres-mães que passaram pelo meu consultório se articulava, muitas vezes, a uma sensação de solidão, de um peso carregado só, sem auxílio. Com frequência, as mães relatavam receios sobre suas ações e atitudes para com os filhos, e traziam significações e fantasias sobre a centralidade dessas ações na vida de suas crianças. Eram estabelecidas relações praticamente lineares entre o que consideravam ser suas falhas e os comportamentos dos filhos. Essas mães frequentemente me passavam a ideia de causalidade, como se um único fio condutor fosse responsável pela experiência das crianças, levando praticamente a uma relação de causa e efeito inevitável.

Em uma ocasião, eu estava acompanhando uma menina pequena, e sua análise requeria sessões constantes com sua mãe, a responsável pela menina. Nessas sessões, a mãe compartilhava comigo receios constantes de causar danos à filha, prevendo cenários e desdobramentos para cada uma de suas ações e se preocupando em se portar de alguma forma que pudesse gerar consequências nocivas à criança. Eu escutava uma fantasia materna de exercer tamanha influência na constituição da menina, que é como se as outras experiências da filha não a compusessem, não sendo levadas em consideração pela mãe. Como se cada ação materna tivesse seu contraponto rígido, previsível e inescapável na

forma de um futuro para a filha. Minha sensação era de um “poder” centralizado, sem dissipações ou alívios.

Ademais, muitas vezes escutava de mães: *‘Nunca achei que essa experiência seria uma experiência tão solitária, eu nunca me senti tão só em toda a minha vida’*; *‘As pessoas não têm noção de como é solitário ser mãe’*; ou *‘Não esperava ser desse jeito, ficava assustada com a solidão que sentia’*. Me relatavam experiências de solidão extrema durante o puerpério e os primeiros meses com seus bebês, ou até mesmo durante todos os anos da infância de seus filhos. Esses relatos se entrelaçavam a sentimentos de culpa que eram quase unânimes, um aspecto comum à experiências dessas mães. Zanello (2018) comenta sobre a recorrência do sentimento de culpa na experiência de mulheres com a maternidade, e relata que, ao longo de 20 anos de experiência clínica, todas as mulheres-mães que passaram por sua prática profissional expressaram culpa em relação aos filhos ou na relação com eles.

Portanto, sem prescindir das minhas questões contratransferenciais e do olhar para as transferências dessas mulheres em relação às suas experiências de maternidade e às suas histórias, escutei também o que de seu sofrimento e de suas fantasias era articulado à cultura e à realidade de seus ambientes, e o que de seus ambientes, entornos e configurações sociais embasava a sensação de tamanha centralidade e poder dessas mulheres diante de seus nenéns, crianças e adolescentes. Para além dos aspectos individuais e particulares, minha escuta se voltou para os aspectos culturais e comunitários que as cercavam, muitas vezes embebidos em ideias ressonantes do século XVIII, em que “tudo é culpa da mãe”, ou “a mãe é responsável por tudo aquilo que a criança se tornará”.

Passei a reparar que algumas das mães eram praticamente responsáveis unívocas pelas atividades e rotinas das filhas e filhos. Quando não, eram as principais responsáveis,

inclusive pela logística da psicoterapia, isto é, pelos acordos de horários, transporte, pagamento de honorários, etc., de modo que eu também tendia a procurar as mães com mais frequência, seja para acertar de ordem prática, seja para convidar os responsáveis da criança para uma sessão. Eventualmente, o acompanhamento de uma criança era marcado pela presença e gestão do pai e, ainda que eu me alegrasse devido ao possível exemplo de uma nova realidade parental com a presença paterna mais efetiva, eu também era tomada por um estranhamento, considerando essa dinâmica atípica.

Esse incômodo se justificava, em parte, pela raridade desse arranjo entre meus atendimentos, e logo podia ser afastado por sua dissonância com minhas ideologias políticas e pessoais – isto é, de que os cuidados com a família devem, sim, ser compartilhados de forma equiparada entre os responsáveis. No entanto, esse estranhamento também apontava para um preconceito inconsciente que, junto à escuta das mães dos meus pacientes, me levou a compreender e significar esses sentimentos que compareciam nas sessões de análise como *sintomas sociais*. Isto é, ao mesmo tempo em que os sofrimentos e relações dessas mães diziam de si e de suas histórias subjetivas, esses também consistiam em escapes, “chistes culturais”, que denunciavam situações comunitárias, transparecendo certas concepções de nossa cultura.

As conexões dialéticas entre a ordem cultural e a organização subjetiva na constituição psíquica são exploradas por Ab’Sáber (2016), que reconhece o mundo, em seu teor simbólico e em seu teor concreto, como fator determinante no sofrimento psíquico contemporâneo. O autor ilustra relações do sintoma com seu tempo histórico-cultural por meio de casos clínicos que, ao mesmo tempo em que estão profundamente marcados por questões subjetivas, se relacionam e expõem a estrutura cultural de sua época: “*O segredo próprio ao sintoma humano repousa sobre o segredo geral de sua cultura*” (Ab’Sáber, 2016, n.p., grifos no original).

Referindo-se mais especificamente a estruturas culturais decorrentes do capitalismo e do valor enquanto mercadoria e normalização, Ab'Sáber (2016) assinala uma tendência cultural contemporânea de plasmar fortes identificações no indivíduo, de forma a muitas vezes “adesivá-lo” aos ideais da cultura. Uma mediação que permita uma função de pensamento poderia contribuir para desidentificações do indivíduo com a estrutura social, de forma a proporcionar-lhe maior liberdade desejante. Portanto, para o autor, algo do sintoma comporta uma denúncia, pois diz também sobre o todo social do qual faz parte. Nessa perspectiva, o trabalho analítico também diz respeito a permitir que o campo cultural ressoe e seja reconhecido pela pessoa do analista, visto que alguns dos significantes utilizados pelos pacientes, embora íntimos e internos, convidam a escutar a estrutura cultural que constitui o sintoma, denunciando identificações plasmadas em todos nós, por formas desejantes e identificações imbrincadas aos valores culturais (Ab'Sáber, 2016).

Como afirmado a partir do percurso realizado no segundo capítulo desse trabalho, a própria constituição subjetiva se compõe do social e se dá pela conjunção entre fatores constitucionais e do meio (Freud, 1930/2020a). No entanto, embora aspectos sociais e culturais sejam internalizados nos processos de subjetivação, é preocupante quando a “parcela de autonomia e de originalidade” (Freud, 1921/2020b, p. 207) do indivíduo é comprometida diante das imperiosas identificações com o campo cultural, de modo a interferir também na capacidade do indivíduo de criar e recriar aquilo que a cultura o apresenta.

Da mesma forma, a escuta clínica do campo da maternidade esboça no sofrimento subjetivo concepções e valores culturais arraigados socialmente. Os valores normativos e idealizados que circunscrevem a experiência da maternidade contemporânea mostram-se nas entrelinhas do sofrimento materno, indicando, assim como salientado por

Winnicott (1963/1983c), um ambiente social adoecido, que desfavorece a experiência individual, dada interrelação entre saúde individual e saúde do ambiente.

Desse modo, podemos afirmar que, na escuta analítica das mulheres-mães, os sintomas, sofrimentos e discrepâncias em relação ao contexto social vigente podem ser concebidos como potenciais de desidentificação a esse todo cultural normativo, idealizado e distante da realidade de muitas das experiências efetivamente vividas. Isto é, as discrepâncias com os ideais de maternidade apontam, paradoxalmente, para uma manifestação de saúde, ao abrirem margem à reflexão sobre os valores individuais e sociais em relação à maternidade – e permitirem desengessá-los – de forma que esses não sejam tidos como imperativos que designam o que é e o que não é a boa mãe. A importância da escuta da experiência materna, nesse sentido, se estende ao seu teor cultural, de modo a possibilitar a emergência do sujeito e de uma experiência própria com o fenômeno da maternidade, podendo reconhecer os atravessamentos culturais e o ambiente circundante dessa mulher e restaurar a possibilidade criativa individual diante desse entorno.

Embora Winnicott (1968/2020a) afirme que as mães, profundamente influenciadas pelos costumes locais de sua comunidade, podem se relacionar com essas bagagens culturais de diversos modos – se adequando, reagindo ou rompendo com seus conteúdos –, as concepções e representações sociais sobre maternidade não deixam de ser parte do substrato oferecido às mães pela cultura, com o qual elas podem criar suas formas de se relacionar com a maternidade e com os filhos. Aponto que esse substrato atualmente dificulta a espontaneidade das relações das mulheres com a maternidade, contribuindo para o sofrimento materno e se misturando tanto aos ideais e concepções das mães quanto de seu entorno social, levando a especificidades nas configurações e figuras sociais que compõem o ambiente materno.

### 3.3 O que cultura tem oferecido para ser criado pelas mães?

Certa vez, eu conversava com uma mãe, que me contava sobre as peripécias de suas filhas – uma criança pequena e uma bebê em fase de amamentação. Essa mulher parecia ter uma rede de amparo consistente, com um companheiro, escola e familiares presentes nos cuidados com as filhas, e estava encantada com as crianças e ainda muito vinculada a elas. Em dada ocasião, me contava sobre alguma conquista da filha menor e, após contar com empolgação, como num paradoxo, suspirou profundamente e disse: “Você conhece aquele ditado ‘*É preciso uma aldeia inteira para se criar uma criança*’? Pois é, eu o escutava antes, mas só entendi o que ele realmente quer dizer após ser mãe”.

Sugiro que a fala dessa mulher-mãe, em seu tom de cansaço, expressa um momento de conscientização sobre o trabalho e a devoção que os cuidados infantis implicam, explicitando um reconhecimento de que são necessárias várias figuras sociais para que esses cuidados de fato ocorram. A frase diz respeito a um provérbio africano que, como descobri posteriormente, já era muito conhecido por indicar uma concepção diferenciada quando se trata dos cuidados infantis, em que a responsabilização diante da “criação” dos bebês e crianças é comunitária. O presente trabalho procura mostrar como a responsabilização compartilhada com a comunidade expressa uma noção mais realista quando comparada à noção de responsabilidade centralizada apenas no casal parental, ou na figura da mãe, que deriva de uma ideia relacionada à construção histórica e social criada em torno da maternidade ao longo do período Moderno.

No primeiro capítulo desse trabalho, perpassamos os discursos e concepções sociais de maternidade em alguns períodos históricos, chegando à modernidade e suas reminiscências, que permanecem atuando na contemporaneidade. A exaltação da maternidade enquanto valor, embora tenha oferecido um lugar social inédito às mulheres



(Lipovetsky, 2001), contribuiu para a centralização das responsabilidades e cuidados com os filhos na figura da mulher, enquanto outras figuras sociais, incluindo o pai<sup>21</sup>, foram sombreados em sua importância e valor social (Badinter, 1985). Se por um lado a mulher é exaltada em sua função de mãe, por outro, é considerada responsável, e portanto culpabilizada, pelo futuro moral, físico, psíquico dos filhos (Badinter, 1985).

Ariès (1975/2006), por sua vez, indica que a evolução do sentimento de família na Modernidade desembocou paulatinamente na diminuição dos laços comunitários e de vizinhança que compunham a rotina e a maior fonte de interação social. Para Ariès (1975/2006, p. 189), a família moderna “separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos”, salientando que o sentimento de família da Modernidade não é muito diferente do que temos hoje. O estabelecimento desse sentimento ocorreu vinculado aos “progressos da vida privada” (Ariès, 1975/2006, p.164) e se relaciona, portanto, à noção de indivíduo moderno que se estabelecia à época: um sujeito tido como independente e individualista, e que, além de explicitar as concepções filosóficas da época, ilustra também a dissociação entre vida privada e vida comunitária.

A centralização dos cuidados na figura da mãe e a forma de socialização prioritariamente familiar inaugurada pela Modernidade compõem um modelo de parentalidade privada e um cenário de desresponsabilização comunitária nos cuidados infantis. Essa realidade de distanciamento da comunidade é expressa por relatos de solidão de mulheres-mães, como mostrado por Rapoport (2003), que articula a solidão materna à escassez de redes de apoio social<sup>22</sup>, em especial nos grandes centros urbanos,

---

<sup>21</sup> É importante frisar que, aqui, a autora se refere estritamente à figura do pai e não ao homem moderno, que manteve sua importância social e centralidade nos demais âmbitos sociais, especialmente no político e profissional.

<sup>22</sup> Rede de apoio social é um conceito amplo que diz respeito à provisão do ambiente social ao indivíduo em seu enfrentamento à diversas situações da vida. O apoio social se refere a relações sociais de família, amigos próximos ou pontuais, além das relações comunitárias que abarcam crenças religiosas, políticas públicas e aspectos políticos. Assim, o termo se refere ao apoio em nível afetivo, informacional e prático,

nos quais, muitas vezes, as mulheres encontram-se distanciadas de suas famílias extensas e da convivência comunitária e de vizinhança.

Frases comuns e ditados utilizados no cotidiano como “Toma que o filho é seu!”, “Quem faz é quem cria” ou “Quem pariu Mateus que o embale” também podem elucidar as características individualistas da cultura quanto aos cuidados com as crianças. Iaconelli (2016) aponta para essa lógica de parentalidade privada quando comenta que atualmente as crianças são prioritariamente qualificadas como filhos, embora sejam também (e igualmente) netos, sobrinhos, cidadãos, vizinhos e crianças pertencentes a um grupo étnico. O sombreamento dessas últimas caracterizações indica a centralidade das relações parentais, hoje prioritariamente maternas, na responsabilização pelos cuidados infantis.

Tal sombreamento de vínculos comunitários da criança não implica, porém, em uma *ruptura* nos laços comunitários de mães, pais ou casais parentais com a família extensa e a comunidade social. Portugal (1995), em uma pesquisa sobre a importância dos laços interpessoais de parentesco e vizinhança como rede de apoio para mães em sua primeira experiência de maternidade, se posiciona contra a ideia de que há de fato uma ruptura do núcleo familiar em relação à sociedade na contemporaneidade. Nesse sentido, a pesquisa em questão aponta o apoio familiar nos cuidados aos bebês por meio de auxílios de ordem material, informacional e afetiva.

Schwengber e Piccinini (2005), por sua vez, investigam a experiência da maternidade em contexto de depressão materna ao final do primeiro ano do bebê, entrevistando mães brasileiras com e sem indicadores de depressão pós-parto. Embora a resposta de mães com indicadores de depressão tenha revelado o reconhecimento de uma

---

e é concebido em termos do tanto da rede de apoio disponível quanto em termos do apoio percebido pelo indivíduo (Rapoport & Piccinini, 2006).

rede de apoio social e tenha avaliado positivamente o apoio recebido pelo companheiro, as mães também expressaram insatisfação com o apoio identificado. Esse paradoxo pode esboçar as baixas expectativas quanto ao apoio dos companheiros, e ainda explicitar que a simples presença de outras pessoas na vida da mãe muitas vezes não constitui de fato apoio às suas necessidades e às do bebê, fazendo-nos questionar sobre a qualidade do apoio referido por essas mulheres.

Nessa mesma pesquisa, ambos os grupos de mulheres relataram similaridade em suas concepções quando apontavam que a participação dos companheiros se relacionava mais a brincadeiras e passeios do que aos cuidados rotineiros e exaustivos do bebê (Schwengber & Piccinini 2005), o que expressa uma marcada diferença quanto aos tipos de cuidados e obrigações imputados às mães e aos pais, de maneira que as crenças em torno do pai e de sua importância para o bebê incidem em seu envolvimento e participação nos cuidados dos filhos (Rapoport & Piccinini, 2006). Algumas passagens explicitadas por Schwengber e Piccinini (2005) exprimem relatos de algumas mulheres quanto ao assunto:

Tá melhor agora. Eu não sei se é porque ele [seu bebê] tá maior, mas eu sempre achei que quando o nenê crescesse ele [o companheiro] iria melhorar. Tá mais esforçado. Antes ele não fazia nada... acho que ele achava que não era nada. Mas agora tá melhor, ele brinca mais (Schwengber & Piccinini 2005, p. 152);

Antes ele não queria nada com nada, não queria nem pegar o nenê. Ficava brabo quando eu pedia. Agora não precisa pedir ajuda, mas quando eu estava na loja, sim. Pedia pra ele pegar no colo, mas não durava cinco minutos. Tinha dias que eu passava o dia inteirinho com o L. [bebê] pendurado no colo, dando mamá, só descansava quando ele dormia. E aí o E. [companheiro] pegava cinco minutinhos e já ficava cansado (Schwengber & Piccinini 2005, p. 152, grifo meu);

O pior foi quando ela [sua bebê] nasceu. Porque eu não tinha experiência. E quando a minha mãe foi embora eu não sabia dar banho, não sabia lidar com a cólica. Foi isso que mais me magoou, sabe? Não tanto por ela, mas por estar sozinha. Eu não esperava aquela coisa. Eu acho que sempre é bom ter alguém, é tudo muito novo, tu tá sempre cansada. Ela foi uma criança que fez tratamento pra dormir até os nove meses porque ela não dormia. Então era dia e noite essa criança acordada e eu junto, eu junto, só eu, eu, eu, eu! O F. [marido] tinha que trabalhar, tinha que fazer os cursos dele à noite e eu, né? Isso foi o que mais me marcou, assim. (...) Que sofrimento! (Schwengber & Piccinini 2005, p. 153, grifo meu).

A partir das pesquisas e relatos destacados, podemos sugerir que, ainda que haja figuras de apoio, muitas vezes as mães não se sentem auxiliadas e, além disso, a responsabilidade perante os principais cuidados recai prioritariamente nessas mulheres. Ressalto ainda que o papel do pai ou companheiro da mãe é frequentemente referido, tanto na pesquisa quanto nos relatos maternos, como apoio ou auxílio, de modo a indicar uma expectativa social de que sua responsabilidade perante o bebê configura uma ajuda, não sendo o pai concebido enquanto igualmente corresponsável pelo bebê.

É importante frisar, no entanto, que essa cultura nuclear e distanciada dos laços comunitários no que tange à criação dos filhos diz respeito a uma característica ocidental, possivelmente mais circunscrita à realidade da classe média branca. Isso não impede necessariamente que as concepções culturais de que trata esse trabalho possam ser abrangidas para todas as classes sociais, desde que em intensidades diferentes e se articulando a realidades sociais outras que dão tons diversificados às vivências das mulheres-mães diante de suas experiências com a maternidade.

Minha experiência e escuta profissional sugerem que a centralidade materna para com os cuidados infantis, assim como seu teor de romantização e naturalização, permeia

a vivência de diversas classes sociais. Porém, essas vivências seriam melhor compreendidas pela realização de pesquisas que tratam a temática sob recortes sociais e raciais – infelizmente, há quantidade escassa de publicações brasileiras destinadas a investigar o apoio-social na experiência da maternidade e da parentalidade (Rapoport & Piccinini, 2006), assim como ainda estão por vir os estudos brasileiros sobre o apoio social e o papel da comunidade na realidade de mulheres-mães negras (Zanello, 2018).

A variedade de formas de distribuição de responsabilidades nos cuidados aos bebês e crianças são evidenciados pelos diversos posicionamentos culturais em relação ao assunto, tanto pela perspectiva de tempos históricos distintos, quanto por culturas diferentes, no mesmo momento histórico (Zanello, 2018). Uma das expressões dessa variabilidade cultural se mostra nos Estados Unidos, onde coexistindo com aspectos de um experiência social de maternidade mais individualista e circunscrita ao núcleo familiar, muitas mães afro-americanas mantêm-se vinculadas à suas tradições, inclusive no que tange à forma de educar e cuidar das crianças (Zanello, 2018). Embora haja pluralidades culturais entre esses costumes africanos, os cuidados infantis se distinguem por sua tendência cooperativa, não se centrando apenas nas mães e se estendendo à comunidade.

Diante da diversidade cultural expressa nas inúmeras possibilidades de cuidados infantis, a aura normativa que considera válida e relevante apenas uma forma específica de cuidados infantis é posta à prova, fazendo-nos refletir sobre o que existe de cultural e contingente nas considerações que fazemos acerca das funções necessárias para nos constituirmos humanos. Sem prescindir das preciosas descobertas no campo da psicanálise sobre cuidados e funções necessárias à constituição subjetiva das crianças, percebe-se que essas funções não se vinculam a configurações rígidas ou papéis sociais ou figuras que a exercem. A diversidade cultural desnaturaliza a ideia social circundante

de que a mãe é imprescindivelmente o único ser dotado de capacidade de cuidar, contrariamente ao que fazem concluir as concepções modernas (e atuais) de maternidade.

Da modernidade até hoje, no entanto, ocorreram muitas mudanças nos âmbitos familiares, sociais e políticos. Novas configurações familiares são possibilitadas, e novas formas de se relacionar com o corpo, com o gênero e com a sexualidade eclodem. Transformam-se também legislações sobre a responsabilidade comunitária e do Estado na garantia de direitos às crianças e adolescentes, conforme expresso no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No entanto, ainda que tenha se observado no Brasil esse avanço no legislativo e, em parte, no âmbito das políticas públicas, e ainda que sejam identificadas importantes iniciativas de famílias e grupos que buscam a divisão de tarefas na criação dos filhos, assim como o alargamento da dimensão comunitária dos cuidados e relações dessas crianças, a realidade encontra-se distante de um modelo de cuidado infantil co-protagonizado ou, ao menos, devidamente amparado pela comunidade ou pelas políticas públicas. Sugiro que, por mais que haja avanços práticos importantes nesse sentido, esses esbarram em uma lógica que faz embate às inovações, fazendo coexistir com elas os ecos de uma cultura individualista e imersa em concepções idealizadas e naturalizadas de maternidade.

Dessa forma, o percurso teórico realizado até esse ponto nos auxilia na compreensão de aspectos atuais do cenário social em relação à maternidade, sugerindo

vicissitudes de construções culturais e históricas tanto nos indivíduos quanto em seu entorno social. Ainda que muitas mudanças tenham ocorrido, a centralidade da família nuclear permanece individualizada, mantendo-se o projeto filial de cuidados e educação mais restrito à família e, especialmente à figura materna.

Assinalo, com esse trabalho, que as representações coletivas sobre as mães e a maternidade decorrem em crenças e configurações sociais que compõem as formas como a maternidade tem sido vivenciada e exercida. As maneiras com que a sociedade qualifica a maternidade e as mães *formam* afetos e comportamentos tanto nas mães quanto em seu entorno social, de modo a *compor e fazer* parte do ambiente materno. A cultura é concebida aqui como parte integrante do ambiente e assim, influi também em seus aspectos comunitários, podendo ser pensada na relação atual da comunidade - ou em sua ausência - com a maternidade.

### **3.3 Desamparo materno: quando falta o colo da aldeia**

Os cuidados que um bebê ou uma criança exigem implicam em uma rede articulada de profissionais e figuras sociais como obstetras, parteiras, enfermeiras, pediatras, familiares e amigos da família. Essas figuras podem fazer-se mais ou menos presentes no cotidiano dos pais, mas, de uma forma ou de outra, circundam e afetam o bebê e seus cuidadores primordiais. Incidem ainda, sobre essa rede, a situação socioeconômica dos responsáveis pela criança e as políticas públicas a que a família tem acesso.

Kehdy (2019) se questiona sobre o laço social oferecido atualmente às mulheres-mães, no exercício das funções parentais, apontando a interferência da vulnerabilidade social, que diz respeito tanto a questões de ordem material, quanto à fragilidade das redes

de apoio e relações interpessoais. Diante de uma sociedade que, no âmbito da maternidade, tende mais comumente ao julgamento moral do que ao acolhimento a autora reafirma que a vulnerabilidade social dos cuidadores primordiais incorre em fator de risco para a subjetivação da criança.

Portanto, a vulnerabilidade social, seja relativa a questões materiais, relações interpessoais ou a ambas, diz respeito a um desamparo vivido diante das várias relações, figuras e instituições sociais que vinculam os indivíduos à sociedade. A vulnerabilidade social referida, no entanto, se diferencia da vulnerabilidade psíquica descrita por Winnicott quando se refere ao estado de *preocupação materna primária*, embora tais vulnerabilidades possam se articular e se potencializar, especialmente diante das especificidades das quais decorre o fenômeno da maternidade.

Winnicott (1960/1997) se refere à vulnerabilidade da mãe enquanto identificada ao bebê recém-nascido e afirma que, muitas vezes, essa vulnerabilidade passa despercebida devido à existência de uma “camada de proteção” em torno da mãe. Apenas quando há uma ruptura das forças que amparam e protegem a figura materna, pode-se constatar o quão vulnerável e dependente a mãe está (Winnicott, 1960/1997), de modo que os aspectos da patologia vêm evidenciar os fatores envolvidos nos cuidados ao bebê, que se mantêm invisíveis quando tudo vai bem.

Portanto, a mãe, no puerpério e nas primeiras semanas após o nascimento do bebê, torna-se fisicamente e psicologicamente vulnerável, pela recuperação após o parto e pela identificação aos estados arcaicos e primitivos que dizem respeito ao desamparo fundamental evocado/vivido pelo bebê. Nesse sentido, as especificidades desse momento – em especial gestação, parto e puerpério – tornam ainda mais imperativa a presença do ambiente e a necessidade da sustentação da figura materna (Rapoport & Piccinini, 2006).



Winnicott (1960/1997) discorre sobre as dificuldades que podem incidir sobre as mulheres no período puerperal e afirma que os distúrbios puerperais podem ser ocasionados pelo colapso das forças que amparam e sustentam as mães. De fato, mães deprimidas tendem a relatar maior sobrecarga e insatisfação com o apoio recebido, seja por companheiros, seja por outras figuras de suas redes (Sousa et al., 2011), de modo que essas sensações de sobrecarga e desamparo, mesmo que se articulem a questões subjetivas e infantis dessas mães, não se desvinculam do entorno real e efetivo dessas mulheres no momento em que vivem a maternidade. Tanto os fatores pessoais e singulares das mães, quanto a qualidade de suas redes de suporte se relacionam com o modo como a vulnerabilidade materna é vivenciada, assim como a forma com que as mães lidam com a complexidade da experiência da gestação, do parto e do puerpério (Missonnier, 2002). Frequentemente, a relação íntima e afetiva com a rede de apoio pode ser determinante para a confiabilidade e segurança do cuidador primordial na relação com o bebê.

Tustin (1990) comenta que, em sua experiência clínica, mães de crianças autistas psicogênicas expressavam, quase invariavelmente, terem estado deprimidas na ocasião do nascimento do filho. Essas mães manifestavam desamparo e autoconfiança prejudicada, de modo que a autora concebe ser primordial para o processo analítico das crianças o trabalho de auxiliar a mãe a recuperar sua confiança, utilizando o apoio do companheiro da mãe –nesse trabalho, deslocado para o entorno social materno em suas possibilidades. Os estados mentais das mães e do resto da família afetam, portanto, o desenvolvimento mental do bebê, de maneira que a solidão e o desamparo desses, em especial do cuidador de referência do bebê, podem interferir na capacidade de responder às necessidades do bebê (Tustin, 1990).

As depressões maternas a que Tustin (1990, p. 55) se refere não exigiam hospitalizações e nem decorriam de eventos raros, mas se ligavam a situações comuns da vida cotidiana que “invadiram uma mãe sensível em uma ocasião particularmente vulnerável”. Dessa maneira, a autora expõe a relevância dos acontecimentos externos na experiência materna e retira o caráter de exclusividade das questões subjetivas e internas da mãe, apontando para os acontecimentos de seu ambiente, assim como enfatizando as vulnerabilidades particulares à maternidade.

As circunstâncias mencionadas pelas mães acompanhadas por Tustin se vinculam aos seus sentimentos de desamparo, dizendo respeito ao distanciamento comunitário (no caso da mãe estar fora do seu país nativo), às figuras paternas que tiveram que se ausentar durante o período de nascimento do bebê, aos efeitos emocionais de um aborto recente, a um luto em processo, entre outras situações. A psicanalista se refere às reações maternas a tais acontecimentos como “reações humanas inevitáveis por parte da mãe” (Tustin, 1990, p. 79) e critica enfaticamente posicionamentos como o de Kanner<sup>23</sup> quando esse cunha o termo “Mães Geladeira” se referindo às mães de crianças autistas como “frias e intelectuais” (Tustin, 1990, p. 55), o que leva a concepções errôneas e acusatórias sobre elas.

Apesar da sua importância para a compreensão dos sintomas característicos do autismo, essa fala de Kanner expõe uma visão reducionista da relação filial, culpabilizando as mães. Sugiro que essa visão ainda habita as concepções culturais atuais sobre a maternidade, de modo a atravancar tanto as experiências e expectativas maternas com a maternidade como a relação da mãe com seu bebê.

---

<sup>23</sup> Léo Kanner foi um psiquiatra austríaco, residente nos Estados Unidos, que contribuiu para a compreensão dos sintomas autísticos e para a utilização do termo Autista. O principal trabalho do autor se chama *Autistic disturbances of affective contact* (1943).

Nesse sentido, Iaconelli (2019) critica os diagnósticos e significações que não circunscrevem a atuação parental a um contexto social e histórico, acabando por atribuir à singularidade da mãe um possível fracasso nas funções de cuidado dos filhos:

Assim, teremos os diagnósticos que imputam à mãe o fracasso nas relações parentais unicamente a partir de sua singularidade ou que ignoram que, para a mãe ser a razão última de todos os males do filho, é necessário que ela seja a única responsável por ele (Iaconelli, 2019, p. 21).

Nesse caso, antes de qualquer falha materna, incorreriam inúmeras faltas de figuras e instituições sociais que esburacam ou até mesmo rompem a rede de sustentação materna e falham na garantia de direitos à criança. O fato de a mãe servir como o único ambiente do bebê implica necessariamente em seu desamparo social.

Desse modo, apontar possíveis relações entre o estado mental do cuidador primordial do bebê, assim como de sua família e o estado mental do bebê não implica, em hipótese alguma, no estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre esses dois pontos, muito menos sugere que o o autismo é resultado de maus pais. Tustin (1990) explicita que as situações exemplificadas pelas mães, obviamente, não “geram” o autismo, mas se articulam ao estado subjetivo das mães, contribuindo para seus estados depressivos. A psicanalista aponta diversos fatores e situações que contribuem para a precipitação do quadro autístico, e relembra que, para isso, incidem várias circunstâncias articuladas, incluindo questões referentes à natureza da criança e às reações do bebê – o que se distingue do determinismo de um fator genético.

Portanto, é delicado, mas igualmente importante, estabelecer relações entre o ambiente que circunda a mãe, o estado subjetivo dessa e o estado subjetivo do bebê. Tal delineamento pode indicar que a saúde da condição materna interfere e se vincula à saúde do bebê, de modo que o desamparo social materno – em especial a fragilidade das relações

sociais e afetivas de amparo e sustentação materna – incidem no processo de subjetivação do bebê. Pode indicar ainda que um ambiente materno saudável e disponível (em termos de apoio social) tende a atuar como facilitador da relação mãe-bebê, podendo contribuir tanto para a saúde materna quanto para a saúde do bebê (Rapaport & Piccinini, 2006). A “doença” materna, assim, expõe uma possível desarticulação da dupla mãe-bebê de seu entorno, indicando falhas nesse âmbito. Se uma mãe encontra-se impossibilitada de cuidar de seu bebê, onde estão outras figuras igualmente responsáveis, para se conectarem e se indentificarem ao bebê? Onde está a ação do entorno materno na identificação de seu estado psicológico e na busca por uma escuta ou demais intervenções necessárias à mãe?

Marco com esses questionamentos a crucialidade do papel do ambiente materno na saúde da mãe e do bebê. A teoria winnicottiana propõe a interrelação constante do indivíduo com o meio, de modo a conceber o fator social como intrínseco aos processos psíquicos humanos. Dessa maneira, explicita-se a relação da pessoa que estabelece o elo primordial com o bebê com o seu próprio ambiente, de modo que, embora essa figura seja importante e potente em sua vivacidade e corporeidade, o encontro subjetivante com o bebê é proporcionado por ela em sua articulação com o ambiente. Para que a mãe cuide do bebê e aja como facilitadora no seu processo de subjetivação, são necessárias outras funções e figuras que a sustentem, compondo igualmente sua relação com o bebê.

Ainda que no momento *breve* de dependência absoluta do bebê ao ambiente, uma figura seja priorizada na relação direta com o seu bebê, sem a conexão com os outros pontos nodais dessa rede social que sustenta essa relação, há frouxidão, e os pontos ligados não se mantêm tensionados. Tanto a mãe quanto o bebê se enriquecem com a participação comunitária nos cuidados infantis. Quero dizer: um bebê desamparado não implica em uma mãe que o desampara, mas diz de uma cultura que desampara, visto que, se a mãe é a única figura responsável pelo bebê, a falha cultural já ocorreu.

## Considerações finais

*Qualquer ideia que te agrada,  
Por isso mesmo... é tua.  
O autor nada mais fez que vestir a verdade  
Que dentro em ti se achava inteiramente nua.*  
(Mario Quintana)

Nesta dissertação, procuramos investigar a relação entre a dimensão ambiental e a maternidade contemporânea, enfatizando as representações culturais em torno dela e suas reverberações no cenário materno contemporâneo. Pela via de um estudo teórico, verificamos a circunscrição da maternidade e de seus discursos, ao seu tempo histórico-cultural, de maneira a indicar que a temática não pode ser concebida sem a articulação ao contexto do qual emerge.

No entanto, paralelamente a essa observação, ao realizar um recorte histórico sobre os discursos sociais em torno da maternidade, averiguamos que as concepções de maternidade consolidadas pela Modernidade ainda se encontram vigentes, de modo a naturalizar e centralizar as mulheres-mães na responsabilização pelos cuidados infantis, obscurecendo as demais figuras sociais, como o pai e os membros da comunidade nesses cuidados. Os furos e incoerências dessas concepções são evidenciados pelo próprio recorte histórico realizado que desnaturaliza o fenômeno da maternidade ao expor as múltiplas concepções sociais sobre família, infância e maternidade, e salientar a diversidade de formas de maternar ao longo das diferentes épocas. Afirmamos, portanto, o caráter contingente da maternidade e questionamos as representações sociais que a apresentam de forma naturalizada.

Nos propusemos a abordar articulações entre os eixos maternidade, subjetivação e cultura, intentando propor caminhos pelos quais a cultura deixa de ser apenas uma exterioridade, para também compor subjetivamente as mulheres-mães e seus entornos

sociais. As contribuições de Freud e Winnicott, ao longo desse trabalho, permitiram conceber duas dimensões que se entrelaçam às experiências e relações das mulheres-mães com a cultura circundante.

Freud e sua metapsicologia permitem vislumbrar a cultura como composto instâncias interiores do indivíduo, e apontam para um caráter social e contingente do próprio psiquismo. Os ideais culturais se articulam e compõem os Ideais de Eu e Supereu de mulheres-mães que, assim como seu entorno, se identificam com as construções sociais sobre a mãe e sobre os cuidados maternos, de modo que suas expectativas e experiências são atravessadas por concepções distanciadas da complexidade dos afetos e experiências de que decorre a maternidade. Além disso, as representações da maternidade que centralizam a responsabilidade dos cuidados infantis apenas na figura materna e idealizam-na como certa e intacta nesses cuidados compõem cenários sociais que, além de conceber desvios desse ideal como falhas, dão luz a uma configuração social que predispõe aos julgamentos morais diante da atuação materna, e não se reconhece enquanto parte corresponsável pelos cuidados do bebê, da criança e da figura materna que os embala.

Por sua vez, as teorizações de Winnicott sobre o ambiente, assim como sua proposição sobre a interrelação dialética e constante entre indivíduo e meio permitem vislumbrar e enfatizar a acuidade do ambiente materno na experiência de mulheres-mães, assim como na relação mãe-bebê, que será, posteriormente, relação bebê-mundo. Ademais, as construções do autor permitem-nos conhecer estados mais regredidos das mulheres em suas experiências maternas, de modo a ressaltar a vulnerabilidade e a dependência materna, que contribuem para que a mãe esteja mais suscetível aos arranjos ambientais. Argumentamos, portanto, sobre o papel e incidência da concretude do ambiente materno no encontro subjetivante entre mãe e bebê.

O caminho traçado por esse trabalho nos leva a afirmar que a maternidade não se restringe à mãe e ao bebê e que, por vezes, nos referimos a esse fenômeno sem considerar a relevância do ambiente materno – sendo abrangidos aqui os seus aspectos culturais. Ao restringir o foco da maternidade às mães, oculta-se parte integrante do fenômeno, de forma que proponho: referir-se ao termo maternidade, ou à mãe na perspectiva psicanalítica, implica em conceber a articulação indissociável desse fenômeno com o ambiente que o compõe, principalmente, diante de um contexto cultural que enfoca a figura materna e marginaliza as demais figuras sociais nos cuidados infantis.

O percurso realizado permitiu tecer costuras entre ambiente, cultura e subjetivação também no que tange à escuta clínica. Costuras teóricas articuladas à escuta de mulheres-mães esboçam uma sintomática e fantasmática, embora tão particulares a essas mães, também atravessadas por questões de seu tempo histórico cultural, o que demanda da escuta analítica espaço para escutar e pensar os aspectos de nossos tempos histórico-culturais. Pensar o indivíduo é uma forma de conhecer a cultura, assim como pensar a cultura pode contribuir para compreensões sobre os indivíduos, tendo em vista as relações que necessariamente se estabelecem entre eles.

Consideramos a maternidade uma temática potente para pensar o entrelaçamento entre subjetivação e cultura, devido às representações culturais que a atravessam e afetam; e dadas as inegáveis relações desse fenômeno com a natureza humana, com a corporalidade, a estética do encontro e com o corpo erógeno. Ainda que a temática da maternidade extrapole – em muito – a gestação, o parto e o puerpério, tais são ocasiões necessariamente inscritas no nascimento de um ser humano. Explorar relações entre corporalidade, fisiologia e cultura consiste em uma temática complexa que, embora esteja além da abrangência dessa pesquisa, é apontada como um rumo importante a ser

desenvolvido e explorado em trabalhos posteriores e/ou por outros pesquisadores, tendo em vista a importância dessa discussão para o campo da maternidade.

A fisiologia inegavelmente faz parte do processo da maternidade, assim como a corporeidade, que aponta para um corpo, além de fisiológico, erógeno, banhado pela linguagem e pelas significações humanas (Lazzarini e Viana, 2006). Embora esse trabalho repouse nos atravessamentos culturais da maternidade, é preciso destacar que há especificidades na relação do “corpo” que gesta, pare e – se desejar – amamenta o bebê. A pessoa que gesta o bebê vive experiências particulares, inclusive no que tange à experiência psíquica, por portar o bebê no seu próprio corpo. Essas especificidades não podem ser ignoradas ou pareadas a de cuidadores que não passaram efetivamente por essa experiência, o que não significa afirmar, porém, que essa experiência corpórea com o bebê determine ou indique quem está melhor habilitado para exercer seus cuidados físicos e psíquicos. Afinal, como apontado no capítulo 2 deste trabalho, a pessoa quem melhor poderá amparar e cuidar física e psiquicamente de um bebê é quem se identifica com ele.

Há certas compreensões, no entanto, que vinculam, de forma reducionista, as dimensões corpórea e fisiológica aos pactos sociais, configurações e discursos sobre a maternidade e parentalidade, pela via de uma tendência a afirmar que a fisiologia implica em uma configuração específica para as relações humanas. Tais compreensões reforçam a ideia de que a maternidade é algo natural e unívoco. Dessa forma, dado que as compreensões e discursos naturalizantes da maternidade se utilizam de fisiologismos e biologismos, considero que estudos que se proponham a estudar a relação da cultura com o corpo erógeno e biológico no âmbito da maternidade possam ser profícuos e importantes.

Outros possíveis desdobramentos futuros dessa pesquisa apontam na direção de suas lacunas. Considero que o presente estudo investigue as representações sociais da



maternidade de uma forma mais ampla, sem se voltar para especificidades relativas à classe e à raça das mulheres-mães. Ainda, o recorte histórico realizado não abrangeu as particularidades da realidade histórico brasileira em relação às concepções culturais de família, maternidade e infância, e seus desdobramentos contemporâneos. Dessa maneira, saliento a importância de estudos e pesquisas que se debruçam sobre essas dimensões.

Esse trabalho intentou, portanto, apresentar uma possibilidade de conjugar cultura e subjetivação na experiência da maternidade a partir da minha escuta clínica e de minha transferência com a temática estudada e seus textos. Dessa maneira, além de propor costuras teóricas sobre os temas estudados, essa pesquisa objetivou propor reflexões e suscitar questionamentos sobre a dimensão cultural da maternidade, para, quem sabe, incitar e inspirar outros estudos e outras visões sobre o fenômeno, em especial no campo da psicanálise.

Apontamos ainda, com o desenvolvimento dessa dissertação, a relação da psicanálise com seu próprio tempo histórico-cultural: a psicanálise constrói discursos e se constrói por discursos. Assim, Winnicott e Freud esboçam o atravessamento de aspectos culturais de seus tempos históricos em algumas de suas construções. Propomos uma compreensão sobre a teorização de Freud em torno da maternidade e do complexo de Édipo feminino, que expõe as articulações do autor com o contexto da Modernidade, assim como indica a incidência desse contexto nas elaborações de suas analisandas, sugerindo uma articulação entre inconsciente e tempo histórico.

Winnicott, por sua vez, revela o seu tempo histórico no seu uso dos termos mãe e pai para se referir às funções parentais. A partir do percurso realizado por essa pesquisa, verificamos que, muitas vezes, Winnicott utiliza essa nomenclatura para se referir a funções, sendo a função de acolhimento e identificação ao bebê considerada materna, enquanto os aspectos de diferenciação e limite são tidos por paternos. Ainda, verificamos

que a palavra mãe, para esse autor, reúne uma conjunção de fatores que compõem os cuidados maternos. Esses cuidados, além de marcados em sua concretude e materialidade, se relacionam ao ambiente que lhes facilita ou não a ocorrência; e são transpassados pela historicidade e cultura da figura que os exerce. Dessa forma, a palavra-conceito mãe, assim como optei por nomeá-la, não se restringe à figura materna.

Embora haja discussões e atualizações na história da própria psicanálise, marcando que as funções subjetivantes não se restringem a aspectos biológicos, de gênero ou papéis familiares, considero que resquícios dessa confusão entre os termos pai, mãe, e as funções materna e paterna ainda ecoam. Penso que a própria designação (materna ou paterna) utilizada para se referir a essas funções contribua para essa confusão e esboce ainda, quem sabe, os ecos inconscientes de uma cultura onde os cuidados infantis são centralizadas na mulher.

Dessa forma, as reflexões decorrentes dessa pesquisa fazem-nos concluir que há construções culturais engessadas em relação às figuras da mãe e do pai quanto aos cuidados e responsabilidades perante os filhos. Tal aponta para a necessidade de que as teorias psicológicas e sociológicas se atentem a essas características de nossa sociedade, de forma a não reafirmá-las, nem corroborar seus preconceitos.

Sugiro que caiba a nós, que pudemos acompanhar a sobrevivência e continuidade dos escritos psicanalíticos diante de modificações nas formas de família; manifestações de gênero; e ampliação de possibilidades de cuidado às crianças, refletir sobre o que há de contingente e o há que de universal nos encontros humanos constituintes, além de sublinhar essas reflexões em nossas produções, teorizações e nomenclaturas utilizadas. Considero que essa reflexão e possível mudança de nomenclaturas seja um trabalho comunitário que exige ser pensado por muitos sujeitos, de forma a se manterem os fios de continuidade necessários com a tradição que nos precede.

Além disso, considero importante frisar que essa dissertação abordou questões que se relacionam prioritariamente com o período de dependência absoluta do bebê por abordarmos aqui as singularidades desse momento tanto para a mãe quanto para o bebê em termos de dependência e vulnerabilidade. No entanto, é importante ressaltar a importância da sustentação às mães (e aos pais), assim como da coparticipação comunitária nos cuidados infantis durante todo processo de cuidados do bebê, da criança e do adolescente.

Por fim, atento para uma característica estética dessa pesquisa, que foi escrita conjugando a primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural, enquanto uma demonstração do entrelaçamento entre sujeito e ambiente; indivíduo e coletividade; e subjetividade e cultura, não apenas em conteúdo, mas pela própria composição estética do texto.

## Referências

- Ab'Sáber, T.A.M. (2016). *Self-cultural Sujeito do Inconsciente e história*. E-galaxia. <https://www.amazon.com.br/Self-cultural-inconsciente-hist%C3%B3ria-Peixe-el%C3%A9trico-ebook/dp/B07H1197V4>.
- Ab'Sáber, T. A. M. (1997). Winnicott, seu Freud e a Psicanálise. *Revista Percurso*, 19, 57-64.
- Abrão, J. L. F. (2001). Pelos caminhos da infância. In: *A História da Psicanálise de Crianças no Brasil* (pp. 17-53). Escuta.
- Anzieu, D. (1989). *O Eu-pele*. Casa do Psicólogo.
- Aragão, R. O. (2007). *A construção do espaço psíquico materno e seus efeitos sobre o psiquismo nascente do bebê* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Ariès, P. (2016). *História social da criança e da família*. (2nd ed., D. Flaksman, Trad.). LTC. (Originalmente publicado em 1975)
- Badinter, E. (1985). *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Nova Fronteira. <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>.
- Bion, W. R. (1994). *Uma teoria sobre o pensar*. Estudos psicanalíticos revisados (W. Dantas, Trad.). Editora Imago. (Originalmente publicado em 1962).
- Bydlowsky, M. (2008). Transparence psychique due à la grossesse. Attraction par l'objet interne. In: *La Dette de Vie: itinéraire psychanalytique de la maternité*. (4th ed., pp.91-103) Paris: Puf. (Originalmente publicado em 1997).
- Campana, N. T. C., Santos, C. V. M. & Gomes, I. C. (2019). De quem é a preocupação materna primária? A teoria winnicottiana e o cuidado parental na contemporaneidade. *Psicologia clínica*, 1 (31). <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2910/291059507003/html/index.html>
- Cintra, E. M. U., & Figueiredo, L. C. (2010). *Melanie Klein: Estilo e Pensamento*. Escuta.
- Correia, M. J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 3 (16), 365-371.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Imago.
- Figueiredo, L. C. (1999). Apresentação. In: G. Safra, G. *A face estética do self: teoria e clínica*. Ideias e Letras (pp. 9-12).
- Figueiredo, L. C., & Santi, P. L. (2008). *Psicologia: Uma (nova) Introdução* (3rd ed.). Editora da PUCSP.

- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (L. A. Hanns, trad., Vol. 1, pp. 212-305). Imago. (Originalmente publicado em 1885).
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In: *Sigmund Freud: obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp. 161-239). Companhia das Letras. (Originalmente Publicado em 1920).
- Freud, S. (2010b). Introdução ao Narcisismo. In: *Sigmund Freud: obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 12, pp. 13-50). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (2010c). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In: *Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 18, pp. 124-354). Companhia das letras. (Originalmente Publicado em 1933).
- Freud, S. (2010d). Os instintos e seus destinos (P. C. de Souza, Trad., Vol. 12, pp. 52-81). Companhia das Letras. (Originalmente Publicado em 1915).
- Freud, S. (2011a). O Eu e o ID. In: *Sigmund Freud: obras completas*. (P. C. de Souza, Trad., Vol. 16, pp. 13-73). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. (2011b). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In: *Sigmund Freud: obras completas*. (P. C. de Souza, Trad., Vol. 15, pp. 114-148). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: Diálogo com um interlocutor imparcial. In: *Sigmund Freud: obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol.17, pp. 124-230). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1926).
- Freud, S. (2016). Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: *Sigmund Freud: obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 6, pp. 13-172). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (2018a). A Feminilidade. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 313-348). Autêntica. (Originalmente publicado em 1933).
- Freud, S. (2018b). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade*. (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 259-272). Autêntica. (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (2018c). O declínio do complexo de Édipo. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade*. (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 247-258). Autêntica. (Originalmente publicado em 1924).

- Freud, S. (2018d). Organização genital infantil. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 237-242). Autêntica. (Originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. (2018e). Sobre a sexualidade feminina. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 285-307). Autêntica. (Originalmente publicado em 1931).
- Freud, S. (2018f). Sobre teorias sexuais infantis. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Amor, sexualidade, feminilidade* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 95-113). Autêntica. (Originalmente publicado em 1908).
- Freud, S. (2020a). O mal-estar na cultura. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 305-405). Autêntica. (Originalmente publicado em 1930).
- Freud, S. (2020b). Psicologia das massas e análise do Eu. In: G. Iannini & P. H. Tavares (Coord.). *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 137-225). Autêntica. (Originalmente publicado em 1921).
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (R. Fiker, Trad.). Editora UNESP.
- Godoy, L. (2007). Uma veste para nossos sonhos: o lugar da cultura no pensamento de Winnicott. In: A. M. Ferreira (Org.). *Espaço potencial Winnicott: diversidade e interlocução* (pp. 98-117). Landy Editora.
- Guimarães, V. C. (2010). *Eros na psicanálise freudiana: um destino culturante da pulsão* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].
- Iaconelli, V. (2012). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Iaconelli, V. (2019, 04 de novembro). *Apresentação: Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidade*. Revista Cult, 251. <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-parentalidade-e-vulnerabilidades/>.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6 (1), 115-138.
- Kehdy, Roberta (2019, 04 de novembro). *Quando não há aldeia para criar uma criança*. Revista Cult, 251 (pp. 31-33). <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-parentalidade-e-vulnerabilidades/>.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In: M. C. Mazzilli, & D. S. F. Monteiro (Org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: Família e sociedade – diálogos interdisciplinares* (Vol. I, pp. 29-38). Editora Casa do Psicólogo.

- Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do Feminino*. (2nd ed.). Imago.
- Kehl, M. R. (2018). Posfácio: Freud e as mulheres. In: S. Freud. *Amor, Sexualidade, Feminilidade* (M. R. S. Moraes, Trad., pp. 353-368).
- Lacan, J. (1998). A significação do falo. In: *Escritos* (pp. 692-703). Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1958).
- Lazzarini, E. R., & Viana, T. de C. (2006). O corpo em psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (2), 241-249. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200014>
- Lei n. 8.069/1990, de 13 de julho da Presidência da República (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Seção I. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).
- Lipovetsky, G. (2001). *A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino*. (M. L. Machado, Trad.). Companhia das letras.
- Mezan, R. (2005). *Freud, pensador da cultura* (7th ed.). Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos*. Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2017). *Sociedade, cultura, psicanálise*. Blucher; Karnac.
- Missonnier, S., & Solis-Ponton, L. (2002). Parentalité et grossesse, devenir mère, devenir père: Les interactions des parents et de l'enfant avant la naissance. In: L. Solis-Ponton (Org.). *La parentalité: Défi pour le troisième millénaire* (pp. 157-172). Presses Universitaires de France.
- Mota, A. de O. (2013). *O teatro como palco para o self: entre Winnicott, a arte e a clínica da atenção psicossocial* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Ogden, T. H. (2017). *A matriz da mente: relações objetais e o diálogo psicanalítico* (G. D. G. da Silva). Blucher.
- Oliveira, N. R. de, & Tafuri, M. I. (2012). O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da Universidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15 (4), 838-850.
- Portugal, S. (1995). As mãos que embalam o berço. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42 (1993), 155-178.
- Psis e suas análises (2016, 07 de agosto). *Sobre o Desamparo – Entrevista Vera Iaconelli – os psicanalistas e suas análises #16* [Arquivo de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=RWkEPnwum-Q&list=WL&index=25&t=41s>.
- Rabello, A. M. M., Silva, A. da G. & Zornig, S. A. (2010). Cuidar das mães, que cuidam dos filhos, que cuidam de...: observações e reflexões sobre a gravidez na

adolescência. *Primordios-CPRJ*, 1 (1), 43-56.  
[http://www.cprj.com.br/primordios/43-56\\_cuidar\\_das\\_maes.pdf](http://www.cprj.com.br/primordios/43-56_cuidar_das_maes.pdf)

- Rapoport, A. (2003). *Da gestação ao primeiro ano de vida do bebê: apoio social e ingresso na creche* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Rapoport, A., & Piccinini, C. A. (2006). Apoio social e experiência da maternidade. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*. 16 (1), 85-96.
- Rios, A. G. (2017). *O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Rosa, D. C. (2009). O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Revista Natureza Humana* 11 (2), 55-96.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. (A. Telles, Trad.). Jorge Zahar Editor
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise* (V. Ribeiro, & L. M., Trad.). Jorge Zahar.
- Safra, G. (2005). *A face estética do self: teoria e clínica* (9th ed.). Ideias e Letras.
- Sampaio, D., Dantas, C. R., Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2019). Tornar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia. *Estudos e pesquisas em psicologia* 3 (19).  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/46915/31303>
- Schwengber, D. D. de S., & Piccinini, C. A. (2005). A experiência da maternidade no contexto da depressão materna no final do primeiro ano de vida do bebê. *Estudos de Psicologia* 22 (2), 143-156. <https://doi.org/10.1590/s0103-166x2005000200004>.
- Sousa, D. D., Prado, L. C., & Piccinini, C. A. (2011). Representações acerca da maternidade no contexto da depressão pós-parto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24 (2), 335-343. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000200015>.
- Tavares, L. A., & Hashimoto, F. (2013). A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. *Revista Interinstitucional de Psicologia* 6 (2), 166-178.
- Teperman, D. W. (2012). *Família, parentalidade e época: um “nós” que não existe* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Tustin, F. (1990). *Barreiras autistas em pacientes neuróticos* (M. Monteiro, Trad.). Artmed.



- Winnicott, D. W. (1978a). Desenvolvimento emocional primitivo. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (J. Russo, Trad., pp. 269-286). Francisco Alves. (Originalmente publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (1978b). Preocupação materna primária. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise* (J. Russo, Trad., pp. 491-498). Francisco Alves. (Originalmente publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1982a). *A criança e o seu mundo* (A. Cabral, Trad., 6th ed.). LTC. (Originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (1982b). A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In: *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise*. (J. Russo, Trad., pp. 437-458). Francisco Alves. (Originalmente publicado em 1954).
- Winnicott, D. W. (1982c). Desenvolvimento emocional primitivo. In: *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise*. (J. Russo, Trad., pp. 269-285). Francisco Alves. (Originalmente publicado em 1945).]
- Winnicott, D. W. (1983a). A capacidade para estar só. In: *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad., pp. 31-37). Artmed. (Originalmente publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1983b). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad., pp. 55-61). Artmed. (Originalmente publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (1983c). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo In: *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad., pp. 79-87). Artmed. (Originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1983d). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. In: *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad., pp. 128-139). Artmed. (Originalmente publicado em 1960a).
- Winnicott, D. W. (1983e). *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad.). Artmed. (Originalmente publicado em 1979).
- Winnicott, D. W. (1983f). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: *O ambiente e os processos de maturação* (I. C. S. Ortiz, Trad., pp. 38-54). Artmed. (Originalmente publicado em 1960b).
- Winnicott, D. W. (1994a). A Experiência Mãe-Bebê de Mutualidade. In: C. Winnicott, R. Shepher, & M. Davis. *Explorações Psicanalíticas* (J. O. A. Abreu, Trad., pp 195-202). Artmed. (Originalmente publicado em 1969).
- Winnicott, D. W. (1994b). A importância do Setting no Encontro com a Regressão na Psicanálise. In: C. Winnicott, R. Shepher, & M. Davis. *Explorações Psicanalíticas* (J. O. A. Abreu, Trad., pp 77-81). Artmed. (Originalmente publicado em 1964).

- Winnicott, D. W. (1997). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In: *A família e o desenvolvimento individual* (M. B. Cipolla, Trad., pp. 16 -17). (Originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, Donald W. (1999a). Algumas reflexões sobre o significado da palavra “democracia”. In: *Tudo começa em casa* (P. Sandler, Trad., 3rd ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1950).
- Winnicott, D. W. (1999b). Dizer não. In: C. Winnicott (Org.). *Conversando com os pais* (A. Cabral, Trad., 2nd ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1999c). *Tudo começa em casa* (P. Sandler, Trad., 3rd ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1967).
- Winnicott, D. W. (2019a). A localização da experiência cultural. In: *O brincar e a realidade* (B. Longhi, Trad., pp.154-166). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1967a).
- Winnicott, D. W. (2019b). *O brincar e a realidade*. (B. Longhi, Trad.). UBU Editora. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (2019c). O lugar em que vivemos. In: *O brincar e a realidade* (B. Longhi, Trad., pp.167-176). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1967b).
- Winnicott, D. W. (2019d). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade* (Trad. B. Longhi, pp.177-188). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1967c).
- Winnicott, D. W. (2020a). A comunicação do bebê com a mãe e da mãe com o bebê, comparada e contrastada In: *Os bebês e suas mães* (B. Longhi, Trad., pp.104-123). Ubu Editora (Originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2020b). A contribuição da psicanálise para a obstetícia In: *Os bebês e suas mães* (B. Longhi, Trad., pp.86-96). Ubu Editora (Originalmente publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (2020c). Mãe dedicada comum. In: *Bebês e suas mães* (B. Longhi, Trad., pp.17-28). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1966).
- Winnicott, D. W. (2020d). O recém-nascido e sua mãe. In: *Bebês e suas mães* (B. Longhi, Trad., pp.47- 63). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1964).
- Winnicott, D. W. (2020e). *Os bebês e suas mães*. (B. Longhi, Trad.). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1987).
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: V. Zanello, M. Porto (Org.). *Aborto e (não) desejo de*

*maternidade(s): questões para a Psicologia*. Conselho Federal de Psicologia, 103-119.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Zornig, S. A. (2000). *A criança e o infantil em psicanálise*. Escuta.

Zornig, S. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe. *Tempo Psicanalítico*, 42 (2), 453-470. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt)